

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

26 Anos da Rota do Românico.

Balanço, Impacto e Perspetivas.

Soraia Teixeira

Mestrado em Estudos do Património

2025

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

26 Anos da Rota do Românico.

Balanço, Impacto e Perspetivas.

Soraia Teixeira

Mestrado em Estudos do Património

Dissertação orientada pela Professora Doutora Maria Alexandra Trindade

Gago da Câmara

Novembro 2025

Direitos de Autor e Condições do Trabalho por Terceiros

A presente dissertação intitulada “**26 Anos da Rota do Românico. Balanço, Impacto e Perspetivas.**”, da autoria de Soraia Mafalda Ribeiro Teixeira, encontra-se sob uma Licença Creative Commons Atribuição–NãoComercial–SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

Isto significa que é permitida a cópia, distribuição e partilha do conteúdo deste trabalho, desde que seja dada a devida atribuição à autora, não seja utilizado para fins comerciais e não sejam realizadas modificações ou criações derivadas a partir do texto original.

Mais informações sobre esta licença disponíveis em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo constante suporte, pela paciência infinita, por nunca deixarem de acreditar em mim e pelo amor incondicional. Por cada palavra de incentivo, por cada gesto e por todos os sacrifícios que me permitiram chegar até aqui. Este trabalho é tanto meu como vosso – porque sem o vosso exemplo de força, dedicação e resiliência, este percurso não teria sido possível.

À minha orientadora, a Professora Doutora Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara, pela disponibilidade, orientação e partilha de conhecimento ao longo deste processo. A sua exigência e rigor foram fundamentais para a concretização deste trabalho e para o meu crescimento académico, profissional e pessoal.

Aos meus camaradas da Força Aérea, pelo companheirismo e compreensão nos momentos de maior exigência. O vosso espírito de missão foi uma inspiração constante.



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.^a série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledge Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2.^a série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 30 de novembro de 2025

Nome completo/Full name: Soraia Mafalda Ribeiro Teixeira

Assinatura/Signature:

Soraia Mafalda Ribeiro Teixeira

manuscrita ou digital / handwritten or digital

Resumo

O presente estudo realiza um balanço dos 26 Anos da Rota do Românico, destacando o seu percurso enquanto instrumento de valorização cultural e patrimonial nos Vales do Sousa, Tâmega e Douro. O trabalho propõe-se a identificar os seus impactos sociais, económicos e patrimoniais deste projeto. Para tal, recorreu-se a uma abordagem multidimensional, desde a revisão bibliográfica, à análise documental e entrevista aos técnicos da rota. Os resultados evidenciam que a Rota do Românico desempenha um papel relevante na promoção do património cultural, incentivando a preservação e o turismo, enquanto contribui para a dinamização económica das comunidades locais.

Contudo, identificam-se também desafios na gestão patrimonial e sustentabilidade das rotas, nomeadamente com a proposta de expansão a toda a Região Norte de Portugal. O estudo propõe perspectivas de futuro, sugerindo estratégias de preservação dos bens patrimoniais e das comunidades locais.

Este estudo reforça a importância das rotas culturais como instrumentos de valorização patrimonial e desenvolvimento regional, oferecendo uma análise crítica do impacto acumulado ao longo de mais de duas décadas do caso concreto da Rota do Românico.

Palavras-chave

Património, rotas, itinerários, românico, turismo, cultura

Abstract

This study provides an assessment of the 26 years of the Rota do Românico, highlighting its role as an instrument for cultural and heritage enhancement in the Sousa, Tâmega, and Douro Valleys. The work aims to identify the social, economic and heritage impacts of this project. To this end, a multidimensional approach was employed, including a literature review, documentary analysis and an interview with the route's technical staff. The results demonstrate that the Rota do Românico plays a significant role in promoting cultural heritage, encouraging both preservation and tourism, while also contributing to the economic development of local communities.

However, challenges are also identified regarding heritage management and the sustainability of the route, particularly in light of the proposal to expand it across the entire Northern Region of Portugal. The study offers future perspectives, suggesting strategies for the preservation of heritage assets and the support of local communities.

This study reinforces the importance of cultural routes as instruments for heritage enhancement and regional development, providing a critical analysis of the cumulative impact over more than two decades through the specific case of the Rota do Românico.

Keywords

Heritage, routes, itineraries, Romanesque, tourism, culture

Índice

Introdução	1-4
Parte I – Contextualização teórica	
1. O património e a sua defesa: conceito de património e os mecanismos de salvaguarda	5-10
2. O turismo cultural.....	10-13
3. Rotas e itinerários culturais	14-17
4. Rotas culturais em Portugal.....	17-37
Parte II – O Românico	
1. A Historiografia do Românico	38-42
2. O Românico.....	42-45
3. O Românico em Portugal	45-51
4. O Românico dos Vales do Sousa, Tâmega e Douro – o Românico Nacionalizado ...	51-58
Parte III – A Rota do Românico	
5. A História da Rota do Românico	58-62
6. O território atual da Rota do Românico	62-80
Parte IV – Balanços e impactos da Rota do Românico	
5. A economia do património.....	81-82
6. Turismo e desenvolvimento regional.....	83-85
7. Impactos económicos da Rota do Românico	85-90
8. Gestão patrimonial e sustentabilidade na Rota do Românico	90-96
Parte V – Considerações sobre a Rota do Românico	
1. A expansão da Rota: potencialidades e desafios.....	97-104
2. Desafios futuros	104-108
Conclusão.....	109-114
Bibliografia	115-125
Apêndice I – Entrevista	126-134
Apêndice II – Cronologia da Rota do Românico	135-145
Apêndice III – Questionário	146-165

Índice de Figuras

Imagens

Figura II.1 – Mosteiro de Pombeiro. Fonte: Rota do Românico (<https://www.rotadoromanico.com/pt/galeria/fotografias/>).....46

Figura II.2 – Mosteiro de Paço de Sousa. Fonte: Imagem da Autora.52

Figura III.1 – Ponte do Arco. Fonte: Rota do Românico (<https://www.rotadoromanico.com/pt/galeria/fotografias/>).58

Mapas

Mapa III.1 – Percursos da Rota do Românico. Fonte: Rota do Românico (<https://www.rotadoromanico.com/pt/galeria/mapas/>)64

Mapa III.2 – Concelho de Amarante. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)65

Mapa III.3 – Concelho de Baião. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)66

Mapa III.4 – Concelho de Castelo de Paiva. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)67

Mapa III.5 – Concelho de Celorico de Basto. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)68

Mapa III.6 – Concelho de Cinfães. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/)	69
Mapa III.7 – Concelho de Felgueiras. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/)	70
Mapa III.8 – Concelho de Lousada. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/)	71
Mapa III.9 – Concelho de Marco de Canaveses. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/)	73
Mapa III.10 – Concelho de Paços de Ferreira. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/)	74
Mapa III.11 – Concelho de Paredes. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/)	75
Mapa III.12 – Concelho de Penafiel. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/)	76
Mapa III.13 – Concelho de Resende. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/)	78
Mapa III.14 – Os três atuais percursos disponíveis. Fonte: Rota do Românico. (https://www.roadoromanico.com/pt/galeria/mapas/)	80

Introdução

A escolha deste tema justifica-se, primordialmente, pela ausência até ao momento de uma investigação que realize um balanço crítico dos impactos gerados pela Rota do Românico nas regiões do Vale do Sousa, Tâmega e Douro, especialmente tendo em conta que esta Rota se trata de uma das maiores iniciativas turístico-culturais da região Norte de Portugal e que conta já com vinte e seis anos de existência, revelando um percurso suficientemente longo para permitir uma análise aprofundada.

Em Portugal, nas últimas décadas, o turismo cultural tem assumido um papel de relevo na dinamização económica de diversas regiões, principalmente nas áreas rurais, e na preservação do património, sendo não apenas uma atividade económica, mas também um meio de reforço da promoção da identidade e diversidade cultural. Este fenómeno não é apenas nacional, mas sim mundial, e no caso europeu tem-se traduzido na fundação de múltiplas iniciativas, como por exemplo as rotas culturais, projetos que combinam património com cultura e desenvolvimento regional.

Ao compreender os impactos causados pela Rota do Românico, positivos e negativos, esta investigação poderá contribuir para o delinear de estratégias que melhor conjuguem a preservação patrimonial com o desenvolvimento económico sustentável, tendo sempre em conta a identidade e a coesão social das comunidades envolvidas.

A presente investigação não está isenta de limitações e dificuldades, as quais influenciaram tanto o processo de recolha de dados, assim como a interpretação dos mesmos. O primeiro obstáculo prende-se com o facto de não ter sido possível agendar uma entrevista com a Diretora do projeto, a Dr^a Rosário Correia Machado, cuja experiência (de 2006-2021 e 2025-atualidade) e perspetiva teria enriquecido o enquadramento institucional e os objetivos estratégicos do projeto em análise. O segundo obstáculo prende-se com a fraca aderência de várias unidades hoteleiras e alojamentos locais em disponibilizarem um questionário aos seus clientes, questionário esse que tem como objetivo aferir o grau de conhecimento e interesse dos turistas na região e, em concreto, com a Rota do Românico.

De facto, existe bibliografia diversa e rica acerca da arte românica em Portugal e neste território em específico, todavia permanece uma lacuna significativa no que respeita a temas como o turismo cultural, a economia patrimonial associada à Rota, a gestão levada a cabo pelos seus responsáveis, bem como as questões da acessibilidade e sustentabilidade que podem ou não existir e que são cada vez mais centrais no universo da salvaguarda e dinamização do património.

O crescimento e notoriedade da Rota do Românico, e a sua possível expansão nos próximos anos a toda a região Norte de Portugal, reforçam a necessidade de reflexões que possam orientar a sua atividade futura e servir de modelo para outras rotas culturais. Neste contexto, esta investigação procura constituir um instrumento de consulta no que diz respeito às boas práticas de defesa do património tangível e intangível, abordando temáticas que vão desde o perfil dos turistas e a salvaguarda do património, até aos impactos socioeconómicos gerados pelas rotas culturais.

O objetivo geral desta investigação é compreender os impactos da Rota do Românico na região e nas comunidades locais, com particular atenção às dinâmicas turísticas e à gestão patrimonial do projeto. De um modo mais específico, pretende-se:

- Compreender como as culturas caracterizam regiões e povos, contribuindo para a formação de identidades locais, regionais e nacionais;
- Analisar o contributo das rotas turísticas e culturais na defesa de valores identitários e dos bens patrimoniais;
- Avaliar as ações desenvolvidas no âmbito da salvaguarda e preservação do património;
- Estudar a relação entre turismo cultural e património;
- Investigar os níveis de ação e responsabilidade assumidos pela Rota do Românico.

A metodologia adotada combinou uma vertente teórica, baseada sobretudo na investigação bibliográfica (desde livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutoramento, manuais, guias e publicações promovidas pela Rota do Românico) com uma vertente empírica, através da qual foram recolhidos os dados primários. Estes dados primários permitiram a construção de uma sólida base teórica necessária para a contextualização da problemática e para

o desenvolvimento do objetivo principal do estudo. Na dimensão prática, destacam-se dois instrumentos: uma entrevista presencial realizada no Centro Interpretativo da Rota do Românico (Lousada) a 4 de abril de 2025, e um inquérito (com uma versão em português e inglês) aplicado a visitantes da Rota e a hóspedes de unidades de alojamento turístico, com recurso a questões fechadas, questões com escala de Likert e uma questão aberta de resposta opcional.

Relativamente à estrutura do presente trabalho, este organiza-se em cinco partes.

A primeira parte centra-se na contextualização teórica, dividido em quatro capítulos: “O património e a sua defesa” onde é apresentado todo o normativo legal, cartas e recomendações que devem guiar as ações de salvaguarda, preservação, restauro e dinamização patrimonial; “Turismo cultural” com uma abordagem teórica acerca do conceito de turismo, nomeadamente do turismo cultural e a sua ligação ao património; “Rotas e itinerários culturais” com descrições destes dois conceitos e apontamentos quanto às suas semelhanças e discrepâncias; e, por fim, “Rotas culturais em Portugal”, com uma apresentação das rotas reconhecidas em Portugal pelo Conselho da Europa.

A segunda parte, “Rota do Românico: contextualização histórica e cultural” realiza uma cronologia do desenvolvimento deste movimento artístico e enuncia as suas principais características, dividindo-se numa abordagem geral à arte românica europeia, à arte românica em Portugal e, em específico, à expressão deste movimento nas regiões do Vale do Sousa, Tâmega e Douro num movimento artístico que os historiadores da arte denominam de «Românico Nacionalizado». Faz ainda um apontamento inicial acerca da Historiografia deste movimento artístico, com destaque para a investigação nacional.

A terceira parte foca-se diretamente na Rota do Românico, explorando o seu desenvolvimento histórico e caracterizando os territórios que atualmente integram a Rota, com especial atenção quanto ao seu potencial turístico e económico, pontos fortes e aspetos que podem vir a ser aperfeiçoados.

A quarta parte, dedicada aos impactos da Rota, inicia-se com o aprofundamento de dois temas: a economia patrimonial e o turismo e desenvolvimento regional. De seguida, são

analisados os impactos económicos da Rota do Românico e as práticas de gestão patrimonial e sustentabilidade, sustentados pela análise dos dados recolhidos, sobretudo pela entrevista.

A última parte, intitulada “Considerações sobre a Rota do Românico” apresenta reflexões obtidas a partir da análise de dados e da revisão teórica que foi realizada ao longo da investigação. Pretende-se apontar potencialidades, desafios e limites no que concerne a futura expansão da Rota do Românico, enquadrada no Programa Norte 2030.

Por fim, a dissertação termina com uma conclusão que sintetiza os principais dados e considerações, refletindo o contributo da atual investigação para o estudo das rotas culturais em Portugal. Esta secção final aponta ainda futuros caminhos para novas investigações, tanto na área da História da Arte como em domínios paralelos como a História, o Turismo e outras disciplinas que abordem a questão do património cultural.

Parte I – Contextualização teórica

As questões acerca da conservação, preservação e divulgação do património têm sido grandes desafios para as sociedades contemporâneas, quer no que concerne o contexto da salvaguarda da identidade cultural, quer no desenvolvimento de estratégias de valorização territorial. No caso que será abordado, a interseção entre conceitos como património, gestão patrimonial, desenvolvimento regional e itinerários/rotas culturais são essenciais para compreender o real impacto e relevância do projeto da Rota do Românico.

Nesse sentido, neste capítulo será apresentada a base teórica que sustenta esta investigação, abordando conceitos fundamentais como património cultural, processos de patrimonialização, turismo cultural e itinerários culturais, tendo como base de apoio a legislação que tem sido elaborada e publicada ao longo dos anos pelos principais organismos de defesa do património, tais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios).

1. O património e a sua defesa: conceito de património e mecanismos de salvaguarda

“Heritage is our legacy from the past, what we live with today, and what we pass on to future generations. Our cultural and natural heritage are both irreplaceable sources of life and inspiration.”

(UNESCO, n.d.)

De um modo global, o termo «património» é utilizado para designar um conjunto de bens (materiais e imateriais) que possuem um valor cultural, histórico ou simbólico, cuja valorização contribui para o fortalecimento das comunidades e para o processo de construção da memória coletiva e histórica. Todo o património é uma construção social, pois a escolha de elementos que

são herdados às gerações futuras são feitas de forma ponderada, daí que “o património não é só legado que é herdado, mas o legado que, através de uma seleção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro” (Moreira, 2006). O património é, deste modo, o reconhecimento e seleção de elementos com valor identitário, um processo simbólico de legitimação de uma comunidade, que deseja transmitir determinados valores aos seus descendentes.

O termo «património» tem origem no latim “*patrimonium*”, que deriva de “*pater*” (pai) e referia-se inicialmente aos bens herdados do pai ou da família, sobretudo propriedades e riquezas. Durante muito tempo assumiu características economicistas e privadas, passando depois a expandir o seu vocabulário e englobar um sentido mais coletivo e cultural. No século XVIII, com o movimento intelectual do Iluminismo, começou-se a falar de património como algo que pertencia a uma nação, a um povo, graças ao fervor nacionalista de valorização das artes, da História e, sobretudo, dos Monumentos Nacionais. Com a Revolução Francesa, em 1789, o Estado Francês apropriou-se de bens do clero e da nobreza e declarou-os «património nacional», ou seja, um conjunto de bens que identificava a identidade e memória de um povo e que, por esse mesmo motivo, deveria ser acessível a toda a população.

A necessidade que as sociedades contemporâneas apresentam de uma ligação afetiva ao seu passado faz com que os elementos patrimoniais funcionem como instrumentos de “afirmação e legitimação de grupos sociais e, ainda, como estratégia para a captação de recursos” (Moreira, 2006), o que faz do património uma ferramenta excelente de desenvolvimento do território. Todavia, o património pode ser utilizado pelo poder político para penetrar no tecido social de modo a “expressar e legitimar a sua autoridade, ao mesmo tempo que fornece os referentes identitários necessários à construção de uma ilusão de permanência no espaço e no tempo globais” (Moreira, 2006).

Em Portugal, a preocupação em criar legislação geral e universal acerca do património remonta ao reinado de D. João V que, em 1721, promulga um Alvará Régio onde atribuía à Academia Real da História Portuguesa a missão de conservar todos os monumentos antigos que ilustrassem as características da nacionalidade.

O património apresenta diversas tipologias, indo mais além dos bens físicos e dos famosos Monumentos Históricos, que Françoise Choay (2013) considera serem mais uma construção social e abstrata. Assim, o Património Cultural trata-se do conjunto de bens, materiais e imateriais, que possuem valor histórico, artístico, científico, social ou espiritual, ou seja, construções humanas. Rapidamente, os Estados aperceberam-se que garantir a defesa, preservação, conservação e divulgação destes bens, contribui para o bem-estar social e até para o desenvolvimento económico.

Nesse sentido, ao longo dos anos, tem sido diversa a publicação de normas, diretrizes, legislação e instrumentos jurídicos que visam a defesa e o respeito universal pelo património. Desde convenções, tratados ou pactos aprovados pelos Estados que se obrigam a aplicar no seu território os princípios estabelecidos; a recomendações; orientações sem carácter vinculativo; resoluções ou cartas (Lago, 2014), a oferta multiplica-se no sentido de salvaguardar os vestígios do passado.

A Carta de Atenas de 1931 foi um dos primeiros documentos internacionais a reconhecer a relevância do património e a necessidade de estabelecer princípios para a conservação e restauro do mesmo. A carta foi elaborada durante a Iª Conferência Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos sob a supervisão da Sociedade das Nações (SDN), antecessora da Organização das Nações Unidas (ONU). Apresenta sobretudo uma preocupação pelo património tangível, arquitetónico e monumental através de uma lista de princípios de conservação e restauro. Resumidamente, a Carta defende o princípio da intervenção mínima, a documentação e registo de eventuais intervenções e o uso dos materiais originais ou os mais semelhantes aos originais.

A Carta de Veneza de 1964 foi elaborada durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos e é, ainda hoje, um dos documentos vitais no que concerne a conservação e o restauro do património cultural. Esta Carta influenciou a legislação patrimonial em muitos países, incluindo Portugal. De um modo geral, a Carta de Veneza reitera os valores defendidos pela anterior Carta, porém acrescenta dois pontos importantes: a defesa da autenticidade das diferentes épocas que estão presentes numa edificação e a sua adaptação a uma função útil à sociedade.

A Carta Europeia do Património Arquitetónico de 1975 foi um documento adotado pelo Conselho da Europa e de vital importância para a proteção e valorização do património arquitetónico. Para além de definir princípios para a preservação do património edificado, e de reconhecer a importância cultural, social e económica do mesmo, esta Carta aposta na teoria da conservação integrada, ou seja, a conservação deve ser integrada no contexto social, económico e ambiental de modo a garantir a sua sustentabilidade e funcionalidade.

Um outro documento fundamental para a conservação do património cultural foi a Carta de Burra de 1999. Baseando-se na Carta de Veneza, apresenta uma vertente mais prática e aposta nos valores culturais e no envolvimento das comunidades, originando a ideia de “lugares de significação cultural”, defendendo que uma boa política de gestão passa pela compreensão do seu significado cultural. No mesmo ano é divulgada pela ICOMOS a Carta sobre o Património Construído Vernáculo, cujo objetivo é proteger todas as construções tradicionais, com materiais e técnicas adaptadas às suas comunidades.

No ano seguinte, na Conferência Internacional sobre Conservação, é promulgada a Carta de Cracóvia, refletindo-se sobre determinados conceitos como autenticidade, gestão sustentável e diversidade cultural. É defendido que cada comunidade, tendo em conta o seu passado e memória coletiva, é responsável pela identificação e gestão do seu património. A Carta defende ainda uma abordagem multidisciplinar com especialistas de diferentes áreas, desde a História, a Arqueologia, a Arquitetura, à Engenharia, entre outras.

A Declaração de Québec sobre a Preservação do Espírito de Lugar de 2008 reconhece que a preservação do património cultural deve, para além da conservação material, focar-se nos valores imateriais, como memórias e significados, o que a declaração denomina de «espírito de lugar». Assim como a Carta de Burra, esta declaração defende que o espírito dos lugares passa pelos meios de transmissão não-formais (como rituais, lendas, práticas tradicionais, etc.) e pelos meios formais (programas educativos, bancos de dados, ferramentas pedagógicas, etc.).

A Carta de Bruxelas de 2009 surge no V Fórum Europeu sobre Património Cultural e incentivava a gestão sustentável do património, defendendo que este é um bem não renovável e que merece atenção obrigatória por parte dos serviços públicos por ser um fator de coesão social.

Defende o património cultural como um valioso recurso revitalizador, capaz de melhorar a qualidade de vida dos habitantes e de catalisar investimento.

A Declaração de Viena de 2009 defende que o património tem um papel fundamental na implementação de políticas de recuperação económica sustentável. Escuda a ideia de que o património, a longo prazo, é uma solução de sucesso e que medidas de reabilitação, restauro e conservação fornecem a oportunidade de formar mão-de-obra qualificada, conduzindo à criação de postos de trabalho. Alerta ainda para questões como a pressão turística que pode levar à descaracterização e massificação dos centros históricos.

Em Portugal, há também um conjunto de leis que visam a proteção e divulgação do património cultural. Destacamos a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural (Decreto-Lei nº 107/2001) que estabelece o regime jurídico e os princípios para a gestão, classificação, conservação e utilização do património cultural; o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural (Decreto-Lei nº 138/2009) que visa financiar medidas de proteção e valorização do património cultural: em 2021 sofreu uma alteração (Decreto-Lei nº 42/2021) para otimizar a aplicação dos recursos deste fundo que vão desde receitas do Orçamento do Estado, taxas, contribuições, donativos até outras formas de mecenato. Ainda o Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (Decreto-Lei nº 139/2009); o Decreto-Lei nº 140/2009 que estabelece o regime jurídico dos estudos, obras, projetos e intervenções sobre bens culturais classificados ou em vias de classificação de interesse nacional, público ou municipal; o Decreto-Lei nº 309/2009 com os procedimentos de classificação dos bens imóveis de interesse cultural e planos de salvaguarda; o Regime de classificação e inventariação dos bens móveis de interesse cultural (Decreto-Lei nº 148/2015); o Programa de Investimentos para o Património Cultural que destaca o papel do património na identidade nacional e na formação da cidadania, bem como a importância de promover estratégias que integram a cultura nas políticas públicas; e o Regulamento do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural e de funcionamento da Comissão Diretiva (Portaria 27/2022) que atribui novas responsabilidades ao Fundo de Salvaguarda do Património em consonância com os novos objetivos estabelecidos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Portugal tem ainda outra legislação aplicável e de interesse para o património cultural, tais como o Regime Jurídico sobre a avaliação de Impacte Ambiental (Decreto-Lei nº 51-B/2013); o código dos contratos públicos (Decreto-Lei nº 18/2008); a concordata com a Igreja Católica e ainda a própria Constituição da República.

Percebemos assim que o património não é apenas algo do passado, nem se trata simplesmente dos bens físicos, o património é um “process of engagement, an act of communication and an act of making in and for the present” (Smith, 2006). O património é a materialização da memória e identidade dos povos, o elo entre um território e as suas gentes, a representação das experiências passadas que influenciam atuais experiências e perceções. Todo o quadro legislativo que foi aqui apresentado, quer o internacional, quer a nível nacional, demonstra esta necessidade e urgência de garantir a transmissão do património às gerações futuras, não simplesmente como um legado, mas também como um recurso vivo, em constante estado de reinterpretação e adaptação às exigências contemporâneas.

2. O turismo cultural

“The convergence between tourism and culture, and the increasing interest of visitors in cultural experiences, bring unique opportunities but also complex challenges for the tourism sector.”

(UNWTO, s.d.)

O conceito de turismo apresenta diferentes descrições consoante os autores, denotando que não é fácil de o descrever nem de criar uma caracterização que seja universalmente aceite. Para o presente estudo, serão utilizadas as definições adotadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

Segundo a OMT, um destino turístico “es un espacio físico, con o sin delimitación de carácter administrativo o analítico, en el que un visitante puede pernoctar. Es una agrupación (en una misma ubicación) de productos y servicios, y de actividades y experiencias (...) incorpora distintos agentes y puede extender redes hasta formar destinos de mayor magnitud” (UNWTO, 2019). A mesma organização refere que o produto turístico é uma combinação de elementos materiais e imateriais comercializáveis desde os recursos naturais, culturais e antrópicos.

Para a OMT um turista é todo o visitante que se dirige a um local por mais de 24 horas e cujo objetivo é o lazer, diversão, estudo, religião, saúde ou negócios, exceto a obtenção de lucros. Os turistas podem ser originários do denominado turismo doméstico/interno, ou seja, todos os que se deslocam dentro do seu país de origem, ou turistas internacionais, aqueles que saem do seu país de residência.

Relativamente ao turismo cultural, este caracteriza-se por ser “un tipo de actividad turística en el que la motivación esencial del visitante es aprender, descubrir, experimentar y consumir los atractivos/productos culturales, materiales e inmateriales, de un destino turístico” (UNWTO, 2019). Neste turismo são englobadas as artes, a arquitetura, o património histórico e cultural, o património gastronómico, literatura, música, crenças e tradições. É considerado mais sofisticado, geralmente associado a uma tipologia de turistas com um grau de exigência mais elevado, mais experiência de viagens e uma maior sede por informação. Em 2018, na 22ª Assembleia Geral da OMT definiu-se turismo cultural como “a type of tourism in which the main goal of the traveler is to learn about, discover, experience, and enjoy the tangible and intangible cultural attractions and goods of the location” (Lin, et al., 2024).

De facto, o turismo cultural não é uma atividade nova, sendo que os moldes como conhecemos esta prática remontam ao século XVIII com o “*Grand Tour*”, viagens realizadas por jovens aristocratas e burgueses com o objetivo de conhecer os centros intelectuais da Europa e, numa fase mais tardia, do Norte de África e Oriente. Já no século XIX, com o Romantismo, as viagens prendiam-se com a necessidade de conhecer as suas raízes e identidade, de perceber o que os tornava diferentes dos outros. Intelectuais, filósofos, escritores e (proto)arqueólogos anseiam por viajar para os cenários reais dos momentos mais famosos da História e, inclusive, trazer consigo um pedaço desses locais.

As motivações atuais podem ser diferentes, porém o interesse por outras culturas deixou de ser “um fenómeno isolado e realizado por uma minoria, para se converter numa oferta do turismo massificado a nível global” (Lago, 2014).

De modo a promover e valorizar a atividade turística associada ao património cultural, a ICOMOS elaborou em 1999 a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, destacando o papel essencial do turismo na preservação do património cultural e no diálogo intercultural. Alerta também para a responsabilidade da comunidade, turistas e governos de cuidarem e respeitarem o património.

Bonifácio Rodrigues (2018) refere que o “turismo cultural e o património são duas faces da mesma moeda e são frequentemente invocados como estratégias de regeneração de urbes e territórios rurais de uma forma sustentável”. De facto, todos os territórios são capazes de promover atividades turísticas, pois “sem território não há turismo” (Vieira, 2015). Porém, quanto maior a riqueza e diversidade do seu património, mais fácil será captar a atenção de curiosos, pois “o património cultural material e imaterial está diretamente ligado a este desejo do visitante, de traçar caminhos novos, de experimentar novos lugares, novas culturas, novos saberes e novas paisagens” (Bonifácio, 2018).

Segundo Moscatelli (2024) “Cultural tourism is an inevitable component of cultural heritage, a key driver of economic growth, and a promoter of local identity”, o que faz com que “the preservation and reveal of cultural heritage through tourism development has become a primary objective for numerous nations”.

O património cultural, tanto material (ex.: monumentos, sítios arqueológicos, edifícios históricos), quanto imaterial (ex.: tradições, festivais, gastronomia) é a base do turismo cultural que, por sua vez, contribui com receitas utilizadas na preservação, valorização e promoção desse mesmo património. O turista desta modalidade gosta de se sentir como parte da comunidade local, procurando por experiências autênticas e uma forte conexão com a história e identidade de um local. São então conceitos complementares, todavia é importante garantir um equilíbrio entre proteção patrimonial e atividades turísticas.

Com a globalização, viagens mais rápidas e económicas, e uma procura por destinos menos conhecidos, conceitos como autenticidade e sustentabilidade tornam-se centrais nos acesos debates sobre o impacto do turismo no património. A valorização da identidade local e das experiências genuínas passam a ser fatores determinantes para o desenvolvimento de estratégias de crescimento económico local. Assim, apesar do turismo nacional e internacional continuarem a ser “um dos principais veículos do intercâmbio cultural” (ICOMOS, 1999), há que ter em atenção que “o turismo excessivo pode (...) prejudicar a integridade física e o significado do património. O turismo pode também conduzir à degradação dos espaços naturais e culturais das comunidades de acolhimento” (ICOMOS, 1999).

O turismo tem um forte peso na economia portuguesa, não apenas o turismo de praia e sol, característico dos meses de verão, mas também o turismo cultural, num país que conta com dezassete bens considerados Património Mundial pela UNESCO e uma rica história e diversidade geográfica.

Segundo as leis portuguesas, o património cultural é constituído por “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante” (Decreto-Lei nº 107/2001). A lei especifica ainda que a língua portuguesa, os bens históricos, paleontológicos, arqueológicos, arquitetónicos, documentais, artísticos, etnográficos, científicos, sociais, industriais, técnicos, bem como todos “aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas” constituem o Património Cultural Nacional. Todos estes elementos podem ser incluídos na prática do turismo cultural, até porque são recursos que atraem visitantes, ávidos por contactar uma cultura diferente da sua, o que denota o leque de oportunidades de criação de produtos turísticos em Portugal.

Com o “processo de *mercantilização* da cultura” (Henriques, 2008) verificam-se alterações tanto na própria atividade turística, como no conceito de património cultural. Atualmente, a cultura é um produto consumível e face à proliferação de ofertas torna-se obrigatório criar produtos mais originais capazes de satisfazer a necessidade dos turistas culturais. É neste sentido que surgem os itinerários e rotas culturais, percursos assentes no desenvolvimento do turismo sustentável e que dão a conhecer áreas mais ruralizadas ou fora dos grandes centros urbanos.

3. Rotas e itinerários culturais

“O conceito de itinerário cultural é inovador, complexo e multidimensional, pois introduz e representa uma contribuição qualitativa para o conceito de património e a sua conservação”

(Carta Sobre Os Itinerários Culturais, 2008)

A origem do termo «rota» encontra-se no latim “*rupta*”, o “termo usado para designar um relatório com a descrição de todos os acidentes marítimos e geográficos necessários para se poder planear ou descrever uma viagem” (Rodrigues, 2018). Desde a Antiguidade que o ser humano se mobilizou por vários territórios, seja para desempenhar trocas comerciais, seja para cumprir deveres políticos e/ou religiosos. Diferentes civilizações estabeleceram percursos estratégicos como as rotas comerciais sendo exemplo a famosa Rota da Seda que facilitou as trocas entre o Oriente e o Ocidente ou a Via Ápia que deu origem a uma rede de estradas úteis para o processo de Romanização do Império Romano; rotas religiosas e de peregrinação como os Caminhos de Santiago, popularizados na Idade Média e com grande impacto ainda hoje; ou até as rotas de expansão territorial como as rotas marítimas que foram estabelecidas pelos Descobrimentos Portugueses a partir do século XV. Todas “as rotas desempenharam funções simples e/ou complexas de carácter multifacetado, relacionadas com a política, a geografia, a economia e a cultura” (Sousa, 2023).

Se a Idade Média popularizou as rotas de peregrinação, se o Renascimento deu a conhecer rotas de intercâmbio cultural, então a Revolução Industrial deu a conhecer as rotas do turismo moderno, inspiradas em percursos históricos. Com uma burguesia com um maior poder de compra, horários laborais mais consistentes e direito a períodos de férias, viajar deixou de ser apenas para os mais abastados ou de acontecer por motivos que fossem para lá do mero prazer e descanso.

Segundo Bonifácio Rodrigues (2018), «rota» e «itinerário» podem ser considerados termos sinónimos, no entanto apresentam ligeiras diferenças. «Rota» é o conceito mais utilizado em termos turísticos e promocionais e está associada a uma direção, no entanto, o ponto de saída e o ponto de chegada não coincidem. Já o termo «itinerário» “representa a descrição de um caminho ou de uma rota, especificando lugares de passagem e propondo a oferta de atividades e serviços durante a sua duração”. Para além destes dois conceitos existem ainda o circuito (programa em que os pontos de partida e de chegada coincidem), a visita (observação de um local que está incluído num itinerário) e o “heritage corridor” (redes de criatividade cultural e intercâmbio económico) (Lin, et al., 2024).

Tabela I.1-Principais Diferenças entre Itinerário e Rota Cultural

Critério	Itinerário Cultural	Rota Cultural
Âmbito	Geralmente internacional ou nacional	Geralmente regional ou local
Foco	Movimento cultural e histórico	Experiência turística e patrimonial
Objetivo	Conexão entre culturas	Valorização de um conjunto de bens
Exemplo	Caminhos de Santiago	Rota do Românico

As rotas culturais podem ser categorizadas segundo os temas que pretendem abordar: rotas temáticas, “routes that focus on a specific thematic element”; rotas históricas, “routes that revolve around monument and cultural elements of a specific time period or era”; ou rotas mistas, “routes that include elements of both cultural and natural heritage, regardless of type or era, as part of the overall cultural landscape of a place”. (Iakovaki, et al., 2023).

As rotas culturais têm como missão preservar o património cultural e natural, garantindo que tradições, monumentos e lugares significativos sejam protegidos e legados às gerações futuras; promovem práticas de turismo sustentável, beneficiando quer as comunidades locais, quer os visitantes; fomentam o intercâmbio cultural, através de projetos educativos e de valorização da diversidade; e apoiam o desenvolvimento económico local, através da criação de emprego e apoios às pequenas e médias empresas. Para que todos estes parâmetros sejam alcançados e a rota seja considerada um sucesso é necessário que exista a colaboração e diálogo entre todas as partes interessadas no projeto (desde as Autarquias às iniciativas privadas, por exemplo); que o

projeto seja comum aos interesses dos promotores; que se realize uma programação de conteúdos; assegurar a qualidade da prestação de bens e serviços; garantir a salvaguarda dos valores tangíveis e intangíveis; que se proceda a uma monitorização e avaliação regular de modo a garantir uma melhoria contínua do produto.

As rotas são produtos comerciais, todavia, têm tido um grande papel na preservação e promoção de heranças culturais, levando a que organizações como a UNESCO e o Conselho da Europa tenham vindo a trabalhar continuamente na criação e divulgação das mesmas.

O programa dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa, criado em 1987, tinha como objetivo “mostrar, através de viagens no espaço e no tempo, que o património dos diferentes países da Europa constitui um património cultural comum que pode ser utilizado como um recurso para o desenvolvimento sustentável das regiões” (Rodrigues, 2018).

No ano de 1994, na cidade de Madrid, a UNESCO e o ICOMOS publicam o relatório de uma reunião denominado “Routes as a Part of Our Cultural Heritage”. Este relatório reconhece as rotas como património cultural devido às trocas culturais, sociais e económicas que proporcionam, contudo, o ponto mais relevante deste relatório é o que concerne os critérios para a inclusão no Património Mundial, já que considera que as rotas culturais podem ser inscritas como um tipo específico de paisagem cultural, desde que apresentem valores autênticos e excecionais.

Em 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, organizada pela UNESCO, defendeu que o património cultural deve ser protegido e preservado, quer o de carácter tangível, quer o intangível, e que para tal era necessário salvaguardar tradições e expressões orais, expressões artísticas, práticas sociais, rituais e eventos festivos, conhecimentos e processos e técnicas tradicionais.

Com a implementação da Convenção do Património Mundial da UNESCO, a partir de 2005, também os itinerários culturais passam a ser uma das categorias para a inclusão de locais na Lista do Património Mundial. Na Europa, o Instituto das Rotas Culturais desenvolve o “European Economic Interest Grouping (EEIG) «Cultural Routes», giving life to a common

organization which aims to gather all the networks responsible for the cultural routes of the Council of Europe” (Nagy, 2012).

Em 2008, a ICOMOS defendeu que as rotas culturais podem ser classificadas de diversos modos, segundo o seu âmbito territorial; o seu escopo cultural; objetivo ou função social, económica, política ou cultural; a sua duração no tempo; a sua configuração estrutural e segundo o seu ambiente natural. O Comité Internacional de Rotas Culturais, organismo sob a alçada da ICOMOS, “encarrega-se de identificar, estudar e proteger rotas culturais diversas” (Sousa, 2023) tendo como referência a Carta Internacional sobre Rotas Culturais.

4. Rotas culturais em Portugal

“A criação de rotas turísticas afirmou-se como estratégia municipal e intermunicipal crucial que se baseia numa ideologia do turismo como atividade integradora e potencializadora de um desenvolvimento territorial sustentável.”

(Costa, 2020)

Atualmente Portugal integra vinte itinerários culturais patrocinados pelo Conselho da Europa, para além de outras rotas nacionais e rotas de Património Mundial da Unesco. A nível interno cabe ao Instituto Público do Património Cultural e ao Museus e Monumentos de Portugal aplicarem os diplomas que são promulgados para classificar, inventariar, intervencionar e criar zonas de proteção, de modo a assegurar que os itinerários culturais sejam defendidos nos seus diversos âmbitos: do ponto de vista cultural, ambiental e patrimonial.

Portugal goza de um enquadramento robusto e articulado, apesar de não existir uma lei única e específica dedicada exclusivamente aos itinerários/rotas culturais, porém existe um conjunto de instrumentos legais e normativos que apoiam a implementação e valorização destes.

Destacamos a Resolução CM/RES(2013)67 do Comité de Ministros do Conselho da Europa, a base dos critérios para a certificação de rotas culturais que conta com uma série de obrigações e critérios de seleção, desde os temas que devem abordar¹, a promoção de intercâmbios, aposta no desenvolvimento sustentável, o envolvimento de instituições de ensino e apoio a iniciativas de investigação. A certificação destas rotas fica encarregue ao Conselho de Administração do Acordo Parcial Alargado sobre Rotas Culturais (Governing Board of the Enlarged Partial Agreement on Cultural Routes) que todos os anos, no mês de maio, se reúne para emitir as certificações, bem como proceder às avaliações regulares das rotas existentes.

Para além da já mencionada Lei de Bases do Património Cultural, que inclui e apoia iniciativas como os itinerários culturais, Portugal tem ainda à sua disposição o Plano Nacional das Artes e Estratégias de Turismo Cultural. Embora não seja concretamente uma lei, mas sim uma iniciativa do governo português que visa promover as artes e cultura, trata-se de um conjunto de documentos estratégicos capazes de orientar as políticas públicas e que incluem nos seus apoios os itinerários culturais como ferramentas de desenvolvimento sustentável e de valorização territorial.

Apresentam-se, de seguida, os itinerários culturais dos quais Portugal é membro, reconhecidos e patrocinados pelo Conselho da Europa.

1) Os Caminhos de Santiago

Desde 1987 que Portugal integra os Caminhos de Santiago, ano em que o Conselho da Europa declarou os caminhos de peregrinação como trajetos de viagem espiritual e de elevada riqueza cultural que uniam a Europa, pessoas e locais distintos, através de valores comuns. Os Caminhos de Santiago foram “conceived by the Council of Europe as a common heritage and historical model of coexistence and solidarity” (Saint James Way, s.d.). A 25 de Maio de 2011 foi criada a Federação dos Caminhos de Santiago de Compostela, cujos objetivos primordiais

¹ Estes devem ser representativos dos valores europeus e pelo menos comuns a três países.

defendem a preservação da rota enquanto símbolo de união entre os diferentes estados que a compõem e o envolvimento de associações socioculturais e económicas.

Em 819 foram descobertos os restos mortais de São Tiago e pouco tempo depois a Igreja declarou a construção de um local sagrado para venerar as relíquias. (Amos & Dallen, s.d.) Desde o século IX que os caminhos de Santiago se tornaram uma das peregrinações cristãs mais importantes do mundo. Na Idade Média acreditava-se que ao completar esta peregrinação o fiel obtinha indulgência plena e total. No século XI “pilgrim numbers varied half a million to 2 million arrivals per year” (Amos & Dallen, s.d.) denotando já a grande procura por parte dos Cristãos nesta rota, fazendo com que Santiago de Compostela fosse o terceiro destino cristão mais visitado do mundo a seguir a Roma e a Jerusalém. No século XII assiste-se ao alargamento e expansão dos caminhos com início no denominado «*Camino Francés*» a praticamente toda a Europa Ocidental.

Para além da data de 1987, que estabeleceu a rota, existem mais três datas que contribuíram para a elevada procura turística deste local. A primeira foi em 1989 com o «Dia Mundial da Juventude» promulgado pelo Papa João Paulo II com o objetivo de “unite Catholic youth and help them develop their spiritual selves in a cross-cultural setting.” (Amos & Dallen, s.d.), contando com a participação de cerca de 400 mil jovens de todo o mundo. Em segundo lugar, em 1993, deu-se o «Jubileu» com comemorações em Santiago. Segundo Amos e Dallen, o Jubileu foi “considered by the Galicians regional government to be an ideal time to promote the trail for its potential economic impacts through tourism”. Por fim, ainda em 1993, os Caminhos de Santiago são adicionados à lista de Património Mundial da UNESCO “thereby increasing its global visibility even further”.

No caso específico de Portugal um dos trajetos mais antigos e melhor documentado é o «Caminho Português Interior de Santiago», que se estende de Viseu a Chaves com término na famosa Via da Prata. O município de Vila Pouca de Aguiar é o membro português da Federação dos Caminhos de Santiago e representa trinta e cinco municípios e entidades que constituem a Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago de Compostela. (Saint James Way, s.d.). Os caminhos portugueses resultam de esforços por parte dos municípios, marcados pela riqueza patrimonial, associando cultura à natureza e ambiente rural. Em Portugal, muitos destes

percursos são usados simultaneamente para os peregrinos em direção a Compostela, mas também por aqueles em direção ao santuário de Fátima. São mais de duzentos e cinco quilómetros entre Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Maria de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves. Em 2017, 12,940 turistas oriundos de Portugal percorreram os Caminhos de Santiago, representando 7.68% do total de visitantes. (Amos & Dallen, s.d.).

O turismo religioso, nomeadamente as peregrinações, são uma das manifestações mais marcantes da devoção religiosa e das mais influentes. No caso concreto do Cristianismo, a menção mais antiga a esta prática remonta à viagem realizada pelos Reis Magos aquando do nascimento de Jesus em Belém. Esta prática atingiu o seu auge durante a Idade Média, principalmente com o culto às relíquias e ao desejo de conhecer os túmulos de mártires e santos. Na atualidade, “pilgrimage is simply one form of tourism; pilgrims utilize commercial transportation, stay in commercial lodgings, shop for souvenirs, visit museums and historic sites, and dine in restaurants and cafes” (Amos & Dallen, s.d.). De facto, alguns dos locais mais visitados nos nossos dias são lugares com conotação religiosa devido à sua beleza arquitetónica, valor patrimonial ou cultural, abrindo o turismo religioso a novas experiências.

2) Rota do Legado Andaluz

A Rota do Legado Andaluz recria os percursos que outrora foram realizados para ligar diferentes regiões do Reino de Granada à restante Andaluzia, Múrcia e Portugal (Legado Andalusi, s.d.). Estes caminhos são considerados Itinerário Cultural Europeu pelo Conselho da Europa desde 1997, uma “marca, un concepto, que aglutina temáticas variadas; historia; cultura; patrimonio; gentes y tradiciones.” (Legado Andalusi, s.d.). Tem como objetivo fornecer uma nova oferta turística, numa região que tem já uma elevada procura pelos seus recursos históricos, culturais e paisagísticos.

Pretende dar a conhecer outras povoações e locais de interesse que contam com a existência de monumentos, referências históricas e/ou lendárias e que de certo modo representam a

civilização Andaluza. Segundo a Organização desta rota, os itinerários/rotas “permiten acceder a diferentes lugares ya sea siguiendo las actuales vías de comunicación, recuperando caminos tradicionales o volviendo a andar por donde lo hicieron antiguos viajeros” (Legado Andalusi, s.d.).

São percursos com origens entre os séculos VIII e XV, herdados pelos árabes, que se subdividem em rotas de menor dimensão: a «Rota do Califado» (de Córdoba a Granada), a «Rota dos Nazarenos» (Navas de Tolosa a Granada), a «Rota de Wahington Irving» (entre Sevilha e Granada) e a «Rota dos Almorávidas» (de Tarifa a Granada). De Portugal parte a «Rota de al-Mutamid», o último rei dos abádidas do reino Taifa e um importante poeta que terá nascido em Portugal, com saída de Lisboa, passagem pelo Algarve² e chegada a Sevilha. Tem como prioridade dar a conhecer “Paisagens muito diferentes [que] fazem desta rota uma das mais ricas, não só no que respeita o património monumental, mas também no que concerne os espaços naturais” (Ruta de al-Mutamid, s.d.).

A rota foi criada com o objetivo de usar o turismo cultural como instrumento de desenvolvimento dos recursos histórico-culturais, nomeadamente na região de fronteira entre Andaluzia e Algarve. O projeto foi primeiramente pensado num Programa de Cooperação Transfronteiriço entre Portugal e Espanha (2007-2013) e cofinanciado com o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). São ainda parceiros a Confederação Empresarial de Comércio da Andaluzia (CECA), a Direção Regional de Cultura do Algarve, as Câmaras Municipais de Silves e Tavira e a Associação Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur. (Ruta de al-Mutamid, s.d.).

A rota tem diversas infraestruturas de apoio, desde um guia, a mapas, folhetos, sinalização na rede viária e placas com informação histórica nos pontos de interesse. Ao longo do percurso encontram-se um rico património monumental (por exemplo a Fortaleza de Sagres, Fortaleza do Cabo de São Vicente, Fortaleza de Santo António do Beliche, Forte da Baleeira, Igreja Matriz de Vila do Bispo, Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, Igreja Matriz da Raposeira), denotando a herança cultural que foi legada pela influência muçulmana nesta região.

² Pelas cidades de Aljezur, Sagres, Silves, Albufeira, Loulé, Paderne e Tavira.

Segundo Alexandra Gonçalves (2019) “A rota estrutura uma narrativa baseada numa herança cultural comum a Portugal e Espanha, tendo na sua origem a convicção de que as rotas culturais são um elemento fundamental na construção de uma relação de benefícios mútuos entre cultura e turismo”. O sucesso desta rota prende-se com o facto de os monumentos não serem observados como elementos isolados, mas sim integrados com outros elementos turísticos como o turismo balnear, urbano, rural e com a gastronomia local.

3) Rota Europeia do Património Judaico

A Rota Europeia do Património Judaico teve origem através da Associação Europeia para a Preservação e Divulgação da Cultura Judaica e uma organização não governamental em 2004. Constitui uma rede de instituições europeias diversas, desde organismos públicos, a fundações privadas às comunidades judaicas, com a missão de desenvolver iniciativas culturais e educacionais acerca dos Judeus na Europa. Esta Rota “acts as a channel for intercultural dialogue and promoting better knowledge and understanding of European history, creating awareness of cultural diversity and strengthening European citizens` cultural identity.” (Jewish Heritage, s.d.). Segundo a Associação, este projeto é um convite a todos os que desejam descobrir e viajar pelo património arquitetónico e cultural judeu existente no continente europeu, e simultaneamente ser “a key resource for responsible tourism and sustainable development” (Jewish Heritage, s.d.).

Desde 1999 que a Associação organiza atividades e eventos de forma a divulgar a diversidade e riqueza da cultura Judaica, bem como a sua influência a nível local, regional e nacional. Os curiosos podem contar com concertos, conferências, visitas guiadas e com o festival «Dias Europeus da Cultura Judaica» com ocorrência anual.

Tem presença em vinte e um países, incluindo Portugal, que se faz representar oficialmente através da «Rede de Judiarias de Portugal – Rotas de Sefarad» cuja missão é a “defesa do património urbanístico, arquitetónico, ambiental, histórico e cultural, relacionado com a herança judaica, valorizando o contributo dos judeus para a história, a cultura, a ciência e o

desenvolvimento de Portugal desde os finais da época romana” (Património Cultural, s.d.). A Rede de Judiarias conta com trinta e sete municípios que contribuem para a preservação das marcas deixadas pela população judaica através de visitas temáticas e museus. Para além disso, dinamizam encontros culturais, jornadas de património e produção científica acerca da herança judaica.

4) Rota da Oliveira

Nos países mediterrâneos, as oliveiras, para além de serem uma imagem de marca da sua paisagem, são a representação do quotidiano dos povos que aqui habitam, sendo uma árvore com um estatuto quase sagrado pois está “associada aos ritos e costumes mediterrânicos desde tempos imemoriais” (Património Cultural, s.d.). Do Norte de África, Grécia, Itália, Península Ibérica, Turquia e Médio Oriente, a oliveira transformou-se numa fonte de rendimento supervalorizada e num símbolo nacional.

A oliveira tornou-se num símbolo patrimonial cultural devido à sua influência na gastronomia e “até à arte e às tradições, o desenvolvimento social destas zonas foi largamente moldado pela oliveira” (Património Cultural, s.d.). Deste modo, a Rota da Oliveira pretende preservar toda a vivência civilizacional que se foi construindo em volta desta árvore, bem como as produções derivadas da azeitona e do azeite “sejam estas culturais, artísticas, literárias ou antropológicas”.

A Rota da Oliveira surge em 2005 através do Conselho da Europa que pretendia promover a “cooperation between remote areas that would otherwise be condemned to isolation, since they bring together all the players involved in the economic exploitation of the olive tree (artists, small producers and farmers, young entrepreneurs, etc.)” (Council of Europe, s.d.). Desta forma, através da valorização de um produto endógeno das regiões que constituem a rota, e contando com o apoio da União Europeia, a Rota torna-se numa estratégia económica que visa aumentar a divulgação e produtividade de sectores relacionados, direta ou indiretamente, com a oliveira.

5) TRANSROMANICA

A TRANSROMANICA “The Romanesque Routes of European Heritage” é um itinerário organizado pelo Conselho da Europa em 2007 que percorre nove países: Alemanha, Áustria, Portugal, Espanha, França, Itália, Eslováquia, Sérvia e Roménia. Em Portugal a sua representação é feita através da Rota do Românico, que conta com itinerários pelos vales do Sousa, Tâmega e Douro, contando com cinquenta e oito monumentos e três centros de interpretação distribuídos por doze municípios³.

Esta rota pretende reunir percursos e itinerários de diferentes países que têm em comum um elemento artístico, o Românico, estilo que terá surgido no final do século X e que se manifestou sobretudo na arquitetura, na escultura e na pintura mural. “O Românico é considerado o primeiro estilo europeu, já que a arquitetura e as artes plásticas deste período apresentam uma transversalidade comum aos reinos europeus de então, não obstante as suas singularidades regionais” (Património Cultural, s.d.), sendo que na Península Ibérica terá perdurado até meados do século XV, desenvolvendo características muito próprias.

Ao longo desta rota encontra-se um importante legado artístico representado sobretudo nas catedrais, mosteiros, castelos, igrejas, memoriais, túmulos, pintura mural e na escultura. A organização da rota “strives to promote its member regions, buildings and sites and make them accessible to the public” (Council of Europe, s.d.) através do turismo cultural sustentável, ações de marketing e pela preservação dos edifícios. Para além disso, defende princípios fundamentais, tais como “human rights, cultural democracy, cultural diversity and identity, mutual exchange and enrichment across boundaries and centuries”.

6) ITER VITIS – Caminhos da Vinha

³ Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende.

A Rota Cultural dos Caminhos da Vinha na Europa, criada em 2009 e classificada como Itinerário Cultural pelo Conselho Europeu, tem como objetivo primordial a promoção do património cultural, histórico e paisagístico associado ao vinho de qualidade. A rota conta com múltiplos itinerários em vinte e quatro países da Europa e Médio Oriente de modo a dar a conhecer a cultura da vinha, a relevância desta prática agrícola, as paisagens vitivinícolas e vinificação.

O propósito da rota é que o “viajante pode passar numa vinha para ver de que modo a natureza se alia ao trabalho humano” (Património Cultural, s.d.) observando paisagens artificialmente alteradas pela mão humana e conversando com pequenos produtores que organizam visitas guiadas e provas de vinho.

Em Portugal esta rota é oficialmente representada pela Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV), contando com ações de promoção tais como os projetos na “Rede de Museus Portugueses do Vinho, a eleição anual da Cidade do Vinho, a Rede de Freguesias Vinhateiras, o Dia do Enoturismo ou o programa Viagens de Baco” (Património Cultural, s.d.).

A rota, que começou por querer demonstrar a importância da domesticação da videira a nível social e cultural, procura também divulgar a vida rural, a realidade dos lagares e adegas, técnicas tradicionais e ancestrais e tradições relacionadas com esta atividade. O enoturismo não é apenas sobre “selling wine, is a union of feelings and experiences that the wine lover lives in everything that implies this world not only to drink” (Itervitis, s.d.).

A Iter Vitis segue ainda as indicações da Carta do Turismo Sustentável do Vinho e da Gastronomia, carta que explora práticas sustentáveis como a regulação da pegada ecológica individual, como adotar a dieta Mediterrânica, onde procurar informação sobre os hábitos e tradições locais, como respeitar a comunidade local, quais os meios de transporte menos poluidores, como lutar contra o desperdício alimentar, diminuir o consumo de água e como preservar e partilhar os conhecimentos culinários tradicionais.

7) Caminhos de Arte Rupestre Pré-Histórica

O conceito deste itinerário surgiu pela primeira vez em 2007 como resultado de um projeto denominado “Red Europea Primeros Pobladores y Arte Rupestre Prehistórico” (REPPARP) que tinha realizado uma investigação profunda entre 2004 e 2007 acerca das primeiras comunidades que habitaram o continente europeu. Em 2008, o projeto foi registado como associação oficial atraindo outras entidades legais interessadas na gestão e promoção da arte rupestre e sítios arqueológicos, estes localizados maioritariamente em locais ruralizados. Em 2010, é agraciada com o reconhecimento do Conselho da Europa enquanto Rota Cultural.

Segundo o Conselho da Europa (s.d.) “Prehistoric Rock Art Trails is the largest European network of cultural and tourism destinations showing to the general public the Art of the first communities who lived in Europe”. A arte rupestre terá surgido há cerca de quarenta e dois mil anos atrás e, em determinadas regiões da Europa, perdurou até ao início da Idade do Ferro. Trata-se de “uma arte repleta de simbolismo, aliada às crenças ancestrais e cheia de referências à natureza” (Património Cultural, s.d.) com traços abstratos e geométricos que apenas serão repetidos na História da Arte no início do século XX.

Na Europa existem mais de duzentos sítios de arte rupestre visitáveis, estando estes integrados nesta rota que percorre oito países: Finlândia, Noruega, França, Itália, Espanha, Portugal, Geórgia e Azerbaijão. Em Portugal a rota é representada pela Fundação Côa Parque e pelo Museu de Arte Pré-Histórica do Mação, sendo estes espaços educativos e expositivos dirigidos ao público geral que queira conhecer os principais polos de arte rupestre do território português.

8) Rota Europeia dos Cemitérios

Esta rota foi criada através da ação da “Association of Significant Cemeteries in Europe” com a missão comum de preservar e divulgar o património cultural e arquitetónico dos cemitérios. Foi reconhecida pelo Conselho da Europa em 2010 pretendendo dar a conhecer “the

common symbols, stories, art and architecture” e valores culturais partilhados entre os diferentes estados europeus que a integram. (Council of Europe, s.d.).

Os cemitérios, através da sua escultura e estruturas, refletem as medidas de planeamento urbano do tempo aquando da sua construção e “os hábitos e as práticas antropológicas relacionadas com a morte” (Património Cultural, s.d.) os que os torna em locais de cultura, pois partilham a história e memória local. Neste sentido, foi criada a «Semana da Descoberta dos Cemitérios Europeus», que defende a divulgação destes locais enquanto autênticos museus ao ar livre.

Em Portugal a rota é representada através do Cemitério de Agramonte (Porto), Cemitério do Alto de São João (Lisboa), Cemitério da Lapa (Porto), Cemitério do Prado do Repouso (Porto) e pelo Cemitérios dos Prazeres (Lisboa).

9) Itinerário Europeu das Cidades Termas Históricas

Trata-se de uma rota elaborada por uma associação sem fins lucrativos com o objetivo de “encourage, protect and enhance thermal, artistic and cultural heritage throughout Europe”. (Council of Europe, s.d.). A rota recebe o certificado de reconhecimento do Conselho da Europa em 2010, no entanto apenas é reconhecida formalmente em 2020.

A prática termal tem as suas origens na Antiguidade enquanto método terapêutico sendo que a sua grande expansão e utilização aconteceu aquando do Império Romano, chegando até aos nossos dias impressionantes vestígios arqueológicos da prática dos banhos públicos romanos. Na Idade Média e no Renascimento a prática continuou, aqui já associada à sua ação de cura dos males do corpo. No século XVIII e XIX as cidades termas atingem o seu auge graças ao desenvolvimento da medicina que passa a recomendar as termas como uma boa prática de cuidado de saúde. Com a elevada procura destes locais, assiste-se à “evolução dos transportes, nomeadamente dos caminhos de ferro, [que] tornaram as cidades termas acessíveis. (Património Cultural, s.d.).

De cuidados de saúde, ao relaxamento, prazer e cuidados de beleza, as termas aumentam os seus serviços desenvolvendo hotéis que aliam “a arquitetura de ponta ao requinte do design e do *arts and crafts*, e espaços de lazer como casinos, teatros, promenades, jardins e quiosques”, (Património Cultural, s.d.) aliando o turismo de saúde ao turismo cultural e de lazer.

As estâncias termais desta rota encontram-se distribuídas por dezassete países europeus, sendo que Portugal se faz representar por duas cidades termais: São Pedro do Sul, de fundação romana e famosas pelo banho e cura de D. Afonso Henriques; e Caldas da Rainha, o hospital termal mais antigo do mundo e ainda em funcionamento. Estes dois exemplos aliam o turismo termal a um “passeio pela história da arte, da arquitetura e da medicina portuguesa, ao mesmo tempo que continuam a disponibilizar tratamentos com águas minerais para tratar diversas patologias”. (Património Cultural, s.d.).

10) Rota da Cultura Megalítica

Este projeto visa promover um turismo de baixo impacto através de “existing roads and nature route ways as well as promoting mobility in harmony with nature” (Council of Europe, s.d.), aliando-se a museus, escolas, universidades e outras organizações de modo a desenvolver programas específicos para crianças e jovens. A rota teve a sua oficialização em 2013 pelo Conselho da Europa e encontra-se em onze países.

A sua intenção é compreender e dar a conhecer as construções megalíticas, consideradas a “arquitetura autóctone mais antiga que encontramos no espaço europeu” e que foi aplicada na construção de santuários e locais de enterro. (Património Cultural, s.d.). Percorrendo esta rota encontram-se diversos sítios arqueológicos, centros museológicos e interpretativos, muitos deles localizados em parques naturais e geoparques, associando deste modo o património cultural e histórico às paisagens circundantes através de atividades exteriores como caminhadas e ciclismo.

Em Portugal é a Associação de Estudos do Alto Tejo que representa o itinerário, destacando as regiões da Beira Baixa e do Alto Alentejo (concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão). Para além de atividades de estudo e divulgação, celebra-se o «Dia Europeu da Cultura Megalítica» a vinte e oito de abril que conta com conferências temáticas, visitas guiadas e atividades recreativas para os mais jovens.

11) Rede de Arte Nova

A Arte Nova (ou *Art Nouveau*) foi um movimento artístico que floresceu entre 1890 e 1910, caracterizando-se por ser um estilo decorativo muito ornamentado, influenciando-se na natureza, no uso de formas curvas e orgânicas e em imagens de mulheres. Foi uma resposta à industrialização do século XIX, procurando regressar à originalidade do artesanato. Em cada país, este movimento artístico apresentou especificidades locais, sendo que em Portugal estas diferenças são mais patentes nas cidades de Lisboa, Porto e Aveiro, sobretudo nas fachadas ornamentadas a ferro e a azulejo e nos objetos decorativos a vidro.

A rota começou por ser um projeto de uma organização sem fins lucrativos com sede em Bruxelas, mas em 2014 foi reconhecida pelo Conselho da Europa. Esta rota procura dar a conhecer o património artístico da Arte Nova existente em mais de vinte cidades europeias e explicar a relevância deste movimento artístico na história contemporânea “e a sua relação com a natureza, a sociedade, a ecologia e a inovação técnica.” (Património Cultural, s.d.).

Em Portugal a rota tem representação oficial através do Museu Arte Nova de Aveiro, sendo a cidade de Aveiro a capital portuguesa da Arte Nova, responsável por “várias atividades de divulgação da Arte Nova em Portugal com a realização de visitas guiadas, *workshops*, oficinas e ateliers, exposições temporárias”. (Património Cultural, s.d.).

12) Rota do Imperador Carlos V

Carlos V foi uma figura que mudou a história e a geopolítica europeia, tendo sido imperador do Sacro Império Romano Germânico e rei de Espanha e reconhecido pelas diversas viagens que fez pela Europa de modo a conhecer os seus vastos domínios. A Rota do Imperador Carlos V reconstitui os percursos realizados pelo monarca entre 1517 e 1557, contando com mais de oitenta cidades.

O projeto surgiu a vinte e cinco de abril de 2007 através da “Red de Cooperación de las Rutas del Imperador Carlos V” cujo objetivo era “la defensa y promoción de los recursos turísticos, históricos-culturales y económicos”. Consoante a expansão desta rede de Espanha até outros países europeus, com o objetivo de elaborar uma rede de informação em torno da figura e obra de Carlos de Habsburgo, a rede de cooperação apresenta a candidatura do seu projeto, em 2013, ao Instituto Europeu dos Itinerários Culturais. O reconhecimento formal pelo Conselho da Europa apenas acontece em 2015. (Itinera Carolus V Imperator, s.d.).

Em Portugal é através do «Itinerário da Imperatriz Isabel» que se faz representar a rota. O itinerário reconstrói “a viagem feita em 1526 pela Infanta D. Isabel de Portugal por ocasião do seu casamento com o Imperador” (Património Cultural, s.d.), tendo o seu cortejo se dirigido até Elvas, com paragens em Vendas Novas, Évora e Estremoz.

13) Destination Napoleon

Famoso líder militar e político, notável na Revolução Francesa e pela expansão dos ideais franceses pela Europa, Napoleão Bonaparte tornou-se numa das figuras mais importantes da história mundial. Enquanto chefe militar, “transformou o urbanismo e a arquitetura das cidades europeias, influenciou a arte e a cultura dos artistas que lhe foram contemporâneos, renovou a religiosidade, a política, a geoestratégia da Europa” (Património Cultural, s.d.).

Fundada em 2004, a Federação Europeia das Cidades Napoleónicas consistia num grupo de cinquenta cidades que passaram pelo controlo e influência de Napoleão Bonaparte. O projeto nasceu pela “volonté des municipalités de replacer leur patrimoine historique napoléonien dans

sa dimension européenne.” (Destination Napoleon, s.d.). Em 2015, recebe o certificado oficial de Itinerário Cultural pelo Conselho da Europa, transformando-se num itinerário “de valorisation et mise en réseau du patrimoine napoléonien.”

Portugal, que sofreu três invasões francesas (1807-1811) apresenta um património de interesse, bem como uma perspetiva histórica enriquecedora sobre estes acontecimentos. A rota apresenta um itinerário turístico-cultural temático de seis percursos entre Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte, Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira (Património Cultural, s.d.), passando por sítios emblemáticos como os terrenos circundantes de Lisboa onde foram erguidas as famosas Linhas de Torres.

A missão primordial desta rota é “garantir a preservação e salvaguarda, a conservação e reabilitação, a valorização e divulgação do património militar português erigido durante o período napoleónico, que é único na Europa” (Património Cultural, s.d.), enquanto produto turístico, cultural e pedagógico.

14) Rota Europeia do Património Industrial

A rota é dirigida pela European Route of Industrial Heritage (ERIH), contando com cerca de trezentos e cinquenta membros e presença em vinte e sete países. Distinguem-se cem locais denominados de “Anchor Points” devido ao seu significado histórico e artístico, todavia a rota conta com mais de dois mil e quatrocentos locais de interesse através das rotas regionais que se desmembram pelos diferentes estados-membros. É através destas que existe a oportunidade de “take a closer look at the industrial history of landscapes that have been particularly affected by industrialization” (ERIH, 2019).

A Revolução Industrial acarretou consigo uma transformação tecnológica, industrial e social que levou à construção de grandes unidades fabris e uma nova hierarquização social. Simultaneamente, dá-se um gigante desenvolvimento nos transportes, sobretudo nos comboios e nos barcos a vapor, causando uma maior mobilidade de pessoas, não só para se deslocarem

aos seus postos de trabalho, mas também para procurarem outro género de serviços. A Industrialização levou à construção de “bairros operários, escolas e espaços de assistência médica aos operários, novos conceitos de arquitetura e design” (Património Cultural, s.d.) que, por sua vez, irão influenciar movimentos artísticos como o Modernismo e a Arte Nova.

Com dezasseis percursos temáticos, a rota pretende representar “diferentes ramos da indústria” e oferecer aos turistas “um testemunho das descobertas científicas, inovações tecnológicas e histórias de vida dos trabalhadores” (Património Cultural, s.d.) através de visitas guiadas e eventos. Nestes destacam-se o “ExtraSchicht” na Alemanha ou o “Industriada” na Polónia, atraindo milhares de visitantes aos seus percursos regionais.

Em Portugal a rota é representada pelo Museu Nacional Ferroviário (Entroncamento) e pelo Turismo Industrial de São João da Madeira por intermédio das rotas regionais portuguesas de património industrial, bem como museus, centros interpretativos, conferências, aulas e outro tipo de eventos nos antigos espaços fabris.

15) Rota Europeia dos Jardins Históricos

Começou por ser uma associação sem fins lucrativos fundada em 2016 e constituída por instituições cujo interesse comum era o de proteger e promover o património relacionado com os jardins históricos. Passou a rota em 2020 graças ao certificado aprovado pelo Conselho da Europa que reconheceu os valores históricos, artísticos, sociais e naturais do património dos jardins históricos.

De facto, a arte dos jardins foi muito importante durante séculos na Europa, e noutras regiões mais distantes como na Ásia por exemplo. A arte de um belo jardim contribuía “não apenas para modelar a paisagem, mas também para inspirar gerações de artistas e servir de cenário a grandes acontecimentos sociais” (Património Cultural, s.d.), levando ao desenvolvimento tecnológico de algumas profissões tais como arquitetos, engenheiros e jardineiros.

A Rota Europeia dos Jardins Históricos tem sobre a sua alçada diversos espaços com “estéticas, plantas, modos de cultivo e estruturas hidráulicas similares”, denotando assim a identidade cultural europeia, sendo os jardins um elo de ligação e um legado patrimonial a ser defendido e preservado. Tem ainda uma missão paralela de transmitir conhecimento botânico, pois os seus jardins são verdadeiras enciclopédias de plantas e modos de cultivo.

No território português, a rota é representada pela Associação Portuguesa dos Jardins Históricos que conta com doze rotas⁴ que percorrem a quase totalidade do país. A iniciativa teve origem em 1998 pelo Fundo de Turismo que convocou um grupo de profissionais de jardins para realizar o levantamento de jardins considerados repositórios de cultura. A associação realiza “conferências de promoção da arte dos jardins e dos jardins portugueses, em particular, assim como a oferta de cursos de formação orientados para os associados e outros interessados na conservação” e ainda viagens culturais dentro e fora de Portugal (Associação Portuguesa Dos Jardins Históricos, s.d.).

16) Rota dos Cafés Históricos

Pontos de encontro, centros de intercâmbio social, literário, artístico ou político, os cafés espalharam-se pela Europa a partir do século XVIII acompanhando as transformações que se fizeram sentir desde então. Muitos cafés tornaram-se na imagem de marca de uma cidade devido ao seu valor arquitetónico, artístico e social, marcando a paisagem urbana.

A Rota dos Cafés Históricos conta com setenta e três espaços partilhados por quinze países desde o estilo Neobarroco, à Arte Nova, Art Deco e Modernismo. Visa preservar estes locais porque os considera guardiões da “memória coletiva da história europeia, conectando com o património literário, musical, artístico e político” (Património Cultural, s.d.) e defensores de tradições e práticas relacionadas com a preparação e degustação do café. Segundo o Conselho

⁴ Rota do Alto Minho, Baixo Minho, Tâmega, Douro, Grande Porto, Dão, Litoral Centro, Grande Lisboa, Tejo, Alentejo, Madeira e Açores.

da Europa, que formalizou a rota em 2022, os cafés históricos “carry valuable stories about the emergence of democratic societies, resistance to totalitarianism and social intolerance”.

Em Portugal existem quarenta cafés históricos⁵ integrados na Rota dos Cafés com História, sendo que esta associação divulga os espaços através de encontros e publicações em diversos órgãos de comunicação e redes sociais.

17) Rota das Mulheres Escritoras

Visa celebrar a criatividade feminina, com destaque para as mulheres que marcaram as lutas feministas do século XX. Ao abordar a vida das mulheres escritoras, a rota faz a conexão entre “pontos simbólicos e físicos” que nos levam a “descobrir as suas histórias de vida, a criatividade literária, a diversidade linguística e a sua luta social pela igualdade e pelos direitos humanos” (Património Cultural, s.d.).

A rota mereceu o reconhecimento do Conselho da Europa em 2022 que referiu que “These women writers prefigured gender equality as we know it today, inscribed in the Universal Declaration and the European Convention on Human Rights” (Council of Europe, s.d.), denotando o impacto que causaram na sociedade contemporânea. Para além de promover a leitura de obras literárias, a rota visa sensibilizar as gerações futuras para o papel do mundo feminino na sociedade e relembrar escritoras que foram esquecidas ou negligenciadas.

Trata-se de uma rota com património tangível e intangível espalhado pela Bulgária, Croácia, Montenegro, Polónia, Sérvia, Eslovénia e Portugal com museus e espaços memoriais que dinamizam “oficinas e produções para crianças, visitas guiadas e eventos para o público em geral, palestras personalizadas para idosos, intercâmbios de estudantes, etc.” (Património Cultural, s.d.).

⁵ Distribuídos por Amarante, Angra do Heroísmo, Braga, Coimbra, Estremoz, Funchal, Guimarães, Horte, Lisboa, Portalegre, Porto, Tomar, Vila Real e Évora.

18) Rota de Transumância e Caminhos Rurais

Com o intuito de dar a conhecer o mundo rural europeu, com destaque para a prática da pastorícia, a rota apresenta projetos de salvaguarda e promoção da paisagem cultural de campos agrícolas, pastagens e prados, uma paisagem de harmonia entre as atividades humanas e a natureza. A prática pastoral deixou um rasto de itinerários e percursos, muitos deles transfronteiriços⁶, que levaram à partilha de técnicas e bens materiais relacionados com esta atividade e de tradições “que durante séculos inspiraram a arte, a poesia e a música, bem como a gastronomia” (Património Cultural, s.d.).

Neste sentido, a rota “aims to promote cultural discovery and exchange through the creation of connections linked to the movements of shepherds over thousands of years” (Council of Europe, s.d.) através da sensibilização de práticas de exploração económicas comuns a artesãos, pequenos produtores, agricultores, entre outros agentes ligados ao mundo rural.

Portugal, juntamente com oito outros países, integra a rota sendo que a nível nacional se faz representar pelo Geopark Naturtejo, abrangendo uma área relevante para o percurso do gado na Serra da Estrela, através das denominadas «Campanhas da Idanha», dinamizando os antigos percursos utilizados pelos pastores.

19) Rota das Farmácias Históricas

A Rota das Farmácias Históricas, e dos jardins medicinais, almeja demonstrar a importância científica, social e cultural da ciência farmacêutica. Para o Conselho da Europa, que oficializou esta rota em 2024, as farmácias históricas são o meio ideal para demonstrar “the universal right to health and well-being but also preserves biodiversity and the cultural diversity and identity that are essential in a democratic society” (Council of Europe, s.d.).

⁶ Chegando inclusive a regiões mais distantes como o Norte de África e o Médio Oriente.

Passando por conventos, mosteiros, jardins medicinais, hospitais, clínicas até às irmandades de assistência e boticas, a rota dá a conhecer “coleções de frescos antigos, livros de receitas e instrumentos médicos” (Património Cultural, s.d.), fontes materiais acerca do desenvolvimento da ciência farmacêutica.

Os percursos espalham-se por onze países, sendo que a nível nacional a representação é por meio do Museu da Farmácia com exposições nos polos de Lisboa e Porto. Nestes espaços museológicos conta-se a história da farmácia em Portugal e no mundo através de coleções museográficas com centenas de objetos. Conta ainda com a colaboração do Laboratório HERCULES que investiga “a herança botânica da farmacologia portuguesa, nomeadamente os pigmentos, plantas, drogas e especiarias que compunham as fórmulas das boticas e farmácias antigas.” (Património Cultural, s.d.).

20) Rota Europeia dos Sítios Cluniacenses

Com uma candidatura a decorrer para a inscrição na Lista do Património Mundial pela UNESCO, a Rota Europeia dos Sítios Cluniacenses já existe há cerca de trinta anos enquanto associação cultural, tendo sido oficializada pelo Conselho da Europa em 2005, e visa salvaguardar o património material e imaterial de uma arte religiosa que uniu a Europa na espiritualidade, sociedade, economia, música e literatura. Reúne duzentos e cinco locais em nove países “à qual se juntam a cada ano novos municípios, associações, instituições públicas e privadas e indivíduos interessados em promover em conjunto o património dos monges cluniacenses” (Federação Europeia dos Sítios Cluniacenses, s.d.).

Fundada no século X, a Ordem Beneditina de Cluny tornou-se no “epicentro de uma grande reforma monástica” (Património Cultural, s.d.) que influenciou grande parte das ordens religiosas na Europa. A rígida Regra de São Bento, readaptada pelos Cluniacenses, levou ao desenvolvimento de atividades significativas para a sociedade como os “*scriptorium*”, a arte de transcrição de livros, avanços tecnológicos na atividade agrícola e na arquitetura que, apesar de

austera, deve de “acentuar a solenidade e a beleza dos ritos católicos.” (Património Cultural, s.d.).

Através desta rota, os visitantes podem percorrer igrejas, mosteiros, castelos, sendo que alguns destes espaços contam ainda com a presença de manuscritos, iluminuras, mobiliário, obras de arte e até partituras musicais. Para além disso, os turistas “podem contemplar as paisagens agrícolas e vitivinícolas originalmente criadas pelo trabalho dos monges” e não deixar de saborear algumas iguarias. (Património Cultural, s.d.).

Portugal faz-se representar pelo Núcleo Museológico da Igreja de São Pedro de Rates, Póvoa do Varzim, um dos mais emblemáticos edifícios portugueses do românico. Juntamente com os restantes elementos da rota, este espaço dinamiza e investiga a herança de Cluny, sendo que existem investigações científicas publicadas na «Clunypedia», uma plataforma digital criada em 2013 que pretende aglomerar todo o conhecimento relativo à herança cluniacense.

Parte II – O Românico

1. A Historiografia do Românico

“The last decades of the twentieth century witnessed an extraordinary development of historical production in Portugal.”

(Mattoso, 2011)

Durante séculos, a Idade Média foi um período considerado por muitos como um retrocesso entre dois momentos gloriosos: a Antiguidade Clássica e o Renascimento. A «Idade das Trevas» foi, praticamente até ao século XVII, considerada um período de decadência, de retrocesso civilizacional e cultural, bem como de repressão religiosa. Do século XVII até ao século XIX, verifica-se, mesmo que de forma subtil em alguns países, uma mudança neste olhar negativo e uma reavaliação da Época Medieval, com destaque para a arte e arquitetura.

Esta revalorização deve-se, em grande medida, ao movimento do Romantismo, movimento cultural do século XIX característico por exaltar o passado devido ao seu forte nacionalismo. Para a geração de românticos, a Idade Média, com os seus castelos e lendas cavaleirescas, encaixava perfeitamente no imaginário que estavam a criar sobre este período histórico. Tida como a época de fundação das mais diversas nacionalidades e identidades europeias, o Romantismo vai adotar a Idade Média como um período glorioso do seu passado e cujo estudo e análise pretende encontrar e justificar as raízes históricas, culturais e espirituais das nações modernas, bem como encontrar pontos e características únicas, de autenticidade que os distinguem dos demais.

Neste contexto, a arquitetura gótica, que tinha sido desprezada e considerada até tosca, ganha um novo destaque. Deixa de ser considerada inferior ao classicismo grego e romano e passa a ser admirada pela sua verticalidade e técnica construtiva. Apesar de ter tido o seu nascimento

na Alemanha com Wolfgang von Goethe⁷, será com o francês Eugène Viollet-le-Duc, responsável por restauros em diversos edifícios medievais tais como a Notre Dame de Paris, que o gótico, e de uma forma global a arte medieval, passa não só a ser idealizada, bem como devidamente estudada.

Durante anos ofuscado pelo Gótico, é no século XIX que a Arte Românica ganha o seu estatuto e independência. Tida inicialmente como uma arte de transição entre a queda das artes clássicas e o Gótico, o Românico passa a ser reconhecido como um movimento artístico autónomo, com uma linguagem, estética e simbolismo muito característico. Em 1818, Charles de Gerville terá usado pela primeira vez o termo «românico» para descrever edifícios religiosos medievais que apresentavam características quer diferentes do Gótico, quer da arte clássica, mas que continham traços da herança romana. A partir de então, o termo «*romanesque*» vai passar a refletir essa proximidade e familiarização com a arquitetura romana, passando a ter um novo estatuto dentro da História da Arte.

Refere-nos Maria Leonor Botelho na sua tese de doutoramento (2010) que, no caso nacional, terá sido Augusto Filipe Simões o autor da “publicação da primeira obra consagrada à arquitetura românica, as *Relíquias da architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*” de 1870. A autora defende que, já anterior a 1870, existia um interesse pelos estilos medievais muito devido ao terramoto de 1755 que alertou a comunidade internacional para a necessidade da salvaguarda patrimonial; as Guerras Peninsulares e Guerras Liberais, que deram origem a interessantes relatos militares; bem como o *Grand Tour* que, durante as Invasões Francesas, fez com que os turistas passassem por outras regiões como Portugal e Espanha e despertassem o interesse na arte nacional, daí que as primeiras obras a ser publicadas sejam também escritas por autores estrangeiros.

Com Augusto Filipe Simões, o Românico não é conotado de forma pejorativa. Há uma intenção em relacionar estes vestígios arquitetónicos com o aparecimento e expansão da monarquia, ou seja, da origem de Portugal e da nacionalidade. Estas noções, durante décadas, vão ser indissociáveis da arte românica daí que “o tema da associação do Românico português

⁷ Autor de *Von deutscher Baukunst*, obra de 1772 que idolatra a fachada da catedral gótica de Estrasburgo.

a épocas da história consideradas gloriosas é uma constante da nossa bibliografia [...] destacando-se, evidentemente a da nacionalidade, época que viu e fez crescer o Românico em território nacional”. (Botelho, 2010).

Entre 1870 e 1908 destaca-se a figura de Joaquim de Vasconcelos, responsável por relacionar a arquitetura românica com a arqueologia e até a arte popular. Neste período, graças aos seus contributos e de outros homens como Augusto Fuschini e Manuel Monteiro, estabelecem-se os primeiros conceitos e terminologias do Românico, cronologias, tipologias e diferenciações geográficas. Surgem novas noções de estilo Românico e estuda-se pela primeira vez as influências externas nesta arte chegando-se a termos como “epi-Romanesque, late-Romanesque, proto-Gothic or rural-Gothic” (Botelho, 2011). Este avanço historiográfico é um marco essencial no estudo do Românico português que, a partir de então, usufrui de um estatuto privilegiado no nosso país, especialmente durante a governação do Estado Novo (1933-1974).

A arte românica torna-se então no objeto de uma atenção especial por parte do poder político que procurava exaltar os valores de tradição, nacionalidade e identidade histórica. Nesse sentido, o regime entendia que a arte românica era uma expressão autêntica do povo Lusitano e por isso associava-a à fundação de Portugal enquanto estado independente, reforçando a ideia de continuidade histórica e da grandeza do passado. Contribuíram para este entendimento do românico o poder eclesiástico, na figura do Cardeal Cerejeira que considera o Românico “como uma idade de ouro na história da humanidade” (Botelho, 2010), e a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), cuja prioridade de restauro e de salvaguarda foram os edifícios românicos.

Fundada em 1929, a DGEMN, sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, assume a “responsabilidade da empresa ideológica da restauração, numa materialização do culto dos monumentos e ao serviço de uma visão triunfalista da história” (Botelho, 2011). De facto, verifica-se uma preferência por parte dos técnicos da DGEMN pelos monumentos medievais, associados ao Portugal primitivo, rural e puro. Nos restauros que foram efetuados, eliminavam-se todos os elementos posteriores ao edifício original, com relevante destaque para tudo o que fosse considerado barroco, cujo luxo não se enquadrava na ideologia do regime.

Este olhar que o regime tinha acerca do Românico condicionou a historiografia e o restauro dos monumentos românicos, pois o objetivo era trazê-los à sua «pureza». Durante décadas associado ao mundo rural, para o Estado Novo também o Românico deveria de se apresentar “pobre, simples, real e verdadeiro” (Botelho, 2010). Neste sentido, a DGMEN terá uma nítida preferência pelas “pequenas igrejas, facilmente conotadas com ermidas perdidas algures, em detrimento de edifícios integrados na malha urbana” (Botelho, 2010).

Nos finais da década de 1960, surgem os primeiros textos académicos que abordam o Românico, iniciando-se um período mais erudito e científico, destacando-se os estudos dedicados à arquitetura religiosa e militar. É nesta década que José Mattoso “inaugurated a new way of looking at the Portuguese Romanesque period, through his doctoral thesis on the monastic history of the eleventh and twelfth centuries” (Botelho, 2011). Com a inovadora perspectiva do estudo da Época Medieval, que abordava o monaquismo, a economia, a sociedade e a política, Mattoso dá início a um período de incremento de estudos medievais.

Com o contributo de outras ciências como a Epigrafia, Numismática, Paleografia, Antropologia e Etnografia, surgem nomes de relevo no estudo do Românico tais como Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que introduz uma vertente mais arqueológica nos seus estudos; Manuel Luís Real que se foca na arqueologia da arquitetura; Mário Jorge Barroca com uma preocupação em entender a arquitetura militar e a sua relação com o território; Lúcia Maria Cardoso Rosas que se interessou particularmente na escultura e ourivesaria; Paulo Almeida Fernandes com os seus estudos acerca de testemunhos românicos; Maria Adelaide Miranda com um profundo interesse pela iluminura românica; José Custódio Vieira da Silva com os seus estudos acerca das habitações nobres, entre outros nomes.

Na década de 70, “the legitimacy of medieval studies was confirmed with the creation of specialist doctoral programs in the history of the Middle Ages” e a década de 90 “brought an exponential increase in synthesis, more or less equally divided between general and specific overviews, national and international” (Freitas, 2011).

Verifica-se assim um aumento no número de autores e de obras publicadas, nomeadamente no meio académico. “Master’s dissertations and doctoral theses multiplied, numerous

conferences were organised, dozens upon dozens of magazine articles and books appeared, many documental collections were edited” (Mattoso, 2011) – a Idade Média conquista um lugar central nas ciências históricas contemporâneas.

Mais recentemente, instituições como a Rota do Românico e o Centro de Estudos do Românico e do Território (CERT) assumiram um papel determinante no aprofundamento da historiografia nacional acerca do Românico. Têm promovido abordagens científicas multidisciplinares através da publicação de monografias especializadas, organização de congressos e criação de plataformas de acesso aberto (como o repositório do CERT), que em muito têm contribuído para a comunidade académica e o público em geral.

2. O Românico

“The Romanesque is the first international style in Western Europe since antiquity – extending across the Mediterranean and as far north as Scandinavia.”
(Petzold & Spanswick, 2015)

O Românico foi um movimento artístico, sobretudo a nível arquitetónico, que floresceu na Europa entre os séculos X e XII. Foi a primeira grande manifestação artística que unificou a Europa após a queda do Império Romano do Ocidente, refletindo as alterações sociais e culturais que se fizeram sentir, nomeadamente a realidade feudal e a crescente influência da Igreja Católica.

Trata-se de um estilo profundamente ligado à espiritualidade, refletindo crenças e valores defendidos pela sociedade medieval recém fragmentada com a queda de Roma que “teve a capacidade de unificar esteticamente o espaço europeu” (Rocha, 2020). A sua arquitetura sólida, firme e austera reflete a necessidade de proteção e estabilidade, numa Europa que atravessava grandes convulsões políticas, sociais e culturais, enquanto a sua escultura e pintura serão os principais instrumentos de propagação da fé e do ensino religioso numa sociedade que era maioritariamente analfabeta.

O Românico pode ser situado no famoso período da «Idade das Trevas», caracterizado pelo retrocesso cultural, embora atualmente sabemos que não foi essa a verdadeira realidade. Este movimento e investimento artístico expandiu-se tão rapidamente por todo o Velho Continente que “muitos [o] vão equiparar ao investimento barroco” (Rocha, 2020). No século XI assiste-se à sua difusão, nomeadamente a nível da arquitetura, e no século XII verifica-se um enriquecimento do ponto de vista plástico que leva à criação de novas soluções que serão mais tarde desenvolvidas aquando do movimento artístico do Gótico.

A França é considerada o centro de origem e expansão do Românico, sobretudo devido à influência da Ordem de Cluny. Deste modo, o Românico apresenta uma estética quer intelectual, quer religiosa, onde o “belo é característico do transcendente que Cluny vai expandir num design que lhe dará um carácter internacional, apesar de se ir regionalizando” (Rocha, 2020).

De facto, a maioria das construções imponentes deste movimento encontram-se na França, sendo que mesmo a nível interno, também aqui se verificam múltiplas variações do estilo.

Esta é a grande peculiaridade do Românico: um estilo que une a Europa, cujos fundamentos básicos serão partilhados por diferentes regiões, no entanto, com características únicas consoante o local onde se desenvolve. Leonel Rocha refere que esta singularidade se deve a um primeiro momento no que podemos designar de arte *préromânica*, balizada entre os séculos VI e XI, e que resulta “numa amálgama de estilos artísticos, frutos dos vários povos que, neste período cronológico, habitavam a Europa Ocidental”, como por exemplo, os francos, visigodos, suevos, bretões, entre outras dezenas dos ditos povos bárbaros. É nesta diversidade, incluindo diferenças religiosas dentro do Cristianismo como será o caso do Arianismo, que verificamos algumas faltas de coesão artística e as origens de características locais e regionais.

A influência das ruínas romanas, a tradição bizantina, a inspiração do estilo oriental, os contactos com os povos muçulmanos e as guerras epidémicas que assolavam a Europa, levaram à criação de uma arquitetura sólida, imponente e simbólica que consegue apoiar quer o papel da Igreja, sobretudo das ordens monásticas, quer o papel militar personificado pela nova nobreza em ascensão. Assim, podemos confirmar que o Românico tem características religiosas, intelectuais e militares.

Herdeiro de conceitos como a simetria e a proporção, os ensinamentos de Vitruvius, publicados no *De Architectura* no século I a.C., continuam a ser amplamente difundidos, daí que ressurgam técnicas e práticas arquitetônicas já anteriormente aplicadas. Conceitos como “o número, princípio do universo, assume significados simbólicos, pois aparece fundado sobre séries de correspondências numéricas que são também correspondências estéticas” (Rocha, 2020), originando regras muito específicas acerca da construção de determinados edifícios, como os lugares de culto. Tudo passa a ter um significado e um propósito perante uma sociedade que se começa a organizar e a hierarquizar.

A difusão das ordens monásticas ditas internacionais e que seguem uma regra, como é o caso dos Beneditinos, dos Cónegos Regrantes e dos Cistercienses, leva ao estabelecimento de uma vasta rede de mosteiros e igrejas por toda a Europa Ocidental. No seu auge, “Cluny controlava um número muito considerável de mosteiros ou priorados”, que por sua vez “determinou muita da unidade cultural dentro das fronteiras do clero ocidental” (Rocha, 2020). Também o desenvolvimento do culto às relíquias, alojadas nestes mosteiros e igrejas, leva à prática das peregrinações, o que faz com fosse necessário repensar toda solução espacial de modo a acolher os crentes que viajavam em adoração.

Do ponto de vista global, a arquitetura é, sem sombra de dúvida, a manifestação mais marcante deste estilo. Verifica-se a utilização da planta em cruz latina por grande parte das igrejas e catedrais, com uma nave central, transepto e abside. As paredes são robustas, revestidas com pesadas pedras, poucas janelas, pois serviam também como local de defesa contra intrusões inimigas, sendo os seus interiores frios e sombrios. Os arcos de volta perfeita, também denominados por arcos de meio ponto, eram a grande herança dos romanos, chegando mesmo a causar alguma confusão a historiadores de arte séculos mais tarde. A sustentação dos edifícios era feita graças a colunas e pilares maciços e pesados. As torres sineiras tornam-se parte integrante, quer dos edifícios religiosos quer dos civis, frequentemente de planta quadrangular. Os tetos eram cobertos por abóbadas em pedra, substituindo as de madeira, e podiam ser de berço, com uma superfície semicilíndrica contínua, ou de aresta, onde se verifica um cruzamento de duas abóbadas de berço. Geralmente, os últimos traves da nave central das igrejas ficava para

o coro, sendo que nos séculos XI e XII era prática comum estes estarem fechados com paredes, separando os fiéis dos cónegos e monges.

Mas esta arquitetura, apesar de aparentar apenas rusticidade e firmeza, ostentava um programa decorativo arquitetónico muito interessante. O Românico podia recorrer a “um pequeno número de motivos decorativos, sendo comum o uso de arcadas cegas que decoram a superfície dos muros de forma coerente” (Rocha, 2020). É sobretudo a nível dos pórticos que verificamos as primeiras tentativas de uma escultura dita monumental. Estes são facilmente identificados “pelos arcos concêntricos que formam decoradas arquivoltas” (Rocha, 2020) e onde se media a real qualidade do artista, bem como da sua imaginação. Como já foi referido anteriormente, assim como na Época Barroca, também com o Românico assiste-se a um certo horror ao vazio, integrando a escultura, sobretudo representando temas bíblicos (como o Cristo Majestade), e a pintura e iluminura, de cariz religioso e de cores vibrantes, à arquitetura.

Fora do âmbito da arquitetura, o Românico assistiu à produção de livros manuscritos, dedicados a uma população mais culta e erudita, sendo a principal fonte de conhecimento e o “veículo essencial de transmissão do saber” e “geradores de cultura artística” (Bracons et al., 1992). Também as ditas artes do metal, com destaque para o ouro e bronze, sofreram uma considerável expansão, nomeadamente enquanto adornos dos altares e como relicários.

3. O Românico em Portugal

“We might look at this first Europe, emerging during medieval times, as the birth of our contemporary European community – united in diversity.”

(Council of Europe, s.d.)



Figura II.1: Mosteiro de Pombeiro, Felgueiras. Fonte: *Rota do Românico* (<https://www.rotadoromânico.com/pt/galeria/fotografias/>).

Em Portugal, o Românico surge no último quartel do século XI durante o episcopado de D. Pedro, que restaurou a Diocese de Braga (1070-1091), e que procedeu à construção de um “programa de reforma e ampliação da Sé de Braga, que marca o início deste estilo em Portugal” (Revista Arquitetura, s.d.). Este aparecimento mais tardio no que seria futuramente Portugal, e a sua utilização até ao final do século XIII, deve-se a diversos fatores, tais como o movimento de Reconquista e a organização da malha administrativa, religiosa e concelhia. O Românico vai expandir-se pelo território consoante as conquistas que são efetuadas pelos cristãos, daí ter deixado marcas mais profundas no Norte do país, região que cedo se submeteu à autoridade condal e posteriormente régia, área mais salvaguardada das investidas árabes.

O Românico coincide com o reinado de D. Afonso Henriques (1143-1185), gozando “de um prestígio singular, pois simboliza a época em que se forja a nossa nacionalidade” (Rocha, 2020).

É neste reinado que se verificam as principais construções portadoras deste estilo, bem como vestígios do período da Conquista Cristã. Porém, “a expansão do estilo românico não corresponde propriamente à Reconquista, mas antes à organização do território dela decorrente” (González et al., 2010). Tempos de instabilidade para o jovem reino, foi necessário esperar por dias mais pacíficos, de crescimento económico e demográfico para acompanharmos as inovações que eram efetuadas além-fronteiras. Todavia, a nossa pequenez e atraso relativamente à restante Europa apenas contribuiu para a difusão de um estilo único, muitas vezes denominado de «Românico Nacionalizado», com destaque para a região do Vale do Sousa.

Tal como aconteceu na restante Europa, também em Portugal a arquitetura “manteve sempre uma profunda relação com o território que a abriga e com o qual se envolve” (Botelho, 2010). A maioria dos edifícios e elementos que chegaram até aos nossos dias encontram-se na proximidade de um rio, nas principais vias de comunicação, locais com grandes potencialidades agrícolas, em territórios onde se fundaram as primeiras linhagens da nobreza portuguesa. Estes indicadores explicam a ruralidade do Românico em Portugal, arte intimamente ligada à fundação de honras, senhorios e coutos, sob o patrocínio de condes e infanções que doam terras e bens a ordens monásticas esperando em troca um lugar digno para o seu descanso eterno.

Margarita Corbal (2018) refere que “en el caso de Portugal, la nobleza tiene un papel más preponderante y reafirma su poder no solo a través de donaciones o fundaciones (...) sino también a través de la construcción de torres defensivas en relación con el concepto de *ecclesia mea propria*, y se hacen cargo de las labores de defensa y protección sufragando estas construcciones.”. Assim, verifica-se uma estreita ligação entre a nobreza portugalense e as ordens monásticas, e monástico-militares, que começam a penetrar no país.

A nobreza investiu, principalmente, na construção de edifícios militares, de utilidade pública ou privada. Mário Jorge Barroca (s.d.) defende que “a esmagadora maioria dos castelos pertencia ao grupo dos castelos rurais”, apresentando uma arquitetura simples e que ao homem contemporâneo nada faz lembrar o típico castelo medieval. O modelo mais popular, e que nos é mais familiar, surge graças à ação dos condes, que recorrem aos torreões de planta quadrangular, às muralhas, à construção de cisternas e de saídas de emergência, como o caso da Porta da Traição ou Porta Falsa, soluções que visavam “resistir a essa nova forma de fazer guerra que era

a guerra de cerco, a guerra vocacionada para a conquista territorial” (Barroca, s.d.). Dentro deste grupo mais geral que é a castelologia medieval portuguesa, destacam-se três tipos de fortificações: os castelos com residência ou alcáçova, que serviam também de residência senhorial; os castelo-refúgio, locais de abrigo em tempos de perigo como invasões ou ataques; e as torres de atalaia ou de proteção, estruturas construídas em pontos estratégicos para vigilância e comunicação militar. Esta arquitetura “representava também o poder dominante associado, transformando-se em imagens plenas de significados e criando, além de condicionantes físicas, hierarquias políticas, socioculturais e outras” (Santos, 2012).

Do ponto de vista religioso, os monges estrangeiros que chegavam cá “já não traziam apenas a preocupação de seguir a Regra de S. Bento com exclusão de outras, a tendência para dar grande importância ao divino, o interesse pelas letras clássicas e a colaboração com os poderes políticos – características do monaquismo carolíngio” (Mattoso, 1968), tinham também gosto pela arte, pela grandiosidade dos seus locais de culto. Chega uma nova geração de monges que exploram “o ritualismo do culto divino” e que inovam as técnicas e os programas decorativos. Um elevado número de monges e clérigos tinha já chegado ao Condado Portucalense por ordem do Conde D. Henrique, pai de D. Afonso Henriques, cuja origem borgonhesa faz com que se sinta uma grande preponderância para a influência francesa na arquitetura Românica portuguesa. De facto, as principais ordens religiosas à época, como era Cluny, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Cister e os Templários, viam na Península Ibérica uma excelente oportunidade de se estabelecerem em locais estratégicos, já que “as invasões muçulmanas criam condições de perturbação social e política extremamente favoráveis a tal espécie de fundações” (Mattoso, 1968).

A chegada de Cluny no século XI resultou numa reforma eclesiástica, que substituiu os ritos moçárabes pelo rito romano, fortalecendo assim os laços entre a jovem nobreza portuguesa e a Cúria Papal. A Ordem de Cluny promoveu a reforma da vida monástica, o que por sua vez reforçou o papel da Igreja, legitimou e estreitou os laços de Portugal com o Papado e investiu meios e esforços na «Guerra Santa» contra os muçulmanos. Esta Ordem introduz também novas formas arquitetónicas, organização monástica e até alterações litúrgicas com o apoio à Reforma Gregoriana, influenciando os temas decorativos do Românico português. De todas as ordens

religiosas é Cluny a que mais contribui para o desenvolvimento da arte Românica, pois “conserva e desenvolve a tendência para a grandeza e sumptuosidade nos edifícios (...); explora o ritualismo no culto divino (...); propõe como padrão e norma jurídica da vida religiosa a Regra de S. Bento (...); estuda o ideal de uma vida monástica contemplativa” (Mattoso, 1968). Apesar de, numa fase mais tardia perder lugar para a Ordem de Cister, a herança cluniacense foi fundamental para a consolidação de Portugal como reino cristão.

A Ordem de Cister, que chega a Portugal no século XII, tem como prioridade retornar à pureza da Regra de São Bento, rejeitando o luxo dos cluniacenses e defendendo uma vida austera, baseada no trabalho manual e na oração. Teve um impacto profundo na arquitetura Românica, promovendo uma transição para um estilo mais funcional e introduzindo elementos que anunciavam a entrada do Gótico, como a verticalidade e as abóbadas de ogiva. Cister adaptou-se melhor ao modelo económico e político medieval, recebendo um grande apoio de D. Afonso Henriques que lhe doou o Mosteiro de Alcobaça em 1153.

No entanto, foram as Ordens Monástico-Militares que “ao longo dos primeiros tempos da Nacionalidade” tiveram “um papel de crucial importância não só no alargamento do território português, mas também na sua defesa” (Barroca, 1997), contribuindo para o desenvolvimento da arquitetura militar. Como foi referido anteriormente, o Românico expande-se consoante as conquistas territoriais e é graças à ação desta classe de monges guerreiros que Portugal conseguirá as suas maiores conquistas, nomeadamente com a defesa das fronteiras e a organização e repovoamento desses espaços. Deste grupo de ordens, destacam-se os Templários e os Hospitalários.

A Ordem do Templo, fundada em 1119, tem o seu primeiro testemunho em Portugal “a 19 de março de 1128, quando D. Teresa lhes doa o Castelo de Soure” (Barroca, 1997). Teve um papel fundamental na Conquista Cristã e na consolidação do território português, com impactos também na arquitetura, especialmente na construção de castelos e igrejas fortificadas. Era a Ordem que “dominava melhor as regras da arquitetura militar, que melhor as sabia aplicar no terreno e que assinou algumas das mais inovadoras estruturas que Portugal conheceu ao longo do séc. XII”. Com os Templários surgem três inovações emblemáticas: a torre de menagem, o alambor e o hurdício. A torre de menagem, construída no terreno que tivesse a melhor

visibilidade, era a última linha de defesa em caso de um cerco e o coração estratégico do castelo medieval. Com os Templários passa a ser “imposto como um elemento ‘natural’ e ‘imprescindível’ dos castelos portugueses” (Barroca, s.d.). O alambor era uma estrutura rampeada construída no exterior das muralhas que tinha como função reforçar a base da estrutura, impedindo os trabalhos de mina ou de sapa, técnicas de sabotagem e de ataque subterrâneo, bem como a eliminação de ângulos mortos. O hurdício era uma galeria em madeira que ligava as torres de assalto com o objetivo de bloquear a aproximação do inimigo que tentasse usar as máquinas de sítio para um cerco, bem como a escalada das muralhadas, permitindo a prática de tiro vertical.

Os Hospitalários, Ordem de São João de Jerusalém, surgiram no século XII com o objetivo de cuidar dos peregrinos e doentes que se dirigiam em direção à Terra Santa em Jerusalém, mas rapidamente envolveram-se nas Cruzadas tornando-se numa ordem militar. A sua presença em Portugal terá ocorrido em 1112 e por aqui permanecerão até finais do século XIV. Tinham sobretudo possessões a norte do rio Douro, com sede no Mosteiro de Leça do Balio, mas exerceram sempre ações de defesa do reino durante a Conquista Cristã em diversos locais. Esta Ordem “não teve a ventura de introduzir grandes novidades no panorama da arquitetura militar portuguesa” (Barrosa, s.d.), todavia, “soube erguer estruturas que refletem os mais avançados conhecimentos da época” deixando como legado excelentes exemplares de estruturas militares em Belver e Amieira. As construções da Ordem do Hospital, sobretudo a sua decoração simples, denotam a influência do Gótico inicial, mas esta transição não eliminou a influência Românica que em muitas construções é ainda hoje bem patente e visível.

Também as ordens de origem peninsular tiveram o seu impacto na difusão da arte Românica. A Ordem de Santiago, fundada em 1172 com o objetivo de proteger os peregrinos que viajavam para Santiago de Compostela, contribuiu para o desenvolvimento da arquitetura sobretudo durante o reinado de D. Afonso III de Portugal. A arquitetura associada a esta Ordem seguiu as tendências do Românico, com ênfase na fortificação e na funcionalidade, refletindo também a transição para o Gótico. A Ordem dos Cavaleiros da Milícia de Évora, o ramo português da Ordem de Calatrava, apesar de ter menos visibilidade, desempenhou um papel relevante na defesa e organização do território. Uma das suas missões era a guarda das propriedades e igrejas

e, como era habitual nas ordens militares de combate e assistência, deverão ter influenciado construções de hospitais e mosteiros.

Também na arte civil há uma forte ênfase na defesa e na organização das primeiras vilas. Verificam-se construções sólidas, com espessas muralhas, torres e portões resistentes, tudo projetado de modo a garantir a segurança e proteção da população. Assinalam-se as construções de palácios e edifícios do governo local, centros administrativos, mas também de edifícios comerciais e pontes, que denotam o crescente crescimento urbano e comercial. Diversas pontes foram construídas, interligando-se territórios que até então eram de difícil acesso, atravessando fronteiras naturais e levando ao desenvolvimento do comércio e possibilitando as viagens dos peregrinos que se deslocam cada vez mais.

Em termos de legado, o Românico deixou uma marca profunda na paisagem de Portugal. Muitos dos castelos, igrejas e mosteiros que sobreviveram até os dias de hoje são testemunhos da solidez e da funcionalidade do estilo. Embora o Românico tenha sido progressivamente substituído pelo Gótico em termos estilísticos, a influência Românica ainda é visível nas estruturas defensivas e religiosas. Mais do que um estilo, foi uma resposta prática e funcional às necessidades de defesa, culto e organização social, desempenhando um papel crucial na formação do Portugal medieval e na estruturação do seu território, como iremos verificar de um modo mais aprofundado nas terras do Entre-Douro-e-Minho, nomeadamente no Vale do Sousa, Tâmega e Douro.

4. O Românico dos Vales do Sousa, Tâmega e Douro – o Românico Nacionalizado

“In the heart of the North of Portugal stands an important architectural heritage of Romanesque origin (...) which bear witness to the significant role that this territory formerly played in the history of the nobility and religious orders in Portugal.”

(Council of Europe, s.d.)



Figura II.2: Mosteiro de Paço de Sousa, Penafiel. (imagem da autora).

No Norte de Portugal existiam unidades administrativas e territoriais herdeiras do Império Romano, organizadas entre os séculos I a.C. e V d.C denominadas de *civitates* ou *civitas*. Estes termos eram usados para descrever as cidades ou territórios que gozavam de um estatuto administrativo especial, com autonomia local e direitos civis. No caso português, estas encontram-se essencialmente no Vale do Douro, Coimbra e Vale do Mondego, levando ao desenvolvimento de uma forte identidade cultural e política. Com o declínio do Império Romano e as posteriores invasões bárbaras, entre os séculos IV e V d.C, as *civitas* começaram a perder a sua função original sendo readaptadas à nova realidade do Reino Visigótico e Suevo.

Com a chegada dos muçulmanos no século VIII, a região Norte é incorporada no território cristão através das presúrias, terras ou propriedades concedidas pela Igreja ou Reino a certos indivíduos e/ou entidades para fins religiosos ou militares. O conceito de presúria está

intimamente ligado ao sistema de feudos, bem como à noção de Conquista Cristã, pois teve implicações na administração e organização de terras.

A *civitas* mais antiga que conhecemos é a de Anégia, documentada desde 875. O seu território encontrava-se dividido por duas margens do rio Douro: a norte do rio desde o Vale do Sousa até Baião e a Sul até Bestança. Segundo Mário Jorge Barroca (2004), a sede militar de Anégia estava localizada no Alto da Cividade em Eja, atual freguesia de Entre-os-Rios no concelho de Penafiel. Sabemos da existência da sede originária da diocese do Porto ainda no século VI e sob o poder suevo em Magneto, Meinedo, atual freguesia do concelho de Lousada, denotando já a coesão religiosa deste território. (Mariani & Renzi, 2020).

No século X, com as campanhas militares de Al-Mansur no Noroeste Peninsular, verifica-se que o sistema condal que aproveitara a rede administrativa romana é pouco eficaz, dividindo-se esta região em parcelas mais pequenas e, como consequência, mais fáceis de administrar. É então a partir do século XI que o modelo de *Civitates* dá lugar às *Terras*, alterando por completo a paisagem do Norte e Centro de Portugal. Anégia terá sofrido a sua fragmentação a partir de 1059, surgindo a Terra de Penafiel de Canas ou de Sousa e estando já documentado a presença de um castelo. Em 1096 surgem já referências às terras de Aguiar de Sousa e de Paiva. Em 1103 surgem referências ao Castelo de Baião o que denota o triunfo do modelo senhorial, através da fortificação em cada terra. É ainda neste século que a alta nobreza se estabelece entre o Douro e Coimbra, sendo os responsáveis pelo repovoamento destas regiões.

Os finais do século X e inícios do século XI “ficaram marcados por uma conjuntura militarmente desfavorável para as forças cristãs” (Barroca, 2004) devido aos ataques bem-sucedidos dos muçulmanos e normandos nas costas portuguesas. Esta situação levou a que o sentimento de insegurança sentido no Entre-Douro-e-Minho originasse um maior número de construções defensivas. No território de Anégia, assiste-se a uma nova divisão em seis terras de modo a proceder-se a uma melhor defesa. Como consequência, é “com este modelo territorial que se difunde, entre nós, o castelo românico, que é por excelência o castelo cabeça-de-terra” (Barroca, 2004).

Entre meados do século IX e século XI, vários condes passam por estas terras, com o objetivo de reconquistar e repovoar as regiões fronteiriças. Dentro deste grupo, destacam-se Vímara Peres, da presúria do Porto, e Hermenegildo Guterres, de Coimbra. Na passagem para o século XI, o poder da nobreza condal enfraquece devido à partilha hereditária dos terrenos e ao crescente poder dos infanções, grupo da nobreza média, que originam as principais famílias dos territórios dos Vales do Sousa, Tâmega e Douro.

Segundo José Augusto De Sotto Mayor-Pizarro (2014), “uma das características mais interessantes das famílias de infanções (...) era a sua íntima ligação com uma densa rede de comunidades monásticas”. Para estas famílias em ascensão, a fundação ou o patrocínio das comunidades monásticas era um modo de afirmação política, bem como reforço da sua implantação territorial. Famílias como os Sousa, Maia, Barão e Ribadouro tornam-se nas principais casas nobiliárquicas aquando da criação do Condado Portucalense, juntando-se a este grupo, já no século XII, os Riba de Vizela, os Silva e os Guedões. Entre 1128 e 1140, esta nobreza “se encontra madura para constituir a minoria dirigente de uma nova nação que pôde, desde esse momento, escolher o seu próprio destino” (Mattoso, 1970).

Desde a conquista de Coimbra, em 1064 por Fernando Magno de Leão, que as regiões Norte do que viria a ser Portugal se sentiam mais seguras, propiciando importantes transformações sociais e económicas. Com a organização eclesiástica diocesana e paroquial pelas terras do Norte que dão origem às freguesias, bem como a instauração de diversas ordens monásticas, o Românico consegue finalmente penetrar nesta região, tendo surgido nos finais do século XI.

O Românico manifestou-se em diversas áreas artísticas, nomeadamente na arquitetura, concentrando-se no Noroeste e Centro de Portugal ao longo dos grandes rios e das freguesias e rede de paróquias, daí se ter expandido graças à organização do que viria a ser o Condado Portucalense, e em menor medida ao movimento de Conquista Cristã. Aqui, “a igreja é o pólo sacralizador de todo o espaço da freguesia” (Rota do Românico, s.d.) e é à volta destas que as comunidades rurais se organizam.

De um modo global, a arquitetura Românica portuguesa “não apresenta uma grande variedade de soluções, tanto no que diz respeito à planimetria como no que concerne ao jogo de

volumes” (Rota do Românico, s.d.). Porém, a escultura é aqui única, com uma “diversa e rica gama de soluções que permite a classificação regional e cronológica do românico português” (Rota do Românico, s.d.). De facto, nas bacias do Sousa e do Baixo Tâmega, a escultura românica tem características peculiares, combinando elementos vegetalistas com a táctica da escultura talhada a bisel, típica das épocas visigóticas e moçárabe. Esta singularidade deve-se à influência de artistas que trabalharam em diferentes locais e que viajam pelo território cristão reconquistado a pedido dos encomendadores levando consigo novidades técnicas.

Nos Vales do Sousa, Tâmega e Douro, as manifestações artísticas vão beber muita da sua inspiração em dois polos culturais diferentes: o Românico de Coimbra, “com o predomínio das arquivoltas com toros, a decoração de meias esferas (...) e o emprego das colunas prismáticas” e o Românico do Porto, que se manifesta “ao nível dos toros diédricos do portal Sul, mas também em certos pormenores decorativos” (Rota do Românico, s.d.), sendo a Igreja do Paço de Sousa, em Penafiel, o foco irradiador destas tendências. É esta mistura que faz do Românico nestas regiões tão único e particular, que se traduz em edifícios de excelente qualidade construtiva.

Predominava a pedra mais típica da região, o granito, material já largamente utilizado desde a época romana. A pedra era trabalhada a cinzel e depois colocada pelos canteiros. A madeira era também utilizada, em menor escala, sendo aplicada nas partes não verticais das infraestruturas, nas armações dos telhados e dos tetos. Há uma série de características únicas a esta região, o que denota uma especialização técnica dos seus artífices, como “as arcaturas de suporte das cornijas, a composição dos portais, a quase nula intervenção da figuração humana ao nível da representação escultórica e o carácter erudito da plasticidade dos ornamentos esculpidos” (Botelho, 2010).

O elemento caracterizador do Românico é o castelo, concebido para uma defesa passiva e a representação do poder das terras onde estava implantado. Eram erguidos, nesta região em concreto, em “áreas mais povoadas e onde se concentravam as manchas de maior produtividade da terra.” (Barroca, 1991). A área de encastelamento mais precoce acontece a Sul do Douro, com castelos rurais que aproveitavam as condições naturais e de difíceis acessos. A Norte, “os castelos são mais elementares e estão muito presos às fortificações tipificadas na época pré-

românica.” (González et al., 2010). Nos séculos XII e XIV, no seio da nobreza rural, multiplicam-se os «*domus fortis*», residências senhoriais com elementos de defesa tornando-se num modelo híbrido entre habitação e castelo.

A escultura está dependente da arquitetura e subordina-se a esta, tendo como consequência personagens e elementos que se alongam ou distorçam consoante o espaço disponível. A escultura era feita essencialmente nos frisos, nas impostas, nos cachorros, nas arquivoltas e nos capitéis. Como os arcos das igrejas simbolizavam a união entre o céu (o divino) e a terra (o Homem) era neste espaço da arquitetura onde se vislumbravam os grandes programas escultóricos, bem como nas abóbadas que “representam o espaço onde mora Deus, as suas hierarquias, os seus exércitos e as suas hostes” (García, 2018). É comum vislumbrarem-se águias e leões que, juntos, dão origem aos míticos grifos, populares desde a escultura mesopotâmica. Para além destes animais, são bastante populares os animais com cornadura, os sátiros, os dragões, bem como os seres antropomórficos e híbridos como as sereias (estas poderiam ser representadas com cabeça de mulher e corpo de peixe, ou com cabeça de mulher e corpo de pássaro). García refere que “Num país marítimo como Portugal, o mito dos seres aquáticos, marítimos ou fluviais teve importância significativa”. Em Portugal, e na Galiza, era comum esculpir-se homens de barbas longas, moda restrita a classes sociais elevadas, como abades ou senhores de alta posição hierárquica. Também a rosa “associada à pureza e à virgindade de Maria” era um elemento popular, denotando já o culto mariano nesta região. Na região do Entre-Douro-e-Minho, símbolos como o vinho e as videiras eram comuns, sendo o vinho “comum nesta região (...) desde a ocupação romana” e um dos “produtos sacralizados na Bíblia e pela tradição cristã” (García, 2018).

As edificações nesta região serviam uma pequena comunidade de fregueses, daí as igrejas serem de reduzidas dimensões, geralmente compostas por uma única nave e uma capela-mor de planta quadrangular. Todavia, estas não deixavam de ser sumptuosas: as fachadas eram pintadas com cores vibrantes e a escultura era aplicada em todos os espaços livres. Nos altares, as cruzes, cálices, relicários e retábulos tinham magníficos programas decorativos. Poucas igrejas chegaram aos nossos dias sem sofrer alterações significativas, já que na Época Moderna ocorreram grandes alterações oriundas do Barroco. Existem alguns registos de pintura mural em

Portugal que, assim como a escultura, deve de ser “entendida como uma forma menos onerosa de atender à mesma motivação litúrgica, devocional e iconográfica” (Rota do Românico, s.d.). Porém, as pinturas mais antigas que sobreviveram até aos nossos dias são já de finais do Gótico, e atribuídas a alguns mestres como o Mestre Arnauts, Mestre Moraes e Mestre Delirante de Guimarães.

Durante toda a Idade Média, assiste-se a uma grande atividade construtiva de pontes, pois as vias romanas tornam-se obsoletas. Eram pontes com grandes arcos, geralmente de dupla rampa, desenvolvendo-se “amplamente os talhamares, a montante e os talhantes, a jusante” (Rota do Românico, s.d.) e costumavam ter narrativas legendárias a si associadas. A construção de uma ponte significava que a máquina burocrática estatal estava a funcionar, mas estas serviam sobretudo para abrir o trânsito das peregrinações aos principais santuários.

Em meados do século XIII, surgem os *memoriais* ou *marmoirais*, estruturas em pedra erguidos em locais isolados, mas não muito distantes dos caminhos mais importantes. Estes serviam para assinalar locais de importância histórica, religiosa ou jurídica e têm características únicas em Portugal. Ainda não se sabe exatamente qual o seu propósito, no entanto deveriam de ter uma função sobretudo funerária, sendo erguidos para marcar locais de passagem de féretros importantes, como foi o caso do Memorial da Ermida, em Penafiel, por onde terá passado D. Mafalda de Saboia, esposa de D. Afonso Henriques, ou o Memorial de Sobrado, em Castelo de Paiva, associado às filhas de D. Sancho I. Eram “construções do quotidiano, geralmente com alguma decoração, relacionados com o culto da morte, com a memória de eventos ou personalidades e, porventura, com a delimitação de territórios” (Costa, 2022).

Com o Românico assiste-se a “uma paulatina monumentalização da sepultura que se quer cada vez mais individualizada, recorrendo-se para o efeito a inscrições, insígnias, paramentos e pedras de armas.” (Rodrigues, 2018). A escultura tumular alcança um grande destaque, com uma decoração mais exuberante nas suas tampas, de modo a representar o defunto em toda sua glória, com inscrições ou orações acompanhadas de elementos geométricos e florais, como as rosáceas, representando a passagem eterna para a Casa de Deus. Na escultura tumular, destaca-se o túmulo do aio de D. Afonso Henriques, Egas Moniz, na Igreja de Paço de Sousa em Penafiel.

Em suma, o Românico Nacionalizado manifestou-se como uma expressão estética singular e de identidade. O conjunto patrimonial dos Vales do Sousa, Tâmega e Douro revelam claramente as estratégias institucionais que foram aplicadas no passado e que deram origem a uma narrativa única no país. Ao compreender o valor histórico destes monumentos, é possível compreender a transformação deste território e a influência que exerceu na construção de uma memória nacional.

Parte III – A Rota do Românico

1. A História da Rota do Românico: origem e evolução

“Quase mil anos depois, o românico volta a ser determinante no Norte de Portugal. Se nos finais do século XI revolucionou a arquitetura e o modo de vida, no início do XXI está a ser o eixo aglutinador de uma estratégia de desenvolvimento de toda uma região.”

(Alves, s.d.)



Figura III.1: Ponte do Arco, Marco de Canaveses. Fonte: *Rota do Românico* (<https://www.rotadoromanico.com/pt/galeria/fotografias/>).

Em 1991 é promulgado pela União Europeia o Tratado de Maastricht lançando um novo olhar no que concerne a cultura e o turismo. Com este Tratado, a matéria patrimonial recebe uma nova atenção através de políticas mais ativas, bem como o fomento da “promoção da identidade e da diversidade cultural, onde o turismo arrecadou a função de agente de mudança económica e social” (Mesquita, 2016). Nesta ótica, projetos como as rotas turísticas, enquanto produtos sociais, culturais e intelectuais são produtos que vão de encontro ao que foi estipulado.

Em 1997, o presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), Luís Braga da Cruz, propõe aos municípios do Vale do Sousa a criação de um “projeto estruturante para o médio e longo prazo” (Alves, s.d.). Esta ideia de criação de um projeto vem na sequência da elaboração de um programa denominado P.R.O.S.O.U.S.A. que “foi desenvolvido no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio (Q.C.A.) II (1995-1999) e teve como referência o período de 1997-99” (Sousa, 2012). Contando com o apoio de fundos da Comunidade Económica Europeia (C.E.E.), assim como a reorganização territorial através do Plano Diretor Municipal (PDM), decidiu-se apostar num sector com uma quase nula representação no Vale do Sousa – o turismo. O setor industrial tinha, e continua a ter, um forte peso na economia local: “O têxtil é, seguramente, o principal sector (...) sendo também notória o sector das máquinas e material elétrico, a indústria de calçado” (CCDRN, s.d.).

Na tentativa de lutar contra esta predominância industrial, mas também contra o abandono escolar, trabalho infantil e as baixas taxas de qualificação de mão de obra, faz-se uma aposta no turismo, através da componente patrimonial que, numa fase inicial, contava com onze elementos. O objetivo primordial era o de realizar ações de formação de modo a formar trabalhadores nas diversas áreas relacionadas com o turismo, tais como gestão, marketing, artes e ofícios, gastronomia, valorização patrimonial e ordenamento do território. (Sousa, 2012).

Em 1998 foram escolhidos vinte e um monumentos de seis municípios: Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, sendo que estes integram a VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa, com a intenção de “inventariar os elementos patrimoniais de estilo românico” (Machado & Magalhães, 2016). Associam-se ao projeto inicial, intitulado como Rota do Românico do Vale do Sousa, outras organizações tais

como a já mencionada CCDR-N, a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGMEN), o Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), entre outras associações e entidades. De seguida, a missão focou-se no “envolvimento das entidades locais, regionais e nacionais, públicas e privadas” (Rota do Românico, s.d.) que garantissem a continuidade do projeto através da gestão e dinamização do mesmo enquanto produto turístico.

Dois anos depois, iniciam-se os trabalhos de salvaguarda, proteção e divulgação do património histórico e arquitetónico. (Sousa, 2012). Em 2003, iniciam-se as ações de conservação dos monumentos. Ainda nesta fase inicial, foi entendido pelos organizadores do projeto que o produto turístico não poderia ficar apenas pelos monumentos e a rede de infraestruturas dedicadas a estes. Neste sentido, “entendeu-se que no plano de ação da Rota do Românico deveria incluir uma componente imaterial, que permitisse elaborar materiais de informação e promoção do património românico da região.” (Machado & Magalhães, 2016). Em abril do mesmo ano, é formalizado o protocolo “Implementação e dinamização turística e cultural da RRVS” cabendo à DGEMN as responsabilidades de “planeamento, conceção e execução de ações de valorização, recuperação e conservação dos bens imóveis classificados ou em vias de classificação, não afetos ao IPPAR” (Rota do Românico, s.d.).

Entre 2005 e 2006 são divulgados e colocados em prática ações de formação: dezasseis cursos que contaram com cinquenta formadores e duzentos formandos através do Plano de Formação para a Promoção e Dinamização da Rota do Românico do Vale do Sousa da responsabilidade da Ader-Sousa – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa. O projeto torna-se público, mas a sua apresentação formal apenas irá ocorrer a dezoito de abril de 2008.

Entre 2006 e a apresentação formal, são elaborados os materiais de comunicação: “uma publicação científica, um guia turístico, uma brochura, um vídeo promocional, um mapa de bolso, um sítio na internet (www.rotadoromânico.com) e uma linha de «merchandising»”, são colocados painéis informativos nos monumentos e na rede viária é instalada a sinalização turística e cultural. (Machado & Magalhães, 2016). Em junho é registada a Marca «Rota do Românico do Vale do Sousa» no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

Até 2007 são elaborados Estudos de Valorização e Salvaguarda das Envolventes dos monumentos com o objetivo de definir e alargar as Zonas Especiais de Proteção (ZEP) do património arquitetónico, bem como das redes viárias e espaços envolventes que pudessem colocar em causa a atratividade dos monumentos.

Em 2008 é também desenvolvido o Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico realizando-se intervenções nos monumentos e envolventes, acessos a transportes públicos e produção de materiais com infoacessibilidade, tais como a escrita em braille e vídeos promocionais com legendas, linguagem gestual e uma versão falada.

No ano de 2009 realiza-se um balanço e considerações com o objetivo de apresentar novas propostas, melhorias de acessibilidade e mobilidade. (Sousa, 2012). Em abril inauguram-se três Centros de Informação da Rota do Românico: no Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro (Felgueiras), na Torre de Vilar (Lousada) e no Mosteiro de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira). Em dezembro do mesmo ano, a Rota do Românico passa a integrar a TRANSROMANICA, considerada desde 2007 o “Grande Itinerário Cultural do Conselho da Europa”.

O ano de 2010 é um marco importante na história da Rota, pois dá-se a conhecer o alargamento da mesma aos municípios da NUT III – Tâmega através da ação da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM-TS). A rota passa a contar com os municípios de Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende. Com esta expansão, a rota adquire mais de trinta elementos patrimoniais entre o Baixo Tâmega e o Douro Sul. Em julho é aberto o Centro de Informação da Rota do Românico do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa (Penafiel). Em setembro, a rota é agraciada com a Medalha de Mérito Turístico atribuída pelo Governo português.

No ano de 2011 verificam-se “contratos de financiamento que viabilizam a ação de intervenção no novo plano extensível aos novos municípios da Rota” (Sousa, 2012) com a ON. 2 – O Novo Norte (Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013). Ainda em 2011, é organizado o I Congresso Internacional da Rota do Românico. Em 2012, aposta-se no

desenvolvimento do turismo por pequenas e médias empresas através do projeto e-CREATE – Rotas Culturais, Empreendedorismo e Promoção das Tecnologias.

Em 2018 é inaugurado o Centro de Interpretação do Românico (CIR) na vila de Lousada, em 2020 é aberto ao público o Centro de Interpretação da Escultura Românica (CIER) em Penafiel e em 2024 dá-se a abertura do Centro Interpretativo da Igreja de Veade em Celorico de Basto. Estes três centros, apesar de apostarem em abordagens diferentes, tornam o património mais acessível e compreensível a públicos diversos, nomeadamente à comunidade escolar.

Desde os primeiros passos institucionais até às mais recentes estratégias de desenvolvimento regional e até internacionalização, como está a acontecer neste momento com a proposta da expansão do itinerário, a Rota do Românico tem vindo a promover a promoção da cultura, da identidade e da coesão territorial nos vales do Sousa, Tâmega e Douro, passando de um simples itinerário de monumentos a um elo entre comunidades.

2. O território atual da Rota do Românico

“Um território integra um conjunto de recursos físicos e humanos que se articulam e interagem, influenciando-se mutuamente ao longo dos tempos, criando uma personalidade diferenciadora face a outros territórios, personalidade essa que poderá reunir condições para a fixação de uma imagem única e distintiva.”

(Martins, et al., 2014)

Do ponto de vista geográfico, a Região Norte de Portugal é composta pelas sub-regiões do Porto, Minho, Douro e Trás-os-Montes. A Rota do Românico integra os concelhos do Vale do Sousa, sub-região que agrupa os concelhos de Felgueiras, Paredes, Penafiel e Lousada. Do ponto de vista administrativo, o Vale do Sousa funde-se com a região do Baixo Tâmega, sub-região do Tâmega e Sousa, que inclui todos os concelhos anteriormente referenciados, à exceção de

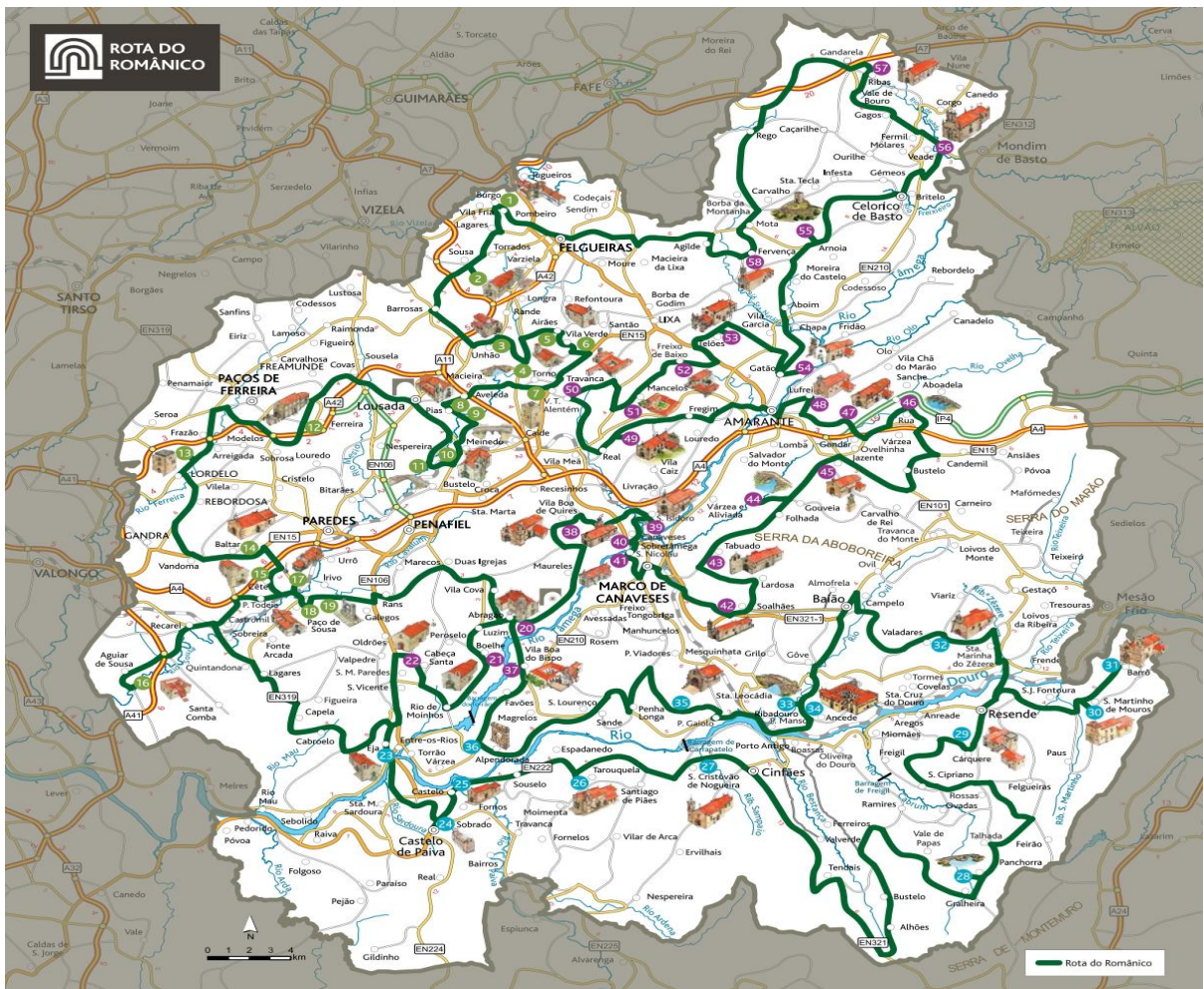
Paredes que aderiu à Área Metropolitana do Porto. A Região do Tâmega e Sousa é composta pelos municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva (único concelho não localizado no distrito do Porto), Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Resende.

A região conta com 3,7 milhões de habitantes, representando 54% da população ativa nacional. Nos últimos anos, tem sido distinguida por diferentes entidades, nacionais e estrangeiras, como «Melhor Destino Europeu», graças à segurança e aos diversos locais classificados como Património da Humanidade pela UNESCO, como o centro histórico do Porto, o centro histórico de Guimarães e o Alto Douro Vinhateiro. (CCDRN, s.d.).

Trata-se de uma das regiões mais jovens do país, nomeadamente a área do Vale do Sousa, registando-se uma taxa de natalidade e crescimento populacional acima dos valores médios de toda a região Norte e até de todo Portugal Continental. Esta população concentra-se maioritariamente nas zonas de maior dinamismo industrial, e por sua vez maior oferta de trabalho, ou seja, Paços de Ferreira, Paredes, Felgueiras, Lousada e Penafiel.

De um modo global, todo este espaço geográfico dedica-se à indústria, destacando-se a indústria têxtil e de calçado, sendo que “comporta ainda o cluster da madeira e do mobiliário mais bem-sucedido em Portugal”. (Pinheiro, 2012). Apesar desta industrialização, a paisagem é heterogénea, sem existir “um zonamento claro e diferenciado entre áreas urbanas, rurais ou industriais, apresente cenários e paisagens muito marcados pela ruralidade.” (Pinheiro, 2012).

O Douro apresenta grandes vantagens territoriais devido à sua proximidade com a Área Metropolitana do Porto e à existência da Linha do Douro. Apesar de ter centros urbanos dotados com uma rede importante de empresas, instituições e massa demográfica, como é o caso de Lamego, Peso da Régua e Vila Real, persistem ainda alguns desafios derivados da perda e envelhecimento de população. Todavia, há um conjunto de atrativos territoriais nesta região como a área Demarcada do Douro Vinhateiro, classificada pela UNESCO como Património da Humanidade, o Parque Arqueológico do Vale do Côa e a presença de uma instituição de ensino superior – a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. (CCDR-N, 2022).



Mapa III.1: Percursos da Rota do Românico. Fonte: *Rota do Românico* (<https://www.rotadoromânico.com/pt/galeria/mapas/>)

O Tâmega e Sousa tem também como grande atrativo territorial a sua proximidade à Área Metropolitana do Porto. Apresenta uma diversidade a nível interno no que respeita a distribuição demográfica e os principais setores económicos, no entanto é, maioritariamente, semi-industrial, com o seu “dualismo existente entre a realidade (mais) industrial do (Vale do) Sousa e a realidade (mais) rural do (Baixo) Tâmega” (CCDR-N, 2022). O seu principal potencial é a sua população jovem e a presença de bens patrimoniais relevantes, como é o caso dos bens que integram a Rota do Românico e as Endoenças de Entre-os-Rios que estão inscritas no Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial. (CCDR-N, 2022).



Mapa III.3: Concelho de Baião. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)

Baião está localizado na sub-região do Tâmega e Sousa, o município “localiza-se no este do distrito do Porto, integrando a circunscrição florestal do Norte e o núcleo florestal do Tâmega.” (Pinheiro, 2012). É constituído por quatorze freguesias fazendo fronteira com Amarante, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio e Marco de Canaveses e banhado pelo rio Douro. Segundo os Censos de 2021, o município de Baião tinha uma densidade populacional de 100 habitantes por km². A formação da Terra de Baião acontece na Baixa Idade Média pela família dos Baiões, família de prestígio aquando da formação de Portugal. O município tem ainda importantes vestígios da Pré-História como os Dólmens da Serra da Aboboreira e as sepulturas com mamoa e vestígios do período da ocupação romana. Do ponto de vista turístico, Baião destaca-se por ser “o concelho com maior percentagem de área verde e floresta em todo o distrito do Porto” (Pinheiro, 2012) sendo que o município faz uma maior aposta no turismo de ambiente e aventura, sobretudo pela promoção dos trilhos e caminhos pedestres pelas serras da Aboboreira, Marão e serra do Castelo. Todavia, apresenta importantes núcleos culturais, tais como a Fundação Eça de Queiróz, o Mosteiro de Ancede, cujas origens remontam ao século XII

e à presença dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, e os já mencionados elementos pré-históricos.



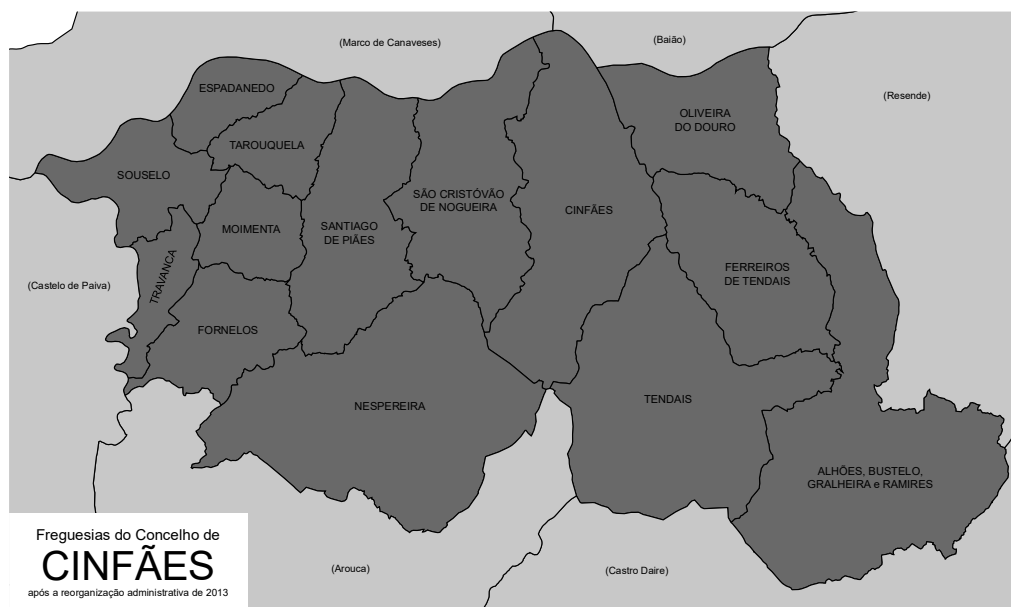
Mapa III.4: Concelho de Castelo de Paiva. Fonte: *Associação Nacional Municípios Portugueses* (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)

Castelo de Paiva pertence ao distrito de Aveiro e encontra-se dividido em seis freguesias, contando com uma densidade populacional de 135 habitantes por km². As suas fronteiras são com Penafiel, Marco de Canaveses, Cinfães, Arouca e Gondomar. Apresenta características naturais únicas, visíveis na fertilidade dos seus solos, propícios à prática agrícola. Assim como os restantes territórios do Vale do Sousa e Tâmega, também Castelo de Paiva tem uma vertente mais industrial, sobretudo a indústria de serração, papel, calçado, têxtil, mobiliário, marroquinaria, metalomecânica, mármore e granitos. (Pinheiro, 2012). O produto mais importante para esta região é o vinho verde, com destaque para o que é produzido na freguesia de Bairro, considerado já o melhor vinho verde tinto do mundo. Devido à popularidade deste produto, todos os anos, no primeiro fim de semana de julho, organiza-se a «Feira do Vinho Verde, do Lavrador, Gastronomia e Artesanato», evento que reúne os principais produtores de vinho, artesãos e restaurantes. Quem visita Castelo de Paiva passa, quase de modo obrigatório, pelos famosos Passadiços do Paiva, o ex-libris da região, que conta com uma das maiores pontes suspensas do mundo com quinhentos e dezanove metros de extensão.



Mapa III.5: Concelho de Celorico de Basto. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)

Celorico de Basto pertence ao distrito de Braga e conta com uma densidade populacional de 97 habitantes por km². Está subdividido em quinze freguesias, fazendo fronteira com Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Amarante, Felgueiras e Fafe. O concelho é rodeado “por cadeias montanhosas, como as do Marão, do Alvão ou da Cabreira”. (Pinheiro, 2012). Este isolamento tem repercussões a nível socioeconómico, já que Celorico apresenta “insuficientes e deficientes vias de circulação, [que] continuam a prolongar no tempo, a estagnação sócio-económica das populações de Basto.” (Pinheiro, 2012). Todavia, este retrato de ruralidade está a mudar, sendo que o município está a passar por um processo de mudanças profundas. A agricultura e a pecuária continuam a ser as principais atividades, porém há já notórios avanços na construção civil, comércio e os serviços, bem como o crescente turismo. O município tem registado dez alojamentos, desde alojamento local, alojamento turístico em espaço rural, turismo de habitação, um parque de campismo e um hotel.



Mapa III.6: Concelho de Cinfães. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)

Cinfães pertence ao distrito de Viseu e é constituído por quatorze freguesias e com uma densidade populacional de 74 habitantes por km². As suas fronteiras são com Marco de Canaveses, Baião, Resende, Castro Daire, Arouca e Castelo de Paiva. É uma área montanhosa

Felgueiras está localizado na parte superior do Vale do Sousa e faz fronteira com o distrito de Braga, contando com uma densidade populacional de 483 habitantes por km² e vinte freguesias. O município é delimitado por Fafe, Celorico de Basto, Amarante, Lousada, Vizela e Guimarães. Conta com duas cidades, Felgueiras e Lixa, e encontra-se apenas a cinquenta quilómetros da cidade do Porto. Apesar de ter registado uma diminuição populacional nos Censos de 2021, Felgueiras permanece com uma elevada taxa de juventude que garante a substituição geracional. A população ativa do concelho concentra-se no setor secundário e terciário. Existem vestígios da ocupação romana, como a Vila Romana de Sendim, Idade do Bronze, com o Povoado de Cimalha, mas sobretudo património arquitetónico medieval desde igrejas, pontes, cruzeiros até ao famoso Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, cuja comunidade monástica se encontra documentada desde 853. Ainda no âmbito do turismo cultural, existe em Felgueiras um centro interpretativo, casa das artes e um espaço de exposições. Para os apreciadores de vida noturna, Felgueiras conta com dez bares e lounges com atividades como noites temáticas. Com sessenta restaurantes e vinte e quatro alojamentos turísticos registados pela autarquia, apresenta já uma rede de apoio e de infraestruturas essenciais à atividade turística.



Mapa III.8: Concelho de Lousada. Fonte: Associação Nacional Municípios Portugueses (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)

O concelho de Lousada encontra-se no distrito do Porto com fronteira entre Santo Tirso, Vizela, Felgueiras, Amarante, Penafiel, Paços de Ferreira e com Paredes. É constituído por quinze freguesias e tem uma densidade populacional de 493 habitantes por km². A sua área geográfica mais a norte assemelha-se à região do Minho, com uma maior tendência para as florestas, já a sul as suas características são semelhantes ao Baixo Minho e com melhores condições para a agricultura. (Pinheiro, 2012). O concelho é fortemente industrializado sobretudo na indústria têxtil e confeções, mas também com uma forte presença no setor da construção. Na agricultura assiste-se, como acontece com todo o Vale do Sousa e Tâmega, ao domínio do vinho verde. O concelho distingue-se pela sua aposta em modalidades desportivas como o automobilismo, o hóquei de campo, atletismo, futebol, ténis, polo aquático e râguebi. A construção do Complexo Desportivo e da pista que acolhe o Rally de Portugal deu um ânimo maior à prática das atividades desportivas sendo possível a organização de campeonatos com a participação de atletas estrangeiros. Para além de ser a sede da Rota do Românico, Lousada tem património cultural e arquitetónico fora da esfera do Românico, como os moinhos, as casas senhoriais e o Castro de S. Domingos. Terra de romarias e festas, destaca-se a Festa de Nossa Senhora da Aparecida, em Torno, com gigantes andores com cerca de vinte e três metros de altura e registados pelo Guinness como os maiores do mundo e transportados por uma centena de homens. Quanto aos alojamentos turísticos, estão oficializados pelo município quinze alojamentos, desde alojamentos locais, a residenciais, casas de campo e um hotel.

Freguesias do Concelho de
MARCO DE CANAVESES
após a reorganização administrativa de 2013



Mapa III.9: Concelho de Marco de Canaveses. Fonte: *Associação Nacional Municípios Portugueses* (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)

Marco de Canaveses, administrativamente, pertence ao distrito do Porto e encontra-se em plena região duriense. Faz fronteira com Amarante, Penafiel, Baião e Cinfães, divide-se por quinze freguesias e tem uma densidade populacional de 265 habitantes por km². O concelho é fortemente marcado pelo seu relevo e pelas serras, sendo o ponto mais alto na Serra da Aboboreira a 962 metros de altitude. (Pinheiro, 2012). Do ponto de vista económico pratica-se agricultura, cujos produtos são depois vendidos nos mercados abastecedores do Porto, a exploração florestal, a indústria têxtil, sobretudo das malhas, a exploração da pedra, serrações, fábricas de transformação e moagem. O povoamento deste território remonta ao período neolítico, tendo sido encontrados importantes vestígios arqueológicos, como alguns monumentos funerários. Nas margens do rio Tâmega existem vestígios da ocupação romana, provavelmente relacionados com as águas termais que mais tarde dariam origem às Caldas de Canaveses. Para os amantes de pedestrianismo, este território tem para oferecer diversos circuitos: a Grande Rota de Marco de Canaveses (GR68MCN), Pedras Moinhas e Aromas de

Santiago (PR1), Dois Rios Dois Mosteiros (PR2), Caminhos do Rio (PR3), Trilhos dos Dólmens (PR4), Caminhos de Canaveses (PR5), Caminhos de Tongobriga (PR6), Aldeias e Margens do Rio Ovelha (PR7), Trilhos de Portocarreiro (PR8) e Caminhos do Zé do Telhado (PR9). Quanto ao alojamento turístico, os visitantes têm à sua disposição um hotel, vinte e cinco alojamentos locais e dezoito casas e quintas de turismo rural.



Mapa III.10: Concelho de Paços de Ferreira. Fonte: *Associação Nacional Municípios Portugueses* (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)

Paços de Ferreira localiza-se numa zona de transição entre a área metropolitana do Porto, o Vale do Ave e o Vale do Sousa. É constituído por doze freguesias, com uma densidade populacional de 783 habitantes por km², e limitado pelo município de Lousada, Paredes, Valongo e Santo Tirso. A nível económico Paços de Ferreira é conhecido como a «Capital do Móvel» por ser o centro mais importante de produção de mobiliário, com cerca de cinco mil empresas dedicadas a esta atividade. Para além do mobiliário, existem empresas dedicadas ao têxtil, vestuário, transformação de metais, compressas e ligaduras, lacticínios e serrações. A norte a paisagem é mais ruralizada, cultivando-se milho, batata, produtos hortícolas, frutas e vinhas. (Pinheiro, 2012). Com uma ocupação humana desde o Neolítico, Paços de Ferreira tem

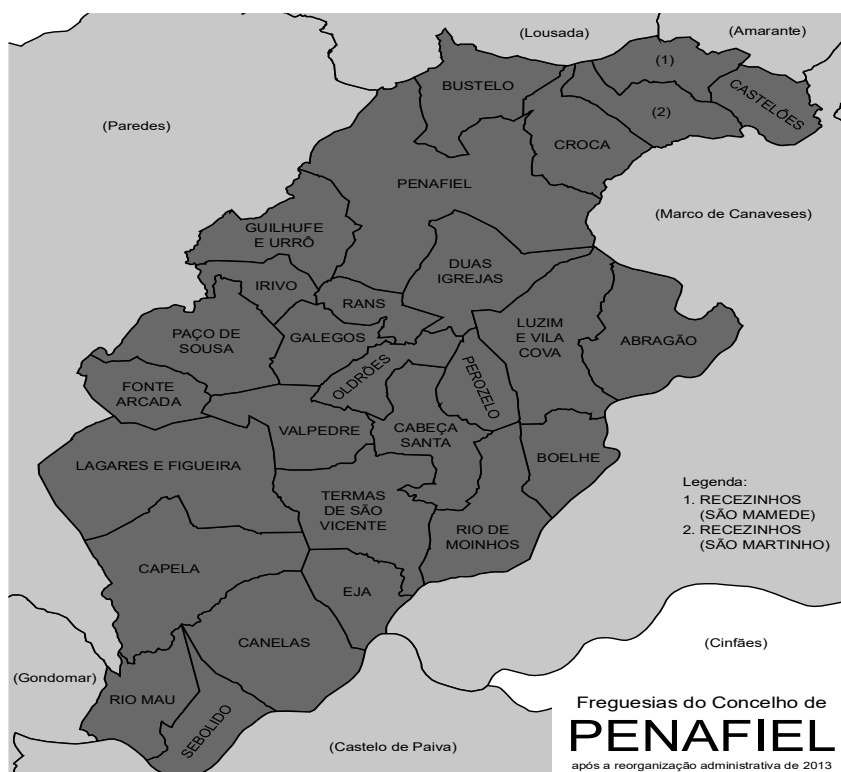
um rico património cultural e arquitetónico, destacando-se, para além das construções românicas, a Citânia de Sanfins e o seu Museu Arqueológico, o Dólmen da Leira Longa, o Penedo das Ninfas, a Ponte Joanina, a Casa da Cultura de Freamunde, o Museu Municipal – Museu do Móvel e mais de trinta festas populares e eventos culturais. Relativamente a empreendimentos turísticos, Paços de Ferreira conta com quinze alojamentos locais registados pela autarquia, cinco hotéis e vinte e sete casas e quintas dedicadas ao turismo de habitação e turismo rural.



Mapa III.11: Concelho de Paredes. Fonte: *Associação Nacional Municípios Portugueses* (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)

Paredes faz fronteira com Paços de Ferreira, Lousada, Valongo, Gondomar e Penafiel. Encontra-se subdividido por dezoito freguesias e com uma densidade populacional de 538 habitantes por km². Trata-se de um concelho direcionado para as novas tecnologias, destacando-se “o dinâmico papel desempenhado pelo Centro Tecnológico das Indústrias da Madeira e do Mobiliário, pelo Centro de Formação Profissional das Indústrias da Madeira e do Mobiliário e pela Cooperativa Ensino Superior Politécnico Universitário no setor da Saúde.” (Pinheiro, 2012). Com a fundação do município a remontar ao antigo Concelho de Aguiar de Sousa, a

história desta região está intimamente interligada aos primórdios da monarquia, com dezenas de imóveis classificados como de interesse público, municipal ou em vias de classificação que remontam a este período. Quanto aos alojamentos, existem em Paredes quatro hotéis, onze moradias e apartamentos para alojamento local, um espaço de turismo de habitação e quatro casas dedicadas ao turismo rural.



Mapa III.12: Concelho de Penafiel. Fonte: *Associação Nacional Municípios Portugueses* (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)

Também conhecido como Arrifana de Sousa, o município de Penafiel encontra-se subdividido em vinte e oito freguesias, com uma densidade populacional de 328 habitantes por km². É limitado pelo município de Lousada, Amarante, Marco de Canaveses, Castelo de Paiva, Gondomar e Paredes. A cidade, de nome homónimo, é um dos principais eixos urbanos da região do Vale do Sousa e Tâmega e a segunda cidade mais antiga da região Norte do país. A estrutura económica de Penafiel concentra-se, em particular na “construção civil, extração de granitos, indústria transformadora, têxtil, da madeira e da produção de vinhos verdes.” (Pinheiro, 2012). No setor primário a vinha é o produto de maior interesse e de investimento. Penafiel tem vários

Monumentos Nacionais, tais como a Anta de Santa Marta ou Dólmen da Portela, Memorial da Ermida e o famoso Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa e imóveis de interesse público, com destaque para o Castro Mozinho, mamoa e gravuras rupestres “Pegadinhas de S. Gonçalo” e o Mosteiro de S. Miguel de Bustelo. Neste município existe uma série de museus de interesse aos turistas culturais, tais como o Museu Municipal, Museu da Broa, o Museu do Castro Mozinho, Museu do Engenho de Sebolido, Núcleo Museológico do Convento de S. António dos Capuchos e o Museu de Arte Sacra da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel. Aqui existem duas aldeias de elevado interesse turístico, a Aldeia Preservada de Cabroelo e a Aldeia Preservada de Quintandona, locais congelados no tempo que demonstram o modo de vida de épocas passadas. Para os amantes de natureza e de espaços verdes, há à sua disposição uma série de jardins românticos espalhados pelo município, com particular destaque para o Jardim da Quinta de Aveleda. Para os mais jovens, o parque de diversões “Magikland” é uma ótima escolha de divertimento. É ainda possível realizar um turismo associado à questão da saúde e bem-estar, pois existem dois espaços termais, as Termas de S. Vicente e as Termas da Quinta da Torre, bem como um alojamento turístico que disponibiliza cuidados de pele e relaxamento, o Penafiel Park Hotel & Spa. Um dos principais eventos neste município é a AGRIVAL – Feira Agrícola do Vale do Sousa que, para além de juntar no mesmo espaço centenas de produtores, consegue captar turistas e o público mais jovem através da contratação de artistas de relevo nacional, de atividades lúdicas e da presença de restaurantes e tabernas. No que concerne os alojamentos turísticos existem, registados pelo município, quatro espaços dedicados ao agroturismo, vinte e nove alojamentos locais, quatro hotéis, três espaços de turismo rural, dois de turismo de habitação e dez casas e quintas dedicadas ao turismo rural.



Mapa III.13: Concelho de Resende. Fonte: *Associação Nacional Municípios Portugueses* (<https://anmp.pt/municipios/municipios/municipios-de-a-a-v/>)

Resende é um município pertencente ao distrito de Viseu, subdividido em onze freguesias e com uma densidade populacional de 257 habitantes por km². É delimitado pelo concelho de Castro Daire, Lamego e Cinfães e encontra-se enquadrado na Região Agrícola de Entre-Douro-e-Minho. Apesar do concelho ainda se focar maioritariamente na agricultura, nomeadamente na cultura da cereja, outros setores têm feito importantes conquistas como a indústria alimentar, de bebidas e tabaco, indústria de produtos minerais não metálicos e o comércio. Também o turismo, graças aos passeios de cruzeiro pelo rio Douro, dinamizaram este concelho. Para além dos trilhos e das atividades interligadas ao enoturismo, por estar inserido na Região Demarcada do Douro, Resende tem ainda a oferecer a belíssima Rota das Cerejeiras em Flor e património cultural como o Centro Cultural de São Cipriano, Centro Interpretativo da Cereja, Centro de Cerâmica, Centro Interpretativo de Montemuro e festas, romarias e festivais durante a Primavera e o Verão, como a Festa das Cavacas e o Festival da Cereja. Aqui os turistas têm também uma grande diversidade de ofertas de alojamentos desde dois hotéis, mais de vinte quintas dedicadas ao

turismo rural e de habitação, quatro estabelecimentos de agroturismo e cerca de trinta alojamentos locais registados no *website* da autarquia.

De um modo global, toda esta região é palco, durante todo o ano, mas com uma maior incidência dos meses de verão, de diversos eventos de cariz cultural, religioso, económico, de festas populares e espetáculos. As experiências turísticas são diversificadas desde passeios de comboio pela Linha do Douro, com saída da cidade do Porto e chegada no Pocinho passando por diversas localidades pertencentes à Rota tais como Paredes, Penafiel, Lousada, Amarante, Marco de Canaveses e Baião; os passeios de cruzeiro pelo rio Douro com passagem pela margem norte dos municípios de Penafiel, Marco de Canaveses e Baião e pela margem sul de Castelo de Paiva, Cinfães e Resende; caminhadas, corridas ou passeios de BTT pelas dezenas de trilhos existentes e ecopistas; o turismo equestre com passeios a cavalo, aulas de equitação e espetáculos e provas equestres para diversos níveis consoante a idade e estado físico; a prática de golfe em três campos preparados quer para os mais experientes, quer para os iniciantes em Paredes, Paços de Ferreira e Amarante e o turismo termal ou de relaxamento nas estâncias da região como Amarante, Caldas de Aregos, Entre-os-Rios e São Vicente com tratamento de jacuzzi, banhos de aromaterapia, massagens e vinoterapia. (Rota do Românico, s.d.).

Verificamos, assim, que na região do Douro a presença de fortes elementos patrimoniais, a singularidade deste território, a sua paisagem natural e cultural e as vias de transporte ferroviário e fluvial, são pontos fortes de dinamização em contrapartida com a falta de mão de obra especializada na restauração e na hotelaria. Já na região do Tâmega e Sousa, a diversidade paisagística e a existência de património reconhecido como os bens integrantes da Rota do Românico, coexistem com o ainda reduzido nível de oferta nos domínios da cultura que começa, gradualmente, a produzir as suas primeiras iniciativas em alguns municípios. (CCDR-N, 2022).

É então evidente que existem já diversos recursos que vão de encontro ao turismo cultural, Paisagístico, de Natureza, Turismo Gastronómico e de Vinhos, denotando o potencial turístico e económico desta região. Assim, “as decisões tomadas pelos agentes económicos e políticos quer a nível regional quer a nível nacional, devem estar devidamente articuladas.” (Vieira, 2015).

Percurso "Vale do Sousa"

- 1 Mosteiro de Santa Maria de Paredes
- 2 Igreja de São Vicente de Sousa
- 3 Igreja do Salvador de Umbão
- 4 Ponte de Veiga
- 5 Igreja de Santa Maria de Avelas
- 6 Igreja de São Memado de Vila Verde
- 7 Torre de Vilar
- 8 Igreja do Salvador de Avelãs
- 9 Ponte de Vilão
- 10 Igreja de Santa Maria de Meinedo
- 11 Ponte de Espinho
- 12 Mosteiro de São Pedro de Ferreira
- 13 Torre dos Abadeses
- 14 Capela da Senhora da Piedade de Quintá
- 15 Mosteiro de São Pedro de Cila
- 16 Torre do Castelo de Aguiar de Sousa
- 17 Ermida de Nossa Senhora do Vale
- 18 Mosteiro do Salvador de Fogo de Sousa
- 19 Monumento de Ermida

Percurso "Vale do Douro"

- 1 Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios
- 2 Monumento de Sobrado
- 3 Igreja de Nossa Senhora da Natividade de Escarmento
- 4 Igreja de Santa Maria Maior de Tareuque
- 5 Igreja de São Cristóvão de Nogueira
- 6 Ponte de Paredes
- 7 Mosteiro de Santa Maria do Ciquere
- 8 Igreja de São Martinho de Mouras
- 9 Igreja de Santa Maria do Barro
- 10 Igreja de São Tiago de Valadares
- 11 Ponte de Damoriz
- 12 Mosteiro de Santo André de Ancoada
- 13 Capela da Senhora da Livração de Fardelhões
- 14 Monumento de Apontença



Percurso "Vale do Tâmega"

- 1 Igreja de São Pedro de Abrão
- 2 Igreja de São Gera de Boão
- 3 Igreja do Salvador de Cabeça Santa
- 4 Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo
- 5 Igreja de Santo André de Vila Boa de Guimarães
- 6 Igreja de Santo Isidoro de Caranaveas
- 7 Igreja de Santa Maria de Sordelengua
- 8 Igreja de São Nicolau de Caranaveas
- 9 Igreja de São Martinho de Soalhães
- 10 Igreja do Salvador de Taboada
- 11 Ponte do Arco
- 12 Igreja de Santa Maria do Jacante
- 13 Ponte do Fundo da Rua
- 14 Igreja de Santa Maria do Conde
- 15 Igreja do Salvador de Lufil
- 16 Igreja do Salvador de Real
- 17 Mosteiro do Salvador de Trancoso
- 18 Mosteiro de São Martinho de Matosinhos
- 19 Mosteiro do Salvador de Fines de Baião
- 20 Igreja de Santo André de Tábua
- 21 Igreja de São João Baptista de Carli
- 22 Castelo de Azeite
- 23 Igreja de Santa Maria do Visado
- 24 Igreja do Salvador de Ribas
- 25 Igreja do Salvador de Fervença



Mapa III.14: Os três atuais percursos disponíveis. Fonte: *Rota do Românico* (<https://www.rotadoromânico.com/pt/galeria/mapas/>)

Parte IV – Impactos da Rota do Românico

1. A economia do património

“In the case of cultural heritage, particular attention should be paid to what is conceived of as cultural significance, although the economic aspects should not be ignored.”

(Feilden & Jokilehto, 1998)

Todo o património cultural, para além dos seus valores intrinsecamente culturais, artísticos e sociais, apresenta valores económicos. Apesar da separação destes valores em categorias distintas, “cultural values and contemporary economic values” (Feilden & Jokilehto, 1998), existe uma relação de dependência entre todos os elementos envolvidos. Segundo Throsby (2001), no contexto cultural, a atribuição de valores patrimoniais apresenta, na maioria dos casos, valores positivos, devido ao “irreducible principle that value represents positive characteristics rather than negative”.

Partindo desta teoria, existe uma série de valores que acabam por influenciar o peso económico de um bem cultural, móvel ou imóvel e até intangível. O valor estético que conjuga as noções do belo, harmonia, forma e outras características; o valor espiritual que engloba a compreensão, esclarecimento e introspeção; o valor social que está relacionado com a conexão que um indivíduo estabelece dentro de um grupo e com o espaço que ocupa, contribuindo para a sua noção de identidade; o valor histórico que deriva da forma como o património reflete o passado e deixa transparecer a ideia de continuidade entre antigo e o moderno; o valor simbólico dos bens enquanto transmissores de significados e o valor de autenticidade, originalidade e singularidade. (Throsby, 2001).

Todos os valores referidos contribuem para o denominado capital cultural, que pode ocorrer de bens tangíveis, como monumentos, artefactos, pinturas, esculturas, sítios arqueológicos, entre

outros, mas também de bens intangíveis, derivados do capital intelectual, das ideias, das tradições, práticas tradicionais e valores defendidos por um grupo social. Deste modo, enquanto sociedade, compete a cada cidadão contribuir para o seu capital cultural de modo a preservar, manter ou melhorar o seu património cultural.

Nesta linha de pensamento, existe uma subcategoria de valores culturais específicos aos bens patrimoniais. O valor existencial, onde a mera existência de um bem contribui para a autoestima de uma comunidade, mesmo que estes não obtenham regalias diretas do mesmo; o valor da opção, ou seja, o desejo ou não de preservar um bem e de o legar às gerações futuras; e o valor do legado desse bem que contribui para o conhecimento da sociedade. (Throsby, 2001). Este conjunto de valores contribui para o impacto económico local e regional, ou até mesmo nacional, pois relacionam-se com “several different aspects of historic preservation, such as rehabilitation work on buildings, heritage tourism, production of housing (...) number of jobs and businesses created (...) impact of investment in preservation versus another sector.” (Mason, 2005).

Existem sobretudo quatro fontes de receita que influenciam, de um modo mais direto, a salvaguarda e a gestão patrimonial. São eles o turismo, o comércio, o uso do bem patrimonial e as comodidades criadas ao seu redor. (Feilden & Jokilehto, 1998). Foi desenvolvida nas últimas décadas toda uma indústria que funciona em torno do património, com apostas no desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, nas atividades (re)criativas e, sobretudo, no turismo. Neste sector, David Throsby (2001) defende que “tourism can be seen not so much as a cultural industry in its own right but rather as a user of the products of other industries within the cultural sector – the performing arts, museums and galleries, heritage sites and so on”.

Assim, passaremos a analisar a Rota do Românico enquanto exemplo de um conjunto de bens patrimoniais e culturais que podem impulsionar a dinamização da economia local e regional, primordialmente através do turismo, da valorização territorial e da dinamização da comunidade local.

2. Turismo e desenvolvimento regional

“O património e os bens culturais, fruídas em práticas turísticas ou em museus, já provaram que podem ser um novo aliado no caminho de um novo humanismo necessário com vista à estabilização de valores como a paz, coesão social, a tolerância e o respeito entre comunidades culturalmente distintas ou até marginais.”

(Cadavez, s.d.)

O turismo é uma indústria que se adapta às necessidades e fluxos de procura de todos aqueles que queiram experienciar algo de diferente do seu quotidiano. Os turistas viajam até locais que lhes são desconhecidos “to see something cultural, historically significant or naturally beautiful, to experience new and alternative ways of perceiving the beauty and the richness of the world” (Engelhardt, 2008).

Apesar desta atividade ser em muitos casos louvada por especialistas de economia, que a consideram uma excelente ferramenta de criação de serviços e de postos de trabalho, a verdade é que o seu crescimento rápido e desregulado pode levar à exploração de mão de obra e à destruição ambiental e patrimonial. Monumentos e paisagens culturais são estruturas débeis, produtos não renováveis, o que leva muitos especialistas a defenderem uma política de tolerância zero a todo o tipo de indústria e visitante que cause danos a estes bens.

Um turismo sustentável é a resposta correta para conciliar o crescimento económico com o desenvolvimento de uma região. Refere-nos Engelhardt (2008) que “sustainable tourism can bring improved income and living standards for local people (...) can revitalize local culture, especially traditional crafts and customs (...) can stimulate the rural economy by creating demand for agricultural produce (...) can inject capital into rural areas”.

As rotas culturais apresentam-se como ferramentas cujo propósito é proporcionar uma experiência patrimonial, tendo um importante papel “in understanding the landscape as they cut

across environmental silos of agriculture, forestry, fisheries and conservation.” (Martin, et al., 2022).

O turismo causa impactos diretos na economia, destacando-se serviços como a “restauração, alojamento, transportes, atividades de lazer, entre outros” (Moreira, 2016). Nos últimos anos, a cidade do Porto afirmou-se como um destino turístico relevante no contexto nacional e internacional, causando grandes alterações em todos os sectores económicos que, por sua vez, se fazem sentir em praticamente toda a região Norte do país. É aqui que se concentram “muitas empresas, que aproveitando a procura decidiram criar serviços e atividades para o Norte do país” (Moreira, 2016), deixando de apenas apostar no sector primário e secundário.

Segundo o Plano Estratégico Nacional do Turismo de 2007 (PENT), que partiu da iniciativa do Ministério da Economia, Portugal apresenta dez produtos estratégicos: sol e mar; *touring* cultural e paisagístico; *city break*; turismo de negócios; turismo de natureza; turismo náutico; saúde e bem-estar; golfe; turismo residencial; gastronomia e vinhos. (Moreira, 2016).

Uma rota cultural “deve apresentar o eixo que estrutura, ordena e sistematiza a variedade de elementos e atividades que se reúnem num determinado espaço” (Pedrosa, s.d.) de modo que o turista se aperceba de todas as potencialidades turísticas, culturais e recreativas. As rotas, para além da divulgação dos bens culturais, constroem uma narrativa de interpretação do território que, em muitos casos, contribui para a construção de uma identidade.

Ora, uma “boa gestão pode representar possibilidade de renda para as regiões” (Pistorello, s.d.), principalmente quando a sua gestão é partilhada entre instituições públicas e privadas. Quando gerida por uma entidade pública, “os principais desafios se constituem na administração de redes que envolvem as localidades interessadas em promover os recursos”, quando gerida por uma entidade privada existe uma maior preocupação com a questão económica, evidente “quando uma rota se preocupa em construir uma narrativa que atenda a algum interesse específico em detrimento de questões mais coletivas” (Pistorello, s.d.). O ideal é então encontrar um meio-termo entre a defesa dos recursos e comunidade local com a comercialização da rota enquanto destino turístico.

Paralelamente a uma rota cultural, “there will always be an increase in the number of commercial activities (...) such as tourism marketing, craft selling, commercialization of historical buildings, and other similar endeavors.” (Lin, et al., 2024).

3. Impactos económicos da Rota do Românico

“Changing patterns of consumption and rising real incomes are leading to secular increases in the demand for cultural goods and services.”

(Throsby, 2001)

Há quem defenda que o turismo deve ser acautelado, já que quando se massifica acaba por criar vários problemas ao nível do património. Todavia, na região do Vale do Sousa, Tâmega e Douro ainda não existe esse problema, segundo informações fornecidas pela Rota do Românico⁸. Pelo contrário, existe a situação inversa, com uma região onde o turismo não tem ainda um grande impacto ou foco e que através da Rota do Românico pode auxiliar a valorização do património e dinamizar a economia.

De modo a valorizar a região, foi criado em 2014 o Selo de Qualidade da Rota do Românico, uma certificação com distinção às unidades turísticas, restaurantes e produtores locais. É através desta certificação que a Rota cria toda uma cadeia de valores, com entidades que lidam diretamente com a operação turística. Assim, tornam-se agentes que a própria Rota indica aos turistas e outras entidades, criando todo um pacote de comercialização da região e produtos endógenos. Segundo Mota (2020) a emissão dos Selos de Qualidade por parte das entidades gestoras têm como objetivo “valorizarem a qualificação do património”.

⁸ Segundo informações fornecidas pelo Técnico Duarte Pinheiro, em entrevista realizada a 4 de abril de 2025: ver anexo II.

Segundo dados publicados em 2020, a Rota do Românico distinguiu até esse momento cento e noventa e um selos em quatro fases de candidaturas, desde unidades de alojamento, restaurantes e produtores locais como produtores de vinho, doçaria e artesanato distribuídos pelos doze municípios que abrangem a Rota. O Selo é analisado por um Comité de Avaliação que conta com representantes do meio académico e associativo: o Turismo do Porto e Norte de Portugal; Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro; ADER-Sousa; Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira; Beira Douro; Conselho Empresarial Tâmega e Sousa; PROBASTO; Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal e Quaternaire Portugal.

Para Mota (2020) a certificação promulgada pela gestão da Rota “proporciona ao turista informação de qualidade sobre os produtos que possam estar incluídos nas rotas como, por exemplo, artesanato ou gastronomia, representativos da região e nela produzidos, possibilitando escolhas fundamentadas”, ou seja, decisões ponderadas que contribuem para o desenvolvimento do dito turismo sustentável.

Nos últimos anos, nomeadamente desde 2019 até ao presente momento, a Rota do Românico tem garantido a sua participação em várias feiras de turismo e outros eventos, tais como a BTL – Better Tourism Lisbon Travel, evento promovido no âmbito da Feira Internacional de Lisboa (FIL); a FITUR – Feira Internacional de Turismo em Madrid; a Turexpo Galicia promovida pela Feira Internacional de Galicia ABANCA; a AR&PA – Bienal Ibérica de Património Cultural em parceria com a entidade do Turismo do Porto e Norte de Portugal; a ITB - Berlin NOW, uma das mais prestigiadas feiras de turismo do mundo; a FIT VEFA – Feira Internacional de Turismo; bem como outros eventos de menores dimensões.

A Rota integra ainda o projeto ECreate, que envolve treze parceiros de dez países europeus. O objetivo deste projeto é contribuir para a melhoria das políticas de desenvolvimento do mundo rural através da competitividade das pequenas e médias empresas ligadas às atividades turísticas e culturais. As rotas turísticas, culturais, patrimoniais, entre outras, podem, nas áreas rurais, desempenhar um papel importante na economia ao estruturarem percursos que permitam aos visitantes explorar e desfrutar do território, contribuindo na economia local e gerando emprego, nomeadamente quando incentivam o consumo de produtos regionais.

Segundo a Travel BI⁹, a Rota do Românico tem tido um impacto significativo no setor da hotelaria e restauração, sendo que a região do Vale do Sousa, Tâmega e Douro tem crescido a dois dígitos no número de unidades de alojamento. A diversidade de alojamentos aliada à valorização do património Românico atrai turistas interessados em cultura, história e arquitetura. Como verificamos anteriormente, o turista cultural tem um perfil diferenciado, sendo que tem tendência a procurar experiências mais completas, o que beneficia hotéis, alojamentos locais, restaurantes e cafés nas proximidades dos monumentos que integram a Rota. Hotéis como o «Villã Casas de Campo» utilizam a Rota do Românico como inspiração, sendo que neste exemplo em concreto cada quarto representa um monumento diferente e conta com dezassete obras de arte esculpidas em madeira influenciadas pela arte românica.

A Rota apresenta ainda impacto direto na promoção de produtos e na gastronomia local, não só através do já referido Selo de Qualidade, mas também por outros restaurantes locais que se associam à Rota do Românico e que promovem experiências gastronómicas autênticas, muitas vezes ligadas à tradição monástica ou à cultura regional. Para além da valorização dos produtos locais e do fortalecimento da identidade gastronómica, alguns restaurantes como a «Cozinha do Românico» e o «Castelo de Portugaal» fazem das refeições autênticas recriações medievais, com experiências gastronómicas únicas e realistas.

A nível do seu financiamento, é sobretudo através do quadro comunitário que a Rota do Românico recebe a maior parte dos seus meios de sustentação económica. Entre 2007 e 2013, a Associação do Vale do Sousa beneficiou de mais de oito milhões de euros através do Programa Operacional Regional do Norte – ON.2: O Novo Norte, bem como de outras verbas que rondaram os quatro milhões de euros destinadas a micro e pequenas empresas da região que se associaram a este projeto.

O apoio, sobretudo por parte da União Europeia, é um fator crucial para tornar viável a implementação deste género de projetos. Os fundos europeus desempenham um papel fundamental na origem, desenvolvimento e sustentabilidade das Rotas e Itinerários devido ao elevado investimento que estas exigem. O financiamento europeu atua como um elemento

⁹ Informação indicada em entrevista à gestão da Rota do Românico.

unificador, pois promove a colaboração entre os diversos intervenientes cujos interesses, por vezes, podem não coincidir.

A utilização dos fundos comunitários varia consoante a fase em que o projeto se encontra, desde a sua criação, ao seu desenvolvimento e consolidação. Deste modo, os apoios podem ser direcionados para intervenções, como acontece com a reabilitação do património, ou na criação de novos pontos de interesse, como museus, centros de interpretação ou a adaptação de um bem patrimonial para visitas *in loco*. Uma outra parte deste investimento é aplicado na conceção da própria rota, como por exemplo, na sinalização, no *marketing* e nos planos elaborados de dinamização cultural e turística.

Geralmente, a estrutura de custos elaborada é considerada ligeira, de modo a evitar uma “pressão irrealista na produção de receitas”. (Mota, 2020). As fontes de receita costumam incluir a venda de direitos de utilização (como os Selos de Qualidade), a prestação de serviços (através de técnicos especializados), parcerias com operadores turísticos (com cobrança de comissões sobre os seus lucros) e a comercialização de produtos locais (como artesanato e outros artigos promocionais).

Numa primeira fase do projeto da Rota do Românico, o investimento captado foi canalizado para as áreas de conservação, salvaguarda e valorização do património e para a criação de condições que possibilitassem a visita aos imóveis. Esse investimento provinha de vários parceiros como a Direção Regional da Cultura do Norte, Instituto do Património Cultural, a Diocese do Porto, Juntas de Freguesia e associações locais.

Em 2019 a Rota bateu o seu recorde de turistas, com mais de quinze mil visitantes registados, sendo a maioria destes portugueses (85%). Todavia, este número não engloba os visitantes que percorrem a Rota do Românico de forma autónoma sem contactarem qualquer entidade promotora turística, comportamento típico do turista nacional que apenas se desloca durante algumas horas ou até ao máximo de um dia. Desde a sua apresentação pública, em 2008, o projeto já registou mais de cento e trinta mil visitantes.

Em 2024, em parceria com o operador turístico Travel 4 Experiences, a Rota do Românico recebeu turistas provenientes do mercado americano. Estes cerca de trezentos turistas viajaram

até à região do Vale do Sousa, Tâmega e Douro através de uma viagem de barco com início no cais de Vila Nova de Gaia, o que denota a importante ligação com a área metropolitana do Porto em captar turistas sobretudo internacionais.

Cerca de 52,2% dos visitantes têm idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos, têm habilitações superiores e viajam maioritariamente com a família e amigos. (Pinheiro, 2012). Para além dos turistas nacionais, registaram-se turistas oriundos de Espanha, França, Dinamarca, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Ucrânia e Canadá (Pinheiro, 2015). Têm em comum o objetivo de conhecer a gastronomia local, a história e os locais de interesse histórico-cultural.

Recentemente, tem-se verificado uma maior procura de turistas oriundos dos países asiáticos, nomeadamente da China, Japão e Coreia do Sul, países onde se verifica uma crescente procura pelo mercado português enquanto destino cultural. Em 2011, a TRANSROMANICA foi distinguida na categoria “Product Innovation” nos prémios “Chinese Tourist Welcome Award”, levando a uma maior promoção das rotas integrantes junto dos mercados estratégicos na Ásia. A internacionalização da Rota do Românico nestes mercados “oferece uma oportunidade de ampliar a visibilidade, reconhecimento e rentabilidade económica da mesma”. (Rota do Românico, 2020).

Em 2025, a grande missão passa por alargar a Rota a toda a região Norte do país, iniciativa que conta com o apoio da CCDR-N, a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal e a Associação de Municípios do Vale do Sousa (VALSOUSA). Para isso, o objetivo é realizar um protocolo de cooperação interinstitucional que visa a estruturação, desenvolvimento, dinamização e promoção de um projeto intitulado de «Rotas a Norte», destacando-se o produto turístico-cultural «Rota Românico a Norte». Esta ampliação da Rota vai de encontro às iniciativas do Plano de Ação Regional para a Cultura NORTE 2030, que pretende gerir e promover as rotas turísticas regionais direcionadas ao Património Cultural.

Esta expansão da Rota procura integrar um maior número de monumentos e percursos numa nova rede, sendo o objetivo futuro incentivar os visitantes a permanecerem mais tempo na região Norte, aumentando a ocupação dos alojamentos e o consumo nos estabelecimentos de restauração. No entanto, para além de acompanhar o número de visitantes, é importante realizar

um balanço dos impactos diretos que a Rota pode gerar na região. Só através da análise desses efeitos é que se consegue perceber se estão ou não a contribuir de forma positiva para o crescimento do turismo local. Outro aspeto importante acerca do impacto do turismo na economia local é a perceção dos residentes e a aceitação ou rejeição destes quanto à presença de turistas na região.

4. Gestão patrimonial e sustentabilidade na Rota do Românico

“A necessidade de arrolar antes de conservar, determinou a prossecução de um itinerário investigativo que cruzou diversas áreas do saber: arqueologia, história, geologia e biologia.”

(Manuel Nunes, 2017)

A gestão da Rota do Românico é de natureza pública, sendo promovida por uma associação intermunicipal. O projeto nasceu através da VALSOUSA e foi, posteriormente, alargado a outros municípios da região do Tâmega e Douro. Atualmente a Rota é um projeto supramunicipal, sendo que a sua gestão está ancorada em entidades públicas locais, contando com um forte envolvimento por parte das autarquias.

Esta gestão pública defende uma Rota de livre acesso com base nos recursos existentes no território, como os monumentos e paisagens naturais, gastronomia, vinhos e centros interpretativos. Todavia, apresenta algumas características de uma gestão privada, sobretudo a nível de “resposta a pedidos específicos de grupos que pretendam fazer determinada rota com apoio da entidade promotora”. (Mota, 2020).

No que concerne os edificios pertencentes à Rota do Românico pouco se sabe acerca das suas intervenções nos séculos XIX e XX, uma lacuna grave já que neste período há dois momentos que causam pesadas consequências na preservação e manutenção patrimonial. O primeiro momento dá-se a trinta de maio de 1834 com a extinção de todas as casas das ordens

religiosas masculinas, sendo que os seus bens são vendidos em hasta pública. É por este motivo que atualmente verificamos que “as dependências monásticas remanescentes de Ancede (Baião), Mancelos (Amarante) ou Vila Boa do Bispo (Marco de Canaveses) em mãos privadas.” (Rota do Românico, s.d.). O segundo momento dá-se a vinte de abril de 1911 com a Lei de Separação que espoliou a Igreja Católica dos seus bens móveis e imóveis.

Segundo a Rota do Românico, o facto de alguns dos seus edifícios não serem classificados e não terem a devida proteção legal faz com que haja “ausência de documentação institucional relativa às intervenções que ao longo do século XX neles se foram realizando”. Só através de intervenções posteriores, já em pleno século XXI, é que foi possível verificar que existiu uma “grande aptidão para a remoção dos rebocos interiores e exteriores dos edifícios” e a remoção dos coros altos. (Ferreira, s.d.).

Nos anos 50, no novo contexto ideológico do Estado Novo que levou à recuperação e valorização patrimonial de diversos monumentos, as igrejas românicas que foram intervencionadas foram igualmente elevadas a monumento nacional e sofreram obras de ampliação dos seus espaços de modo a congregar todos os fiéis. Assim, as igrejas da Rota do Românico estão aptas para receber a população local e turistas.

Podemos distinguir diferentes tipos de manutenção: manutenção preventiva (através de controle e ações preventivas), manutenção condicionada (ações realizadas no pós-sintoma) e manutenção curativa ou corretiva (ações realizadas pós-dano). (Ferreira, s.d.). Ainda relacionado com estas práticas, existe um conjunto de operações, diretas ou indiretas, simples ou qualificadas, com diferenças na sua periodicidade, desde operações diárias, semanais, mensais, semestrais, anuais ou até consoante as estações do ano. (Ferreira, s.d.).

Depois da definição do tema da Rota, o Românico, a gestão procedeu ao levantamento do património Românico existente no território, bem como das necessidades económico-financeiras e da recuperação patrimonial. Depois de um longo processo burocrático, procedeu-se a um estudo que procurou “caracterizar e diagnosticar o património românico da região”, “estruturar a rota com a definição dos percursos e modelos de fruição e comercialização”,

“caracterizar o perfil dos turistas” e formulou-se “um plano de estratégia de marketing e promoção”. (Mota, 2020).

Na Rota do Românico a maior parte destas operações teve início em 2003, através dos cofinanciamentos europeus. Nesse ano, segundo Teresa Cunha Ferreira, procedeu-se à reabilitação de diversos imóveis seguindo boas práticas: conhecimento documental e material prévio acerca dos imóveis; diagnóstico do estado de conservação; intervenções com materiais e técnicas compatíveis; conservação preventiva e monitorização através de um Plano de Manutenção dos Monumentos. Através da elaboração de um Plano é possível melhorar a gestão de recursos, prevenir situações de risco, garantir a qualidade do imóvel enquanto produto turístico, fornecer vagas de emprego e de qualificação e aumentar a autoestima da população local através da defesa dos seus valores identitários. Estes planos, alinhados com os princípios da Carta de Veneza e da Carta de Cracóvia, bem como com a legislação nacional, permitem gerir recursos, prevenir riscos, aumentar a qualidade turística, gerar emprego qualificado e promover o orgulho identitário da população local.

No caso da Rota do Românico um dos primeiros Planos de Manutenção, realizado numa igreja e com uma baliza temporal de vinte e cinco anos, demonstrou que uma manutenção recorrente (de 5 em 5 anos, ou no pior dos cenários, de 10 em 10 anos) custaria 109.000 euros, enquanto uma intervenção profunda no edifício custaria 316.000 euros. (Ferreira, s.d.). Estes cronogramas e valores demonstram que é mais simples, e menos dispendioso, fazer ações regulares com pequenos montantes, com capital que pode ser investido por empresas locais e pelos párocos das freguesias no caso dos lugares de culto, do que ações esporádicas que exigem valores mais elevados.

Este estudo foi realizado devido à estrutura de financiamento da Rota do Românico, que ao longo dos anos tem sido alicerçada em financiamentos comunitários, sobretudo através das verbas dos Municípios. As intervenções de conservação e salvaguarda têm por base o levantamento de necessidades de intervenção e os devidos graus de prioridade que influenciam a posterior contratação de projetos, sobretudo nas áreas de Arquitetura, Conservação e Restauro. A Rota do Românico, segundo informação transmitida em entrevista, procura trabalhar em parceria com entidades e projetistas com experiência na área do património classificado.

Numa fase posterior, os projetos passam a objeto de candidatura de financiamento e, depois de aprovados, passam para a fase de execução com a empreitada propriamente dita, com ações como reparação das coberturas, limpeza de paramentos exteriores e interiores, vãos, entre outros e ainda ações no património integrado como acontece com os retábulos, a pintura mural, a estatuária e a azulejaria.

Também a Igreja Católica, via Diocese do Porto, é um parceiro fundamental no que toca a gestão e conservação dos edificios religiosos, muitos dos quais ainda hoje continuam a ter o seu uso litúrgico. As parcerias da Rota do Românico com a Igreja Católica passam pela inclusão de espaços, colaboração em projetos de restauro e atividades culturais conjuntas, tais como o ciclo de cento e vinte concertos «Requiem, de Mozart» em várias igrejas românicas com coros e orquestras locais. (Rota do Românico, s.d.).

Segundo Nunes (2016), as principais causas do aparecimento de danos no património são a falta de manutenção; a presença de água; degradação material; movimento das fundações; alterações da estrutura ou do seu uso; intervenções antigas; ação biológica; deficiente qualidade dos materiais; ações climatéricas e ação humana. No caso da Rota do Românico, em particular as igrejas, estas encontram-se, modo geral, em bom estado de conservação, todavia, existe uma presença forte de humidade, sendo “necessário garantir uma melhor ventilação dos imóveis”. A presença de humidade leva a que seja necessário proceder-se a ações de manutenção nos tetos e coberturas interiores, nomeadamente nos casos com utilização de madeira que leva ao aparecimento de fungos.

Quanto a Teixeira (2016), refere que, ao nível dos problemas estruturais, as igrejas da Rota do Românico apresentam problemas como a degradação dos assentamentos, a descompressão e a perda de argamassas nas juntas. Nos mosteiros existe também a deformação excessiva nas juntas e no arqueamento. De um modo global, os danos mais comuns passam pela presença de vegetação que leva à degradação estrutural e ao aparecimento de fendas e ruturas nos materiais.

A metodologia aplicada pela gestão da Rota do Românico, no que concerne as ações de restauro e de salvaguarda, passam por dois níveis de ação: uma intervenção física, ou seja, ações diretas nos imóveis com “rotinas de inspeção, monitorização e manutenção”; e uma intervenção

a nível da participação da comunidade local, através de “ações de formação, envolvimento e capacitação dos agentes locais para a conservação e uso correto dos monumentos” (Ferreira, s.d.).

Para esse efeito, é constituída uma equipa multidisciplinar que conta com arquitetos e engenheiros civis, responsáveis pelos trabalhos de inspeção, monitorização e controlo e avaliação de riscos estruturais, e técnicos de conservação e restauro que avaliam o património integrado e os bens móveis. Participam também arqueólogos, sobretudo com ações de valorização das envolventes, de modo a “identificar e propor a inclusão de sítios arqueológicos que pudessem acrescentar interesse pelos monumentos” (Fontes & Catalão, 2012).

Uma boa gestão de uma rota ou roteiro pode “dinamizar a atividade turística tanto ao nível da oferta, como ao nível da procura” (Sousa, 2023) verificando-se o aumento de turistas e dos serviços das empresas dos destinos. Essa gestão apresenta determinados requisitos tais como colaboração entre público e privado; integração de promotores e agentes locais; programação de conteúdos; qualidade da prestação de serviços; proteção dos valores tangíveis e intangíveis; equilíbrio entre tradição e modernidade; gestão pró-ativa dos recursos e melhoria constante.

A gestão da Rota passa por seis parâmetros: preservação aliada à investigação; a proteção através de um conjunto de regras sobre a usabilidade dos espaços; a promoção dos bens patrimoniais; dinamização dos espaços segundo a ótica do património útil; a acessibilidade física, comunicacional e tecnológica e a sustentabilidade ambiental e económica.

Segundo Duarte Pinheiro, em entrevista, uma das preocupações iniciais do projeto era a consciencialização e educação da comunidade local. Desde a sua fundação que a Rota do Românico realiza ações de formação, não só para empresas e trabalhadores na área do património, mas também formações para cuidadores e zeladores, para que estes aprendam as boas práticas de como cuidar do seu património. Seguindo esta linha de pensamento, foi desenvolvido um «Manual de Instruções Ilustrado» para os utilizadores e um quiz para os mais novos acerca das práticas mais corretas da utilização dos espaços de culto do Românico.

Como envolver a comunidade local é uma estratégia de salvaguarda da rota e de dinamização, a Rota do Românico organiza diversos eventos culturais, destacando-se os «Palcos do

Românico» de 2014. Com duzentos espetáculos e cinquenta oficinas, o evento pretendia valorizar o património imaterial, como os contos, lendas, músicas e danças. O projeto envolveu mais de duas mil pessoas que tiveram a oportunidade trabalhar lado a lado com grupos e companhias de teatro. Profissionais, amadores, residentes ou não residentes, o trabalho desenvolvido por este grupo visava honrar a comunidade local. (Rota do Românico, 2014). Desde a capa de São Martinho, ao Robin dos Bosques de Recesinhos, até aos corvos que protegeram o corpo de São Vicente, foram várias as narrativas interpretadas pelos jogos de luzes e sombras em locais de interior e de exterior.

Em 2010 é publicado o Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico que visava ultrapassar determinados obstáculos arquitetónicos de modo a garantir a melhor acessibilidade possível. De facto, o património é de todos para todos, porém é necessário ter presente que a acessibilidade e a inclusão não eram preocupações das sociedades passadas e que, apesar de todos os esforços, continuam a existir locais na rota cuja acessibilidade não é ideal até porque os seus gestores defendem o princípio de intervenção mínima. Para a Rota do Românico a acessibilidade, no que concerne a mobilidade, passa também pelas autarquias e pela sociedade civil. Apenas com a participação ativa dos políticos é que se garante melhorias nos transportes, obras municipais e na via pública, gestão urbanística eficaz, planeamento e uso do solo, que afetam o património e condicionam toda a sua envolvente.

A acessibilidade passa também pela sinalização, essencial principalmente para todos os visitantes que percorrem a Rota de forma autónoma. A sinalização foi bem pensada de modo a não provocar poluição visual, a indicar os pontos de interesse e de modo a existir uma coerência com a sinalização urbana e rodoviária. Foram instalados 600 sinais na rede viária do Vale do Sousa, 1200 no Baixo Tâmega e Douro Sul. No Vale do Sousa existem vinte e um painéis informativos enquanto no Baixo Tâmega e Douro contabilizam-se trinta e sete. Os custos da sinalização foram assumidos pela entidade responsável pela promoção da Rota, no entanto a sua colocação necessitou da aprovação das Infraestruturas de Portugal. Refere Costa (2020), que:

“Na rota do românico foi realizado um bom trabalho de sinalização turística, num território que não proporciona a graciosidade das deslocações no Alentejo e onde circular é difícil: a sinalética implantada tem um papel determinante porque lembra-nos constantemente que

estamos no território da rota do românico, independentemente de estarmos em Paredes ou em Felgueiras.”

As tecnologias de informação, como aplicações móveis e códigos QR, também devem ser aplicadas, principalmente tendo em vista que vivemos numa sociedade cada vez mais digital, porém estas devem ser usadas como complemento à sinalização física e não como substitutas. Nesse sentido, a gestão da Rota criou uma página da internet que se encontra disponível em quatro idiomas (português, espanhol, inglês e francês) e de 2008 a 2014 já foi visitada por mais de 253 mil pessoas e conta com mais de 1,2 milhões de visualizações. Em formato físico foram lançados folhetos, mapas de bolso, desdobráveis em português e inglês, brochuras, guias turísticos e um vídeo promocional e individual de cada monumento.

Os turistas têm ainda disponível uma aplicação móvel para tablets e smartphones. Através desta aplicação é possível realizar visitas virtuais de 360° aos monumentos, ler toda a informação histórica e arquitetónica do espaço e visualizar uma série de fotografias e vídeos. Têm ainda disponíveis mapas e um sistema de navegação que permite calcular rotas para o monumento que se pretende visitar e ainda informação turística acerca de alojamentos turísticos e espaços de restauração nas imediações.

Parte V – Considerações sobre a Rota do Românico

1. A expansão da Rota: potencialidades e desafios

“A área do património é particularmente propícia à criação de rotas e itinerários culturais temáticos, à estruturação da oferta turística de base histórico-cultural e à criação de estratégias distintivas de desenvolvimento turístico. Cultura e turismo devem articular esforços no sentido da qualificação e da promoção da oferta existente.”

(CCDR-N, 2024)

Como verificamos no capítulo anterior, a Rota do Românico consolidou-se há mais de duas décadas como um projeto de valorização do património cultural e arquitetónico nos municípios dos vales do Sousa, Tâmega e Douro, tendo-se afirmado como um instrumento estratégico no desenvolvimento regional, cultural e turístico. Recentemente, em abril de 2025, a assinatura de um protocolo entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, o Turismo do Porto e Norte de Portugal e a VALSOUSA, marca o início de uma nova fase – a expansão da Rota do Românico à escala regional no âmbito do projeto “Rotas do Norte”.

Segundo a comunicação social, a diretora da Rota do Românico, Rosário Correia Machado, revelou que “já começaram os contactos, nomeadamente com os municípios do Ave para integrarem esta rota e que as respostas têm sido positivas.” (NovumCanal, 2025). Deste modo, é claro que o objetivo é alargar a Rota de modo a consolidar toda a região Norte como uma referência cultural e turística, passando a integrar oitenta e seis municípios. Com esta grande expansão espera-se aplicar um novo modelo institucional de gestão da Rota mais robusto e articulado, alargando o itinerário, aplicando mais medidas de sustentabilidade, novas condições de internacionalização e espera-se aumentar a influência da marca da Rota do Românico.

Refira-se que esta expansão decorre do “Plano de Ação Regional para a Cultura Norte 2030”, que, pela primeira vez, aposta numa estratégia conjunta entre cultura e turismo. Neste sentido, foram criados dois órgãos, o «Norte Patrimonial» vocacionado para projetos de salvaguarda, gestão e valorização do património material e imaterial, e o «Norte Cultural» direcionado para o desenvolvimento de redes regionais de equipamentos e serviços culturais. (CCDR-N, 2024). Apesar de não estar apenas direcionado para a cultura, este Plano visa apostar fortemente nesta área já que a “Comissão Europeia (CE) estabelece como prioridade o apoio à criatividade assente na cultura, dada a sua importância para o setor da educação e da inovação e para a criação de emprego e crescimento económico.” (CCDR-N, 2024).

Os vetores da Comissão Europeia passam por proteger e promover o património cultural europeu enquanto bem comum de modo a sensibilizar os cidadãos; apoiar a cultura enquanto fator de desenvolvimento social e económico sustentável; usar a cultura como diálogo intercultural e como promotor de relações pacíficas entre as comunidades e reforçar a cooperação europeia em matéria de património cultural. Assim, entende-se que o mais beneficiário dos setores é, sem sombra de dúvida, o turismo.

Na sua “Estratégia de Desenvolvimento do Norte para Período de Programação 2021-2027”, seguindo as políticas da União Europeia, a CCDR-N estabeleceu cinco objetivos estratégicos: intensificação tecnológica; valorização dos recursos endógenos; competitividade internacional; sustentabilidade territorial e empregabilidade. Destes objetivos foram elaborados três vetores: qualificação e formação profissional; equidade no acesso a bens e serviços e governação eficiente e eficaz das políticas públicas. Assim, procurou-se encontrar e delinear os principais ativos territoriais e serviços do turismo na região Norte destacando-se os recursos culturais, recursos naturais, recursos criativos, recursos endógenos, capacidades científicas e tecnológicas e a oferta turística.

No que concerne a cultura, o “Programa Regional do Norte 2021-2027” estabelece cinco estratégias: o desenvolvimento criativo, sobretudo através do apoio a comunidades criativas e residências artísticas; a valorização cultural, através da requalificação do património, modernização de museus e promoção de eventos, rotas culturais e arte pública; eventos ditos diferenciadores, como por exemplo, eventos temáticos que visem combater a sazonalidade; a

convergência criativa, com a promoção da interação entre artes, tecnologias, indústrias e o ambiente; e apostar na região Norte enquanto destino audiovisual, como polo de produção cinematográfica e audiovisual.

Já na questão do turismo, as ações estratégicas passam por uma maior promoção e divulgação a nível nacional e internacional, através de feiras, eventos e apoio de influenciadores; nas infraestruturas turísticas, nomeadamente de apoio ao património natural e histórico-cultural; na sinalização e informação; na digitalização, com o desenvolvimento de ferramentas digitais que promovam conteúdos culturais e turísticos; organização de eventos, a nível regional e sub-regional; mais ofertas de atividades relacionadas com o ecoturismo e natureza e uma maior aposta na sustentabilidade, de modo a promover um turismo que seja mais responsável.

Deste modo, as rotas e itinerários culturais alinham-se de forma direta com as estratégias desenvolvidas pelo Conselho Europeu e pela CCDR-N, porque funcionam como ferramentas integradoras de identidade, património e desenvolvimento local. Para a CCDR-N, uma rota de património cultural é um percurso físico delimitado e contínuo, baseado em bens culturais com uma tipologia temática comum, visando proporcionar uma experiência cultural única, com uma narrativa histórica e simbólica. (CCDR-N, 2024). Como resultado foi criado o selo “Rotas do Norte”, um reconhecimento oficial que confirma o interesse em integrar uma rota regional, tendo como pré-requisito obrigatório o órgão ou gestor interessado candidatar-se ao financiamento do programa NORTE 2030.

Os bens a intervir devem integrar-se em rotas ou redes culturais, entendidas como projetos de cooperação cultural, turística e educativa com o objetivo de desenvolver e promover itinerários temáticos, assentes num conceito cultural/figura/acontecimento relevante para a região. Nesta primeira fase, foram já avaliados uma série de bens patrimoniais que serão integrados em diversas rotas.

A Rota “Castros a Norte” cuja missão é estabelecer uma rede que conecte os diversos povoados fortificados da Idade do Ferro que existem por toda a Região Norte; a Rota “Romano a Norte” que visa mostrar os vestígios arqueológicos, monumentais e os modelos de ocupação dos romanos no atual espaço geográfico; a Rota “Castelos e Fortalezas a Norte” pois castelos e

fortalezas constituem tipologias patrimoniais com um pesado significado e valor histórico e paisagístico; a Rota “Património Industrial a Norte” pretende dinamizar o relevante inventário patrimonial numa região com forte tradição industrial; a Rota da “Arte Rupestre” que passará a integrar mais sítios de interesse associados ao Vale do Côa; a Rede do Património Religioso que será subdivida em diversas rotas (Rota “Catedrais a Norte”, “Órgãos a Norte”, “Santuários a Norte”, “Mosteiros e Conventos a Norte”, “Talhas, Azulejos e Frescos a Norte”); a Rota “Caminhos de Santiago a Norte” reforçando o interesse pelos Caminhos da Costa, o Caminho Central, o Caminho Interior, o Caminho de Torres e o Caminho Minhoto-Ribeiro; Rota “Património Imaterial a Norte” cujo objetivo é contribuir para a construção e defesa da identidade local e a Rota “Escritores a Norte” com a defesa do património material e imaterial relacionado com escritores de origens nortenhas ou que viveram e/ou passaram pela região deixando a sua marca. Ainda no espectro da ação deste plano regional, poderão vir a ser criadas outras rotas com uma dedicada à arte e arquitetura contemporânea e outra ao património e arquitetura do Barroco.

Por fim, a Rota “Românico a Norte” por ser na Região Norte onde se concentra, como verificamos nos capítulos anteriores, uma “maior expressão, pela diversidade e densidade de exemplares, com destaque para a arquitetura religiosa” de vestígios artísticos do Românico (CCDR-N, 2024). Para além da apreciação pela arte, a Rota tem como missão dar a “compreender os fundamentos da identidade nacional e conhecer o território.”

Com esta organização dos bens em rotas culturais, a Região Norte organiza de uma forma mais eficaz o seu património, os seus gestores culturais e turísticos e os recursos, promovendo uma economia de escala e abrindo caminho para a criação de uma marca patrimonial regional.

A (re)organização da Rota do Românico, e das restantes rotas, sob o selo “Rotas do Norte” representa um exemplo paradigmático de uma economia de rede e de escala, onde a cooperação intermunicipal traduz-se em modelos de gestão mais eficientes, com maior visibilidade e um impacto territorial mais forte. Algumas das vantagens ao integrar diversos municípios numa rede temática e patrimonial passam pela partilha de recursos, técnicos e humanos, já que os municípios de menor dimensão podem beneficiar dos conhecimentos e experiência de outros parceiros, promovendo uma gestão mais equitativa; uma maior divulgação turística ao mesmo

tempo em que se reduzem os custos de publicidade; um planeamento territorial mais articulado, com estas rotas e itinerários complementares diversificados; maior capacidade de atrair fundos nacionais e europeus, com propostas concretas de impactos regionais e o fortalecimento da marca regional “Rotas do Norte” que reforça esta região como destino cultural único, com uma identidade patrimonial própria, e com benefícios para todos os municípios envolvidos.

A valorização do património não se limita à preservação dos monumentos históricos, sendo que neste aspeto “será dada prioridade à reabilitação ou beneficiação de património em risco (...) com necessidade de melhoria da acessibilidade física (...) e projetos de refuncionalização de espaços que garantam melhoria de acolhimento de público.” (CCDR-N, 2024). Esta valorização deve também passar pela proteção da identidade regional, com a união das comunidades em torno de uma herança comum. A reabilitação da Rota do Românico permite reforçar a memória coletiva, despertando o orgulho pelas raízes históricas e culturais; promover a autoestima das populações locais, através do devido reconhecimento do seu território enquanto espaço com significado; estabelecer fronteiras administrativas, pois ao ser um projeto supramunicipal ultrapassa divisões políticas; envolver a comunidade na salvaguarda do património através de ações educativas, projetos pedagógicos, entre outros projetos que transformem o património num recurso vivo; e criar narrativas que reforcem a identidade regional ao fazer com que as populações se revejam nos bens da Rota.

Ao posicionar-se como produto turístico, a Rota do Românico não só valoriza o património, como também gera efeitos multiplicadores na economia local, especialmente ao nível da empregabilidade e da qualificação profissional. As Rotas, devido à sua autenticidade, necessitam de mão de obra qualificada e especializada. Torna-se necessário ter presentes guias turísticos, técnicos de conservação, gestores culturais e profissionais de hotelaria, restauração e animação turística, entre outros; valorizar as restantes competências locais em áreas como a história da arte, línguas e tecnologias digitais; promover a formação contínua dos profissionais, já que uma boa experiência turística está interligada com a atualização constante dos profissionais; dinamização de iniciativas locais, como lojas de produtos regionais, oficinas artesanais, alojamentos turísticos e experiências gastronómicas; e aposta no talento jovem de modo a renovar os quadros profissionais.

Um dos principais desafios passa pela coordenação eficaz e participativa entre os oitenta e seis municípios que passarão a integrar a Rota do Românico. A complexidade deste desafio reside na diversidade de interesses, capacidades técnicas e contextos socioeconómicos de cada município envolvido. Não só cada território encara o património de modo diferente, alguns dos municípios já possuem estruturas consolidadas de gestão cultural turística, enquanto outros carecem destes meios. Esta articulação, desde o nível local até ao nível nacional, exige mecanismos de comunicação e de decisão, sendo essencial criar uma estrutura com representação equitativa e coesa. De modo a tornar este projeto um verdadeiro motor de desenvolvimento territorial, é necessário ter uma abordagem mais colaborativa e uma visão estratégica comum.

A valorização patrimonial e da identidade regional é uma das dimensões mais promissoras da expansão da Rota do Românico, mas também das mais exigentes. A integração de mais monumentos e novos territórios, nomeadamente daqueles que até então eram subvalorizados ou desconhecidos, é sempre uma mais-valia, no entanto podem surgir questões derivadas da coerência da mensagem que se espera transmitir, especialmente se o objetivo deste Plano passar por uma interligação entre as diferentes rotas que serão constituídas e outras já existentes neste território (ou até a nível nacional e com a vizinha Espanha). Esta valorização não se pode limitar à dimensão estética ou turística, é urgente incorporar os saberes, tradições, práticas e memórias das comunidades locais para assegurar que a Rota mantenha a sua vertente de desenvolvimento cultural e identitário.

O Plano defende o desenvolvimento do turismo sustentável através da promoção na “investigação, a identificação de necessidades de intervenção e a sua implementação”; promoção de eventos culturais de modo a constituir-se “um mapa cultural anual no qual sejam adicionalmente identificados eventos complementares”; rede de museus; maior aposta na digitalização com a criação de aplicações móveis; e uma maior aposta no turismo de natureza, náutico, enoturismo, termal e de negócios. (CCDR-N, 2020). Ao contrário de modelos que denominamos de massificados (ou seja, centrados em centros urbanos), aqui é proposto que as Rotas sejam uma experiência descentralizada, com distribuição dos visitantes por vários núcleos

de modo a favorecer a economia local. De forma que este potencial se concretize, é importante evitar a sobrecarga num local/paisagem/monumento específico.

A questão da sustentabilidade é também abordada no documento de avaliação ambiental estratégica de julho de 2022. Neste é referido que se deve priorizar a requalificação de infraestruturas, e não a construção de novas, exceto quando estritamente necessário (como por questões de segurança) de modo a mitigar os efeitos da crise climática. Escuda a importância de adotar práticas e materiais sustentáveis, de modo a respeitar a identidade local e o património arquitetónico existente e nunca descaracterizar o território. Um ponto interessante neste documento é o alerta acerca do turismo, defendendo que nas medidas ambicionadas pelo projeto Norte 2021-2027 são “insuficientes as referências aos aspetos negativos do turismo, inclusivamente no que respeita ao desperdício do setor (uso de plásticos e recursos de utilização única)” e que as ações propostas podem levar à “gentrificação (conducentes à deslocação de pessoas dos centros urbanos, à discriminação e exclusão social, e à destruição do património arquitetónico devido à requalificação dos imóveis para alojamento local)” (Avaliação Ambiental Estratégica, 2022). Michael F. Brown (s.d.) alerta que “The inevitable frustrations seem to be turning citizens against the tourism-promoting authenticity from which only a few derive direct benefits.”

Em 2023, a Região Norte contou com 13,2 milhões de dormidas e cerca de 7 milhões de hóspedes, sendo a região com o maior crescimento registado no país. Devido a esta elevada procura e ao forte incremento de mercados considerados mais exigentes, os setores da cultura e do turismo devem ser repensados de modo a dar resposta a esta internacionalização do Norte de Portugal. A Rota do Românico, já anterior a esta expansão territorial, procurava aumentar a sua influência no mercado asiático (sobretudo Japão, Coreia do Sul e China), por se tratar de um mercado em franco crescimento e com turistas interessados em experiências culturais autênticas. A internacionalização da Rota representa uma excelente oportunidade estratégica para reforçar a sua visibilidade e diversificar públicos-alvo, todavia, terá de enfrentar a concorrência internacional de projetos de escalas e objetivos semelhantes.

A Rota “Românico a Norte” encontra-se num ponto de mudança onde o seu crescimento deve ser cuidadosamente planeado, com base em estratégias colaborativas, sustentáveis e

culturalmente sensíveis. Atualmente, os turistas têm perfis extremamente diversificados, sendo necessário encontrar um leque maior de respostas às necessidades dos mesmos: desde o turismo sénior, ao turismo familiar, até ao turismo diferenciado da geração de *millenials* e geração Z (camada populacional mais informada e que procuram consumir produtos de qualidade e autênticos), a oferta turística e cultural deve ser mais flexível e inclusiva.

2. Desafios futuros

“Routes are a means of conceptualizing and sharing spatial information composed of not only geographical data, but also reflecting hazards, politics, deviant behavior, and other cultural information.”

(Campbell & Vuković, 2022)

O primeiro desafio que poderá surgir no futuro é o risco de descaracterização patrimonial, derivado da potencial pressão turística excessiva, isto tendo em conta que a Região Norte continue a crescer a ritmos iguais ou superiores ao já registados e que a criação das rotas aumente ainda mais o fluxo de visitantes. O aumento do número de visitantes pode levar à sobrecarga de monumentos e espaços históricos, o que por sua vez leva ao desgaste físico dos bens patrimoniais. Para além disso, a tentativa de tornar o património mais atrativo a diferentes públicos pode acabar por levar a intervenções ditas intrusivas, descontextualizadas e com obras que alterem a autenticidade dos edifícios. Este cenário leva à perda da identidade local, onde a narrativa patrimonial é simplesmente comercializável.

Para enfrentar este desafio, será importante investir na criação de um Plano de Gestão Patrimonial Integrado e garantir que o Decreto-Lei n.º 60/2023 nunca se sobreponha à Lei n.º 107/2001, já que a valorização económica não pode ignorar os valores patrimoniais. Até ao presente momento, qualquer intervenção física ou alteração de gestão sobre os bens da Rota do Românico estão sujeitos à legislação patrimonial, defendendo que se algum bem for considerado

património imobiliário público (ou seja, sob a tutela do Estado ou da Igreja Católica mas com gestão pública), as intervenções entram no âmbito do Decreto-Lei n.º 60/2023. Assim sendo, é importante assegurar que qualquer cedência/arrendamento/intervenção em imóveis da Rota (nomeadamente os que se irão juntar aos já 58 elementos) seja primeiramente avaliada pelo Instituto Público do Património Cultural.

Outro aspeto crucial passa pela formação e sensibilização dos agentes locais, incluindo aqui os próprios autarcas, técnicos municipais, operadores turísticos, guias turísticos e a própria comunidade. Todos estes atores são essenciais na preservação e valorização do património e a falta de formação pode levar a más práticas. A Rota do Românico, como já verificamos, apostou em campanhas de sensibilização, principalmente junto das camadas mais jovens, mas também dos zeladores dos espaços religiosos que integram a Rota. Porém, à medida que esta se expande e ganha visibilidade nacional e internacional, deverá ser necessário reforçar estas iniciativas, desde programas educativos, às oficinas práticas, visitas técnicas e formação.

A participação da comunidade local é um fator que não deverá ser subestimado, já que a expansão da Rota não pode acontecer sem contactar com os territórios e gentes que a acolhe. Os residentes não podem ser meros espectadores deste processo, também devem de ter uma participação ativa e direta na valorização do património. Uma estratégia passa pelos planos de gestão e conservação preventiva que estão já a ser aplicados e que incluem ações de capacitação e qualificação dos residentes, de modo a incentivá-los a ter uma participação direta na preservação dos monumentos. Também as atividades junto da comunidade escolar, associações locais e população em geral são essenciais para fomentar um sentimento de pertença e de responsabilidade pelo património histórico-cultural. Neste sentido, seria interessante a gestão da Rota criar uma rede de cuidadores do património, não limitada aos locais de culto, com voluntários e técnicos, que colaborem na monitorização e manutenção dos monumentos.

Com a expansão a uma grande quantidade de territórios, a gestão da Rota do Românico deve apostar numa monitorização contínua para assegurar a preservação do património. Para além da rede de cuidadores, seria benéfico criar uma plataforma com todos os dados acerca do estado de conservação dos monumentos, os fluxos turísticos, consequências ambientais e impactos na comunidade. Através da coleta destes dados seria possível definir indicadores acerca do estado

de conservação dos monumentos, o nível de satisfação dos visitantes e da comunidade e o impacto económico local, dados essenciais para uma melhoria contínua.

Do ponto de vista da sustentabilidade financeira, a expansão da Rota do Românico tem sido fortemente apoiada por fundos comunitários que permitiram a reabilitação de monumentos, a construção de centros interpretativos e o desenvolvimento de infraestruturas turísticas. Esta dependência nos fundos comunitários pode levantar algumas questões acerca da sustentabilidade do projeto a longo prazo sendo necessário estudar mais fontes de receita. A criação de produtos turísticos como visitas guiadas, experiências culturais, *merchandising* e eventos relacionados com a Rota podem contribuir para a captação de investimento. Existem ainda meios alternativos de financiamento tais como donativos, programas de “apadrinhamento” de monumentos e campanhas de angariação de fundos.

Para além da promoção turística, sem dúvida vital para gerar receitas necessárias à manutenção do projeto, deve-se de manter a investigação apostando em parcerias com universidades, centros de investigação e instituições culturais. A investigação de qualidade acaba por beneficiar a visibilidade da Rota e até atrair mais visitantes através de financiamentos para projetos científicos (como estudos arqueológicos, históricos, arquitetónicos ou antropológicos), bolsas de estudo e publicações. Deste modo, evitam-se deturpações históricas enquanto se investe na formação de qualidade de técnicos. Aqui o Centro de Estudos do Românico e do Território (CERT) teria um papel ainda mais relevante na publicação e promoção de conteúdos científicos.

A integração e articulação da Rota do Românico com outras rotas patrimoniais, nomeadamente as rotas que se encontram também em fase de desenvolvimento, representa uma estratégia inovadora. Esta interligação permite criar itinerários culturais que promovem uma experiência cultural mais diversificada, reforçando a atratividade do território. Esta coordenação entre rotas distintas facilita também a partilha de práticas de gestão, da cooperação intermunicipal e do acesso ao financiamento comunitário através do selo “Rotas do Norte”. Para além disso, facilita a dispersão de focos turísticos ao criar itinerários personalizados e que vão de encontro às expectativas dos visitantes.

Um outro desafio será cumprir os princípios da denominada Estratégia Digital presentes no Plano NORTE 2030. A Rota do Românico tem vindo já a apostar nas plataformas digitais interativas, aplicações móveis, visitas virtuais e diversos conteúdos multimédia. A gestão da Rota deve continuar a apostar na digitalização com a criação de conteúdos que contem com mais idiomas e que permitam ao visitante explorar os monumentos de um modo mais personalizado. Sendo que as novas tecnologias são também ferramentas úteis no que concerne a acessibilidade, seria uma mais-valia a Rota incluir audioguias, mais vídeos com linguagem gestual e outros recursos adaptados.

O projeto “Rotas do Norte” propõe um modelo de gestão partilhada entre as entidades públicas e privadas que fazem parte desta iniciativa. O objetivo é reforçar a coordenação intermunicipal através de organizações como a VALSOUSA, sendo que esta poderá ser alargada ou articulada com outras entidades. A gestão deve assentar em protocolos de cooperação que envolvam a CCDR-N, o Turismo do Porto e Norte de Portugal, mas também contar com a participação de universidades, associações locais e dioceses. O modelo de gestão deve ser o mais transparente possível através, por exemplo, da divulgação de planos, relatórios e outros documentos, e ainda com a participação da comunidade local e de especialistas. O grande desafio, mais uma vez, é conciliar os interesses e ritmos de desenvolvimento dos diferentes municípios, todavia, esta é uma oportunidade excelente de consolidar uma marca regional.

Uma outra questão, ainda relacionada com a capacidade de gestão, prende-se com a melhoria das competências técnicas e operacionais das equipas que estão ou estarão a ser constituídas. Neste sentido, seria interessante criar núcleos de coordenação, com representantes dos diversos municípios, associações culturais e técnicos das áreas do turismo e do património que funcionem como plataformas de articulação a nível local e regional. Através destes núcleos, é possível promover a partilha de boas práticas, sendo que esse conhecimento pode ser adaptado às necessidades locais.

Por fim, não esquecer o eixo estratégico acerca da sustentabilidade ambiental e patrimonial de modo que o crescimento do projeto respeite e valorize sempre os recursos naturais e os utilize de modo equilibrado. A expansão da Rota deve ser conciliada com os princípios do turismo

sustentável, com a promoção da «mobilidade suave» (o que já acontece com a promoção dos caminhos pedonais, dos trilhos e percursos de BTT), com uma maior eficiência energética nas infraestruturas e com a valorização da paisagem natural como parte integrante da experiência cultural fornecida pela Rota do Românico. Neste âmbito, a implementação de medidas de monitorização ambiental, como a gestão de resíduos e a relação destes com o fluxo de turistas, contribuem para avaliar os efeitos negativos e repensar medidas. Já no plano patrimonial, a sustentabilidade passa pela conservação preventiva com o uso de técnicas e materiais compatíveis com as infraestruturas e pela digitalização dos acervos de modo a garantir a acessibilidade da cultura e a salvaguarda da mesma para as gerações vindouras.

Conclusão

Ao longo deste estudo procurou-se compreender o papel da Rota do Românico como instrumento de valorização cultural, patrimonial e identitária nas regiões do Vale do Sousa, Tâmega e Douro, fazendo-se um balanço do seu impacto ao longo dos seus vinte e seis anos de existência. A Rota afirmou-se como um projeto estruturante no panorama cultural e turístico da região, contribuindo para a valorização do património e reforço da identidade local. O percurso deste projeto revela que, para além da recuperação e promoção de um vasto conjunto de monumentos românicos, a criação de uma narrativa é capaz de atrair visitantes, mobilizar agentes locais e fomentar o orgulho da comunidade.

A primeira questão que nos propusemos abordar foi de que forma as culturas são capazes de caracterizar regiões e povos, contribuindo inevitavelmente na formação de identidades locais/regionais/nacionais. A análise dos dados recolhidos durante a investigação e da bibliografia consultada confirmam que o património e a memória são elementos estruturantes da identidade coletiva. Estes dois conceitos, sempre interligados, formam a base na qual as comunidades constroem o seu sentido de pertença e de diferenciação de outros povos. O património, enquanto testemunho material e simbólico do passado, oferece as referências físicas, tangíveis, que ancoram a memória coletiva e permitem a sua transmissão às gerações futuras. Já a memória confere significado ao património, atribuindo-lhe valor, simbolismo e legitimando a sua preservação.

No caso da Rota do Românico, a valorização do conjunto de monumentos religiosos e civis permitiu reaproximar as comunidades do seu passado histórico através de um projeto que passou pela coesão social e pelo reconhecimento do território como um espaço de “memória viva”: os monumentos não são apenas os vestígios ou herança do passado, mas sim marcos que evocam narrativas, práticas e sentimentos. As iniciativas promovidas pela Rota (nas quais destacamos os programas escolares e projetos intermunicipais) contribuem para consolidar a identidade regional bem assente na herança românica.

Uma outra problemática que foi abordada prendeu-se com o contributo das rotas turísticas e culturais na defesa dos valores identitários e patrimoniais. As rotas, ao articularem património material e imaterial com estratégias de valorização territorial, onde se destaca o turismo, desempenham um papel fundamental na preservação e promoção da identidade coletiva. A Rota do Românico é capaz de demonstrar como o conceito pode ultrapassar a dimensão turística e tornar-se num agente ativo na preservação, interpretação e difusão do património.

A criação de um percurso temático que integra monumentos, paisagens e práticas culturais permitiu não só a salvaguarda de um legado histórico, mas também a sua (re)interpretação e dinamização. As rotas funcionam como plataformas entre o passado e o presente, entre a comunidade local e os visitantes, contribuindo ainda para contrariar fenómenos de descaracterização e homogeneização cultural, através da aposta na autenticidade de lugares.

A sua estrutura intermunicipal permitiu criar um modelo de gestão partilhada onde a salvaguarda do património é constantemente acompanhada por estratégias de desenvolvimento local. Neste sentido, as rotas turísticas e culturais funcionam como instrumentos de mediação entre a questão da conservação e a dinamização económica, transformando o património num recurso vivo. Todavia, o equilíbrio entre o turismo e a preservação dos bens continua a ser um desafio, sendo necessário mais mecanismos de monitorização, formação e sensibilização dos visitantes e das comunidades locais.

Relativamente ao ponto de investigação que visou avaliar as ações desenvolvidas no âmbito da salvaguarda e preservação do património, a investigação documental e a entrevista realizada aos técnicos da Rota do Românico permitiram constatar a existência de planos de conservação e restauro, articulados com os princípios defendidos pelas Cartas Patrimoniais. As intervenções nos monumentos demonstram uma preocupação com a gestão integrada do património, ou seja, a reabilitação não se limita ao edifício, mas estende-se a toda a paisagem. Esta visão integrada reconhece que o valor patrimonial não se limita ao aspeto material do monumento, como também com a sua relação com a envolvente (seja esta natural, rural ou urbana) e com as comunidades que habitam o território. Ao integrar o património na paisagem, a Rota do Românico reforça a sua missão de salvaguarda do legado Românico, ao mesmo tempo que contribui para a sustentabilidade ambiental, social e económica.

Porém, não obstante os progressos alcançados até aqui, permanecem alguns desafios, tais como: a necessidade de financiamento estável e contínuo, formação de recursos humanos especializados, manutenção preventiva e o acompanhamento técnico. É crucial enfrentar estes desafios de modo a consolidar a sustentabilidade a longo prazo do projeto, especialmente tendo em conta a sua proposta de expansão territorial, de modo a garantir que continue a ser uma referência na valorização do património cultural. É então proposta uma abordagem abrangente que envolva entidades públicas, autarquias, instituições religiosas, universidades e as comunidades locais.

Quanto à questão da relação de interdependência entre turismo cultural e património, a observação empírica demonstra que o turismo cultural desempenha um papel central na difusão do património, enquanto este constitui o seu principal fator de atratividade. Através da visitação, da interpretação e da fruição dos monumentos e das suas envolventes, o turismo cultural contribui para a construção de novas narrativas sobre o passado, reforçando o conhecimento do património como recurso identitário, mas também económico. No entanto, esta simbiose exige uma gestão equilibrada, de modo a evitar a “comercialização” excessiva dos bens.

No contexto da Rota do Românico o turismo assume sobretudo uma dimensão pedagógica e experiencial, pois promove a descoberta e valorização do território através da cultura. Através dos centros de interpretação, visitas guiadas, materiais educativos e as diversidades atividades que ocorrem durante todo o ano promovidas pela rota, o turista é convidado a compreender o património para lá de um objeto de contemplação, e sim como um recurso vivo em constante diálogo com as comunidades.

Numa região ainda dependente do setor secundário, com destaque para a indústria têxtil e de calçado, a afluência crescente de turistas, quer nacionais quer estrangeiros, tem gerado impactos económicos positivos nas áreas de alojamentos, restauração e comércio local, contribuindo para a fixação de população e dinamização de pequenas e médias empresas. Todavia, é necessário estar atento a esta tendência de modo a assegurar que o turismo não se converta num fim em si mesmo, ou seja, o turismo deve ser entendido como um meio de educação patrimonial e não apenas como uma atividade económica, de modo a não causar efeitos de gentrificação.

A última questão abordou os níveis de ação e responsabilidade da Rota do Românico ao longo dos seus vinte e seis anos de existência. A análise permitiu identificar uma estrutura institucional sólida, assente sobretudo na cooperação intermunicipal e na articulação com diversas entidades culturais e turísticas. Esta rede de colaboração tem sido fundamental para garantir a continuidade e eficácia do projeto, sendo também considerada pelos próprios gestores da rota como um dos pilares de sucesso.

Para além da gestão e conservação do património, a Rota do Românico assume ainda responsabilidades na promoção cultural, na formação e investigação. A promoção cultural passa pela programação de eventos, exposições, publicações e atividades junto da comunidade escolar, que visam aproximar o público do património. Na formação, tem investido em técnicos, agentes culturais e guias, verificando-se uma profissionalização do setor. Quanto à investigação, é sobretudo junto das instituições de ensino superior e centros de investigação que permitem publicações científicas acerca do património Românico e contribuem para a credibilização do projeto.

Ainda neste ponto, não esquecer a proposta de expansão à totalidade da Região Norte de Portugal, que coloca novos desafios em termos de coordenação e financiamento, pois a ampliação geográfica implica a integração de novos territórios com realidades patrimoniais, sociais e institucionais diferentes. Neste sentido, é recomendável que todas as rotas tenham uma entidade gestora (com presença de entidades públicas e privadas) e tenham acreditação e certificações. Assim como outros autores que abordam a problemática das rotas, também esta dissertação defende a criação de uma Rede Nacional de Rotas Turísticas que garanta a certificação dos roteiros e divulgação dos mesmos.

Em suma, a Rota do Românico constitui um exemplo de boas práticas de valorização integrada do património, pois concilia conservação com turismo e identidade. Por um lado, a conservação do conjunto monumental é feita respeitando os valores históricos e artísticos originais, estendendo-se à paisagem e à sociedade onde os monumentos estão inseridos. Por outro lado, a atividade turística tendo sido promovida junto do comércio local, pequenas e médias empresas, de modo a gerar mais emprego.

O presente estudo apresenta também limitações que condicionam as respostas às questões que foram propostas.

Em primeiro lugar, a fraca adesão por parte de entidades de alojamento local e afins em aderir a um questionário acerca do perfil dos turistas na região dos vales do Sousa, Tâmega e Douro que pretendia aferir o conhecimento que estes poderiam ter ou não acerca da Rota do Românico e das atividades disponíveis. No entanto, destacamos o apoio prestado pela Rota do Românico em disponibilizar nos seus centros interpretativos o questionário, bem como a disponibilidade por parte da “Casa Da Ponte De Espindo” uma unidade de alojamento local na freguesia de Meinedo. As respostas foram escassas, não sendo possível apresentar uma amostra com verdadeiro valor.

Em segundo lugar, apresentamos como uma outra limitação a impossibilidade de coordenarmos uma segunda entrevista, desta vez com a diretora da Rota do Românico, a Dr^a Rosário Correia Machado. O propósito da segunda entrevista era o de aprofundar a perspetiva institucional acerca dos objetivos estratégicos e os desafios futuros que já se fazem sentir com a expansão do projeto. A ausência deste contributo limitou a capacidade de compreensão acerca do papel da direção na articulação entre os diferentes agentes que estão envolvidos e na definição de linhas orientadoras no futuro próximo.

A análise desenvolvida permite concluir que a Rota do Românico se destaca como um bom exemplo de como o património pode ser utilizado para promover o desenvolvimento regional. O projeto tem vindo a demonstrar que é possível conciliar a preservação do património com o desenvolvimento económico e social, sobretudo em áreas rurais. Neste sentido, reconhece-se que o sucesso da Rota prende-se maioritariamente com esta capacidade de diversificar fontes de rendimento, o que provoca uma maior participação por parte das comunidades locais e participação ativa das mesmas aquando da tomada de decisões.

Deste modo, o balanço efetuado destes 26 anos de existência permite concluir que o projeto não é apenas uma iniciativa de recuperação patrimonial, mas uma verdadeira estratégia de desenvolvimento sustentável com base na cultura e na memória – e esta é a chave do seu sucesso. A sua história demonstra que o investimento na preservação, manutenção e divulgação do

património gera benefícios a longo prazo, desde económicos até sociais, e em simultâneo reafirma a importância das rotas culturais como instrumentos de valorização identitária e de cidadania.

Bibliografia

- Alves, T. (s.d.). *Recuperar o passado para assegurar o futuro*.
- Andrade, C. (2014). *Vale: Património imaterial do Tâmega e do Sousa*. Centro de Estudos do Românico e do Território.
- Amos, S.R. & Dallen, J.T. (s.d.). Contemporary Christian Travel: Pilgrimage, Practice and Place. Em *Aspects Of Tourism* (85). Channel View Publications.
- Arte e Cultura da Galiza e Norte de Portugal: A arquitetura românica do norte de Portugal. *Revista Arquitetura*.
- Assembleia Da República (2005). *Constituição Da República Portuguesa. VII Revisão Constitucional*. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2022/01/00600/0004700056.pdf>
- Assinado protocolo para alargar a Rota do Românico a novos municípios. (2025, 18 de abril). *NovumCanal*.
- Associação Portuguesa Dos Jardins Históricos (s.d.). *Quem Somos: Associação*. <https://www.jardinhistoricos.pt/page/association>
- Australia ICOMOS (1999). *Carta De Burra*.
- Barroca, M. (s.d.). *A Arquitetura Militar Portuguesa No Tempo De D. Afonso Henriques*.
- Barroca, M. (s.d.). *A Ordem Do Hospital E A Arquitetura Militar Em Portugal (Sécs. XII a XIV)*.
- Barroca, M. (1997). A Ordem Do Templo E A Arquitetura Militar Portuguesa Do Século XII. Em *Portugalia Nova Série*.
- Barroca, M. (1991). Do Castelo Da Reconquista Ao Castelo Românico (Séc. IX a XII). Em *Portugalia Nova Série*.
- Barroca, M. (2004). Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI). Em *Portugalia Nova Série*.
- Bessa, P. (2019). *Pintura Mural na Rota do Românico*.
- Botelho, L. (2010). *A Historiografia Da Arquitetura Da Época Românica Em Portugal (1870-2020) Vol. I*. [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto].

- Bracons, J., Gualis, G. B., Garcia, J. (1992). Uma Arte Palaciana E Religiosa: A Idade Média. Em *Tesouros Artísticos do Mundo* (Vol. IV). Edição Ediclube.
- Brígola, J. (2005). O Património Cultural e o Território. *Portefólio: Revista da Fundação Eugénio De Almeida* (1).
- Brown, M. F. (s.d.). The Possibilities and Perils of Heritage Management. Em *Cultural Heritage Ethics. Between Theory and Practice*. Open Book Publishers.
- Cadavez, C. (s.d.). Património cultural e turismo: reflexões a propósito da paz, respeito, tolerância e inclusão. *RITUR: Revista Iberoamericana de Turismo*.
- Campbell, P. & Vuković, K. (2022). Routes. Em *Transnational Modern Languages*. Liverpool University Press.
- Campos, J. (2010). Intervenção no património edificado. Conceitos e reflexões. *Oppidum* (4).
- Carta De Bruselas Sobre El Papel Del Patrimonio Cultural En La Economía, Y Para La Creación De Una Red Europea De Su Reconocimiento Y Difusión* (2009).
- CCDR-N (s.d.). *Norte Portugal: Uma Região Única*.
- CCDR-N (2020). *Estratégia de Desenvolvimento do Norte para Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia*.
- CCDR-N (2022). *Programa Regional do Norte 2021-2027*.
- CCDR-N (2024). *Plano de Ação Regional para a Cultura Norte 2030*.
- CCDR-N (2024). *Rotas do Norte. Critérios de Reconhecimento e Adesão de Bens Culturais a uma Rota de Património Cultural, Arte e Arquitetura Contemporâneas da Região Norte*.
- Choay, F. (2013). *As Questões do Património: Antologia Para Um Combate*. Edições 70.
- Conselho da Europa (1975). *Carta Europeia Do Património Arquitetónico* (F. Lopes; M. B. Correia, Trad.). ICOMOS – Portugal.
- Corbal, M. (2018). Monarquía, arte y poder en una diócesis fronteriza: la antigua diócesis de Tui y el desarrollo del arte románico en el suroeste de Galicia y en el norte de Portugal. *POTESTAS* (12).
- Costa, J. (2022). *Os arcos memoriais e marmoirais: Da Idade Média à atualidade*.
- Costa, L., & Silva, M. (2023). *Torre do Castelo de Aguiar de Sousa*.

- Costa, V. (2020). *Rotas Turísticas Como Estratégia De Desenvolvimento Territorial: A Rota do Mosaico Romano*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra].
- Council of Europe (s.d.). *About Cemeteries Route*. <https://cemeteriesroute.eu/about-cemeteries-route.aspx>
- Council of Europe (s.d.). *Art Nouveau*. <https://www.artnouveau-net.eu/>
- Council of Europe (s.d.). *European Route of Historic Pharmacies*. <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/european-route-of-historic-pharmacies>
- Council of Europe (s.d.). *Historic Cafes Routes*. <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/historic-cafes-route>
- Council of Europe (s.d.). *Prehistoric Route*. <https://www.prehistour.eu/>
- Council of Europe (s.d.). *Transhumance Trails*. <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/transhumance-trails>
- Council of Europe (s.d.). *Transromanica: The Romanesque Routes of European Heritage*. <https://www.transromanica.com/>
- Council of Europe (s.d.). *The European Route of Megalithic Culture*. <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/the-european-route-of-megalithic-culture>
- Council of Europe (s.d.). *The Routes of the Olive Tree*. <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/the-routes-of-the-olive-tree>
- Council of Europe (s.d.). *Historic Thermal Towns*. <https://historicthermaltowns.eu/our-network/>
- Council of Europa (s.d.). *Women Writers Route*. <https://www.coe.int/en/web/cultural-routes/women-writers-route>
- Cravidão, F., Santos, N., Cunha, L. (s.d.). *Educação e Turismo: formação e capacitação*.
- Decreto-Lei n.º 107/2001 (2001). Diário da República: Iª Série A, n.º 209 <https://files.dre.pt/1s/2001/09/209a00/58085829.pdf>
- Decreto-Lei n.º 18/2008 do Ministério Das Obras Públicas, Transportes E Comunicações (2008). Diário da República: Iª Série, n.º 20. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2008/01/02000/0075300852.pdf>
- Decreto-Lei n.º 138/2009 do Ministério da Cultura (2009). Diário da República: Iª Série, n.º 113 <https://files.dre.pt/gratuitos/1s/2009/06/11300.pdf>
- Decreto-Lei n.º 139/2009 do Ministério da Cultura (2009). Diário da República: Iª Série, n.º 113 <https://files.dre.pt/gratuitos/1s/2009/06/11300.pdf>

- Decreto-Lei n.º 140/2009 do Ministério da Cultura (2009). Diário da República: Iª Série, n.º 113 <https://files.dre.pt/gratuitos/1s/2009/06/11300.pdf>
- Decreto-Lei n.º 309/2009 do Ministério da Cultura (2009). Diário da República: Iª Série, n.º 206 <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2009/10/20600/0797507987.pdf>
- Decreto-Lei n.º 51-B/2013 do Ministério Da Agricultura, Do Mar, Do Ambiente E Do Ordenamento Do Território (2013). Diário da República: Iª Série, n.º 211 <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2013/10/21102/0000600031.pdf>
- Decreto-Lei n.º 148/2015 da Presidência Do Conselho De Ministros (2015). Diário da República: Iª Série, n.º 150 <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2015/08/15000/0534705361.pdf>
- Decreto-Lei n.º 60/2023. Diário da República: Iª Série, n.º 142 [Novo modelo de gestão integrada do património imobiliário público | DR](#)
- Destination Napoleon (s.d.). *Federation*. <https://www.destination-napoleon.eu/federation/>
- Engelhardt, R. A. (2008). Culturally and ecologically sustainable tourism development through local community management. Em *Culture and Sustainable Development in the Pacific*. ANU E Press.
- European Route of Industrial Heritage (2019). *About ERIH*. <https://www.erih.net/about-erih>
- Federação Europeia de Sítios Cluniacenses (s.d.). *Sites Clunisiens*. <https://home.sitesclunisiens.org/>
- Feilden, B.M. & Jokilehto, J. (1998). *Management Guideline For World Cultural Heritage Sites*. ICCROM – International Centre for the study of the Preservation and Restoration of Cultural Property.
- Ferreira, D., Vaz, F., Machado, J. (2014). *Serra: Património imaterial do Tâmega e Sousa*. Centro de Estudos do Românico e do Território.
- Ferreira, T. (s.d.). *Plano de Manutenção dos Monumentos da Rota do Românico. Enquadramento, metodologia e implementação*.
- Fontes, L. & Catalão, S. (2008). Intervenções arqueológicas no âmbito da Rota do Românico do Vale do Sousa. Procedimentos e resultados. *Oppidum*.
- FÓRUM Europeu de Responsáveis pelo Património (2009). *Declaração de Viena: Um Incentivo Ao Património Em Período De Recessão Económica*.

- García, X. (2018). *Simbologia do Românico em Penafiel*. Centro de Estudos do Românico e do Território.
- Gonçalves, A. (2019). *Al-Mutamid: de Rei-Poeta, a Rota Turística e Cultural*. Centro de Documentação de São Brás de Alportel.
- González, J., Rosas, L., Botelho, M. (2010). *Arte Românica em Portugal*. Fundación Santa María la Real.
- Henriques, C. (2008). Património Cultural e Turismo: Uma Relação Simbiótica. Análise de dois percursos turístico-culturais: James Joyce e Fernando Pessoa. *Revista Turismo e Desenvolvimento*.
- Iakovaki, E., Konstantakis, M., Teneketziz, A., Konstantakis, G. (2023). Analysing Cultural Routes and Their Role in Advancing Cultural Heritage Management within Tourism: A Systematic Review with a Focus on the Integration of Digital Technologies. *MDPI* (3).
- Jelincic, D. & Tisma, S. (2020). Ensuring sustainability of cultural heritage through effective public policies. *Urbanistični inštitut Republike Slovenije* 31(2).
- Jewish Heritage (s.d.). *About us*. <https://jewishheritage.org/about>
- ICOMOS (1964). *Carta de Veneza: Sobre A Conservação E O Restauro De Monumentos E Sítios* (F. Lopes; M. B. Correia, Trad.). ICOMOS – Portugal.
- ICOMOS (1999). *Carta Del Patrimonio Vernáculo Construido*.
- ICOMOS (2000). *Carta de Cracóvia* (F. Lopes; M. B. Correia, Trad.). ICOMOS – Portugal.
- ICOMOS (2000). *Carta Internacional Sobre O Turismo Cultural* (F. Lopes; M. B. Correia, Trad.). ICOMOS – Portugal.
<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/39%20Carta%20turismo%20cultural%20-%20ICOMOS%201999.pdf>
- ICOMOS (2008). *Declaração de Québec*.
- Itervitis (s.d.). *Les Chemins de la vigne*. <https://itervitis.eu/iter-vitis-les-chemins-de-la-vigne/>
- Itinera Carolus V Imperator (s.d.). *Rutas del Emperador*. <https://www.itineracarolusv.eu/rutas-del-emperador/>
- Lago, E. (2014). *Património, Turismo e Desenvolvimento*. [Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior].

- Legado Andalusi (s.d.). *Las Rutas De El Legado Andalusi*. <https://www.legadoandalusi.es/las-rutas/>
- Lemos, P. & Nunes, M. (2013). Ponte de Espindo (Meinedo, Lousada) – Sondagens de avaliação arqueológica. *Oppidum* (6).
- Lin, X., Shen, Z., Teng, X., Mao, Q. (2024). Cultural Routes as Cultural Tourism Products for Heritage Conservation and Regional Development: A Systematic Review. Em *Culture MDPI*.
- Lowenthal, D. (2015). *The Past Is A Foreign Country*. Cambridge University Press.
- Machado, J., Ferreira, D., Vaz, F., Fernandes, I. (2014). *Rio: Património imaterial do Tâmega e Sousa*. Centro de Estudos do Românico e do Território.
- Machado, R. (2008). Rota do Românico do Vale do Sousa: Turismo e Património como projeto de desenvolvimento para o Vale do Sousa. *Oppidum*.
- Machado, R. (2012). *I Congresso Internacional da Rota do Românico*. Centro de Estudos do Românico e Território.
- Machado, R. & Magalhães, R. (2016). *A humanidade do património histórico: A conservação e a salvaguarda na Rota do Românico*.
- Malheiro, M. (2023). *São Mamede de Vila Verde: Construir uma Igreja com as suas pedras*. Centro de Estudos do Românico e do Território.
- Mariani, A., Teles, N., Pereira, P. (s.d.). Pela promoção do património através de Living History: experiência de Marcha Histórica na Idade do Ferro. *Oppidum*.
- Mariani, A. & Renzi, F. (2020). Sobre As Origens Da Diocese Do Porto Na Alta Idade Média. Uma Reflexão Sobre O *Parochiale Suevorum* E A Diocese De *Magneto/Meinedo* (Sécs. VI-VII). Em *Portugalia Nova Série* (41).
- Martin, J., Serrano, J., Nowakowski, J., Williamson, D. (2022). Heritage Trails: Pathways to Sustainable Development Goals. Em *Pathways*. White Horse Press.
- Martins, A. (2018). *O Contributo do Turismo para o Desenvolvimento Sustentável na Região Norte de Portugal*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto].
- Martins, L., Fernandes, M., Mendes, R. (2014). *O turismo como argumento para o desenvolvimento: o Conselho de Baião entre a profusão do património natural e a espessura das atividades humanas*.
- Mason, R. (2005). *Economics and Historic Preservation: A Guide And Review Of The Literature*. University of Pennsylvania.

- Mateus, R. (s.d.). *Trazer o Passado para o Presente é planear o Futuro*.
- Mattoso, J. (1968). O Monaquismo Ibérico e Cluny. Em *Do Tempo e da História* (II).
- Mattoso, J. (1970). A Nobreza Portucalense Dos Séculos IX a XI. Em *Do Tempo e da História* (III).
- Mattoso, J. (1998). *A Identidade Nacional*.
- Mattoso, J., Rosa, M., Sousa, B., Branco, M. (Orgs.). (2011). *The historiography of medieval Portugal, c. 1950-2010*. Instituto de Estudos Medievais.
- Mesquita, A. (2016). Efeitos turísticos da Rota do Românico: os Mosteiros do Salvador de Travanca (Amarante) e do Salvador de Paço de Sousa (Penafiel). Em *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 14 (4).
- Moreira, C. (2006). O entendimento do Património no contexto local. *Oppidum*, n. °1.
- Moreira, J. (2016). *Turismo e iniciativa empresarial: exemplos de sucesso no Porto e Norte de Portugal*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto].
- Moscattelli, M. (2024). Heritage as a Driver of Sustainable Tourism Development: The Case Study of the Darb Zubaydah Haji Pilgrimage Route. *MDPI*.
- Mota, C. (2020). *Avaliação Das Rotas Turísticas Em Portugal Continental*. [Tese de Doutoramento, Universidade Europeia].
- Nagy, K. (2012). Heritage Tourism, Thematic Routes and Possibilities for Innovation. Em *Club of Economics TMP* (8).
- Nunes, A. (2016). *Inspeção, Diagnóstico e Propostas De Reforço Da Igreja Da Rota Do Românico*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto].
- Nunes, M., Sousa, L., Gonçalves, C. (2006). Sepulturas medievais escavadas na rocha no concelho de Lousada: o cemitério rupestre do Irmeiro (Boim). *Oppidum* (1).
- Oliveira, A. (2006). Torre de Vilar: Uma Residência Senhorial do Vale do Sousa. *Oppidum* (1).
- Património Cultural (s.d.). *Itinerários Certificados Em Portugal*. <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/itenerarios-culturais-conselho-europa/itinerarios-certificados-em-portugal/>

- Pedrosa, A. (s.d.). A rota cultural na senda da paisagem, da cultura, do património, das tradições, das lendas: o exemplo do Alto Barroso (Norte de Portugal). *Revista Meio Ambiente, Paisagem e Qualidade Ambiental*.
- Pereira, S. (2024). *Patrimonialização, Turismo e Desenvolvimento: Estudo de caso do Projeto Vale do Varosa*. [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto].
- Pinheiro, A. (2012). *O Perfil do Turista no Destino da Rota do Românico*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho].
- Pinheiro, A. (2015). O perfil do turista no destino da Rota do Românico. *Revista Turismo e Desenvolvimento* (24).
- Pinto, A. L., Meireles, F., Cambotas, M. C. (2006). *Arte Portuguesa*. Porto Editora.
- Pinto, A. L., Meireles, F., Cambotas, M. C. (2014). *A arte no Ocidente*. Porto Editora.
- Pinto, J. (2008). Do castro de S. Domingos a Meinedo: Proto-história e Romanização na bacia superior do rio Sousa. *Oppidum*.
- Pistorello, D. (s.d.). *Ordenação Do Território E Património: A questão dos itinerários culturais*.
- Pizarro, J. (2014). *Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico: A senhorialização dos vales do Sousa, Tâmega e Douro (séculos XI a XIII)*. Centro de Estudos do Românico e do Território.
- Portaria n.º 27/2022 do Ministério das Finanças e da Cultura (2022). Diário da República: Iª Série, n.º 6 <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2022/01/00600/0004700056.pdf>
- Protocolo “revolucionário” projeto Rota do Românico para o futuro. (2025, 21 de abril). *Felgueiras Magazine*.
- Resolução da Assembleia da República n.º 74/2004 (2004). Concordata Entre A República Portuguesa E A Santa Sé. Diário da República: Iª Série-A, n.º 269 <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2004/11/269a00/67416750.pdf>
- Resolução do Concelho de Ministros n.º 49/2021 da Presidência Do Conselho De Ministros (2021). Diário da República: Iª Série, n.º 91 <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2021/05/09100/0001400016.pdf>
- Rocha, L. (2020). *Perspetivas Sobre O Românico: Da Emergência De Novas Formas Ao Vale Do Sousa*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa].
- Rodrigues, B. (2018). *Turismo Cultural e Desenvolvimento. A Rota das Catedrais e o Caso de Santarém*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra].

- Rodrigues, J. (2014). *Panteões, estruturas funerárias e espaços religiosos associados à Rota do Românico*. Centro de Estudos do Românico e do Território.
- Rodrigues, M. (2013). Igreja de Santa Maria de Meinedo (Lousada): Intervenção arqueológica (1991-1993). *Oppidum* (7).
- Rodrigues, P. (2011). Conservação e Restauro do Património. Linhas de Reflexão sobre a sua prática nos últimos 100 anos”. *Binocular* (1).
- Rodrigues, P. (2012). The Science of Architecture. Representations of Portuguese national architecture in the 19th century World Exhibitions: archetypes, models and images. Em *Quaderns D’Història De L’Enginyeria* (XIII).
- Rodrigues, P. (2013). *Patrimóniotopia: o Património como lugar imaginário*.
- Rota do Românico (2017). *A Eucaristia, fonte de misericórdia e de alegria*. Centro de Estudos do Românico e do Território.
- Rota do Românico (s.d.). *Lugares de Culto da Rota do Românico*.
- Rota do Românico (s.d.). *Românico do Vale do Sousa*. Centro de Estudos do Românico e do Território.
- Rota do Românico (2020). *Rota do Românico para o Mercado Asiático: Estudo de Internacionalização*.
- Rota do Românico (s.d.). *Rota do Românico Tomo I*. Centro de Estudos do Românico e do Território.
- Rota do Românico (s.d.). *Rota do Românico Tomo II*. Centro de Estudos do Românico e do Território.
- Rota do Românico ganha novo fôlego e prepara expansão à escala regional. (2025, 23 de abril). *TVS – Terras do Vale do Sousa*.
- Ruta de al-Mutamid (s.d.). *A Rota de Al-Mutamid*. <https://rutadealmutamid.com/pt-pt/>
- Saint James Way (s.d.). *The Paths Of Saint James In Europe*. <https://saintjamesway.eu/>
- Santos, J. (2012). A Castelologia Portuguesa E A Evolução Dos Estudos Sobre Fortificações Medievais em Portugal. Em *Portugalia Nova Série* (33).
- Santos, M. (2008). Intervenção no Património Arqueológico de Penafiel: Proteção, valorização e divulgação. *Oppidum*.

- Semedo, A., Ganga, R., Oliveira, C. (2018). *Visitar Museus e Monumentos: Um Estudo Piloto De Fatores Motivacionais*. CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço E Memória.
- Serviço Internacional de Museus. (1931). *Carta de Atenas* (F. Lopes; M. B. Correia, Trad.). ICOMOS – Portugal.
- Silva, M. (2008). Torre do Castelo de Aguiar de Sousa: resultados preliminares de uma sondagem arqueológica. *Oppidum*.
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. Routledge Taylor and Francis Group.
- Sociedade Portuguesa de Inovação (2022). *Avaliação Ex-Ante e Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional Regional do Norte 2021-2027. Avaliação Estratégica. Resumo Não Técnico*.
- Soeiro, T. (2008). A Arqueologia Histórica no Município de Penafiel. *Oppidum*.
- Sousa, A. (2023). Papel das Rotas Culturais Imateriais para a Sustentabilidade Turística: Uma Proposta de Rota Imaterial para o Funchal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*.
- Sousa, M. A. (2012). *Análise das Rotas do Românico na Península Ibérica*. [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto].
- Teixeira, L. (2016). *Catálogo De Paredes De Alvenaria Da Rota Do Românico Em Portugal*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto].
- Throsby, D. (2001) *Economics and Culture*. Cambridge University Press.
- Timothy, D.J. & Hall, C.M. (2021). *Cultural Heritage and Tourism: An Introduction*. Channel View Publications.
- Trindade, M. (1971). A propriedade Das Ordens Militares Nas Inquirições Gerais de 1220. Em *Do Tempo e da História* (III).
- Torres, C. (2009). Museus, Território e Desenvolvimento. *MUSEAL: Revista Do Museu Municipal De Faro* (4).
- Tunbridge, J.E. & Ashworth, G. J. (1996). *Dissonant Heritage – The Management of the Past as a Resource in Conflict*. Wiley Editorial Offices.
- United Nations World Tourism (2018). *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030*.
https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/UNWTO_UNDP_Tourism%20and%20the%20SDGs.pdf

United Nations World Tourism (2019). *Tourism Definitions*. <https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2019-11/unwto-tourism-definitions.pdf>

Vieira, R. (2015). *A informação geográfica ao serviço turismo – um percurso pelo Município de Cinfães*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto].

Apêndice I

Entrevista

1. Quais são os principais desafios na conservação dos monumentos da Rota do Românico?

Transcrição da resposta do Técnico Superior Duarte Pinheiro

R: O Departamento de Conservação e Salvaguarda é o órgão responsável pelas intervenções. É sempre complicado realizar intervenções ao nível do património porque é difícil cumprir o que será melhor para o bem patrimonial e que simultaneamente vá ao encontro daquilo que são as expectativas dos moradores. Há regras que são obrigatórias na conservação e salvaguarda do património e que devem de ser totalmente respeitadas. Há também questões que nos ultrapassam completamente, pois alguns dos bens, como as pontes, são também do âmbito da Câmara. Ocasionalmente existem também entropias com párocos. Alguns monumentos são da nossa responsabilidade, outros são da responsabilidade da tutela do património e as intervenções ficam a cabo da mesma.

2. Como é feita a manutenção dos edifícios históricos? Existe algum plano de conservação regular?

Resposta enviada via mail por outros Técnicos da Rota

R: Tendo em conta que a estrutura de financiamento da Rota do Românico tem sido alicerçada em financiamentos comunitários (completados na componente Nacional com verbas dos Municípios), as intervenções de Conservação e Salvaguarda dos Monumentos Integrantes da Rota tem tido por base o levantamento de necessidades de intervenção e respetivas prioridades, e posterior contratação de projetos de Conservação, Salvaguarda e Valorização, nas áreas da Arquitetura, Especialidades e Conservação e Restauro a entidades/projetistas externos com experiência na área do património classificado. Estes projetos são depois objeto de candidatura a financiamento, que sendo aprovados, passam para execução de empreitadas de Conservação

e Salvaguarda (coberturas, limpeza de paramentos exteriores e interiores, vãos, etc) bem como de intervenções de Conservação e Restauro de Património Integrado (Retábulos, Pintura Mural, Estatutária, azulejo, etc.).

Os projetos de intervenção têm naturalmente por base o respeito pelos princípios norteados pelas Cartas (Carta de Veneza, Carta de Cracóvia, etc) e Convenções Internacionais, bem como a legislação do Estado Português.

3. De que forma o turismo influencia a preservação do património da Rota?

Transcrição da resposta do Técnico Superior Duarte Pinheiro

R: Há quem defenda que o turismo deva ser acautelado, porque muitas vezes pode causar problemas a nível do património (temos casos em que o turismo assim o fez, nomeadamente nos grandes destinos europeus como Compostela, onde o turismo de massa é já um problema no que concerne a preservação do património, ou de Roma, onde há também um impacto muito grande), mas estão a ser criadas muitas normas de proteção e de preservação, nomeadamente a nível do comportamento que os turistas devem de apresentar. Aqui no nosso território não temos problemas dessas, felizmente, e se calhar nunca iremos ter, mas vemos o outro lado: o lado positivo, o facto de termos uma rota estruturada, uma rota nova, uma rota que visa a recuperação do património edificado num território onde o turismo não tem um grande impacto, nem um grande foco. É de facto através da Rota e desta valorização do património que nós conseguimos que o património seja valorizado. A comunidade local abraça este projeto, gosta de ver as pessoas a visitarem a sua pequena igreja, a chegarem aos seus locais, e é para nós um prazer enorme trazer os turistas para verem de facto este património que é maravilhoso. Há que saber lidar com esta componente património/turismo, há muita gente que não vê o turismo de uma melhor forma para preservar o património, há muitas teses sobre este assunto, mas nós aqui neste território queremos que venha muita gente para conhecer este património que é fantástico.

4. Existem protocolos ou parcerias com entidades governamentais ou privadas para a proteção e restauro dos monumentos?

Transcrição da resposta do Técnico Superior Duarte Pinheiro

R: As intervenções de Conservação e Salvaguarda nos Monumentos integrantes da Rota do Românico têm sido efetuadas em parceria e articulação com as entidades Nacionais e Regionais que em cada Momento têm a tutela no âmbito da Cultura e do Património Classificado, como por exemplo a ex Direção Regional da Cultura do Norte, atualmente com o Património Cultural IP, bem como com a CCDRN, assim como com respetivos Municípios, Dioceses e Paróquias.

5. Que medidas estão a ser implementadas para garantir a acessibilidade aos monumentos?

Transcrição da resposta do Técnico Superior Duarte Pinheiro

R: A Rota em 2007 fez um Plano de Acessibilidade onde foram identificadas variadíssimas barreiras. O património não é todo acessível, e de facto, muitos deles, e nas intervenções que fazemos, tentamos que o seja, mas há edifícios onde existem entradas com soleiras gigantes, com escadarias... há situações onde é completamente impossível criarmos alguma forma de contornar a acessibilidade. Em todas as intervenções que fazemos em que seja possível mantermos a originalidade com a acessibilidade, usamos isso como uma bandeira de que o património é para todos. Por exemplo, no Mosteiro de Paço de Sousa foi criada uma rampa até à igreja, em São Miguel foi colocado um elevador... tentamos sempre contornar estas dificuldades, mas temos consciências que é muito difícil. Logo deste o início do Plano de Acessibilidade, foram criados materiais acessíveis como as publicações em braille, todo o nosso site é audível, temos vídeos nas nossas plataformas com linguagem gestual, visitas virtuais, a aplicação móvel onde é possível aceder ao interior de cada monumento...

6. Existe alguma estratégia de sustentabilidade aplicada à Rota do Românico? Quais as principais iniciativas?

Transcrição da resposta do Técnico Superior Duarte Pinheiro

R: Neste momento está em cima da criação de um Modelo de Gestão. Estamos com uma dinâmica recente para a implementação de um novo Modelo de Gestão e de governança, e é um processo que está neste momento a ser discutido.

7. De que forma se minimiza o impacto ambiental do turismo nos monumentos e na região envolvente?

Transcrição da resposta do Técnico Superior Duarte Pinheiro

R: Neste momento não temos situações em que seja muito visível a questão do impacto ambiental. Ainda não vamos sofrer, por enquanto, desses problemas, porque enfim não temos situações de grandes fluxos. No entanto, temos sempre essa preocupação com o ambiente, com a questão da valorização dos locais para colocação dos detritos, as áreas envolventes dos monumentos onde sempre que possível criamos espaços verdes, jardins e parques. Nos períodos de verão, os locais onde as pessoas fazem picnics há bastante lixo, mas são casos muito pontuais em determinados locais.

8. Há incentivos para a utilização de materiais ecológicos ou energia renovável na manutenção dos seus espaços?

Transcrição da resposta do Técnico Superior Duarte Pinheiro

R: Estamos neste momento com essa preocupação, nomeadamente com a intervenção no Centro de Interpretação de Lousada com a colocação dos painéis fotovoltaicos, com a questão da redução dos custos de energia, dos consumos de água. Tentamos sempre estar atentos a estas questões, até com a colocação de materiais que sejam recicláveis. É uma preocupação que não é só nossa, mas também europeia, e a Rota é um projeto exemplar de recuperação e divulgação do património e que tem de facto essa preocupação.

9. Que desafios existem na conciliação entre turismo e conservação patrimonial?

Transcrição da resposta do Técnico Superior Duarte Pinheiro

R: Fazemos muitas ações de consciencialização ao nível da comunidade escolar através de um serviço educativo e muitas dessas ações vão de encontro ao sentido da importância de preservar o património, na importância de o acarinhar, digamos assim. Estas ações não são muito comuns, acaba por estar também na consciência de cada pessoa, mas é realmente necessário capacitar e alertar para estas questões. Tivemos muitas ações, no início da rota, no âmbito do envolvimento da comunidade, nomeadamente nas igrejas, para que as pessoas sentissem que a rota também era delas. Tivemos técnicos que foram falar deste projeto junto dos moradores e visitantes acerca da importância dos monumentos. Tivemos inclusive algumas ações no âmbito dos cuidadores do património, um projeto vencedor onde ensinamos como cuidar e proteger o património. Realizou-se também um estudo para a criação de um Modelo de Gestão Patrimonial, para que este fosse apresentado e divulgado, ainda em execução.

10. A Rota do Românico tem contribuído para o desenvolvimento económico da região? De que forma?

Transcrição da resposta do Técnico Superior Duarte Pinheiro

R: A Rota do Românico é um projeto de desenvolvimento regional e somos uma entidade pública. Criamos as condições necessárias para que os operadores e os turistas consigam eles próprios organizar a sua programação e trazer os visitantes e turistas ao território. Sabemos que são milhares aqueles que nos contactam anualmente para que possamos ser nós a ajudar na criação dos seus roteiros, mas depois também sabemos que há outros milhares de visitantes que andam aqui pelo território com uma aplicação móvel, ou através dos nossos materiais, a visitar o património. Para envolver os agentes, criamos em 2014 aquilo que chamamos do Selo de Qualidade da Rota do Românico. É um distintivo que é atribuído às unidades de alojamento, aos restaurantes e aos produtores locais e é através desta certificação que nós criamos aqui uma cadeia de valor, ou seja, são estas entidades que integram o Selo de Qualidade que vão ser aqueles que vão fazer parte de toda a operação turística em concreto. Sabemos por vários estudos e estatísticas que é um território que tem crescido a 2 dígitos, fruto também deste trabalho:

criaram-se imensas unidades de alojamento local, muitas entidades e produtores locais associaram-se ao românico, no entanto, não temos um observatório que nos diga concretamente quanto é que os visitantes deixam no território, temos é um sistema de monetarização da rota que nos diz quanto é o turista gasta, onde fica, onde dorme... mas está limitado àqueles que nos contactam.

11. Quais são as principais fontes de financiamento da Rota? O turismo desempenha um papel relevante nesse financiamento?

Transcrição da resposta do Técnico Superior Duarte Pinheiro

R: Foram investidos já 25 milhões de euros através dos Fundos Europeus. Há uma componente nacional também, que é atribuída às autarquias, às câmaras que fazem parte da Rota do Românico.

12. Como é que a Rota tem influenciado o setor da hotelaria e restauração na região?

Resposta enviada via mail por outros Técnicos da Rota

R: A Rota do Românico (RR) tem tido um impacto significativo no setor da hotelaria e restauração no seu território de influência, sendo a região que tem crescido a 2 dígitos no número de unidades de alojamento (Fonte Travel BI), contribuindo para o desenvolvimento económico local de várias formas.

A valorização do património românico atrai turistas interessados em cultura, história e arquitetura. Este perfil de visitante tende a procurar experiências mais completas, o que beneficia diretamente hotéis, alojamentos locais, restaurantes e cafés nas proximidades dos monumentos da RR.

Estímulo à Criação e Requalificação de Infraestruturas

A presença da RR incentivou investimentos na requalificação de unidades hoteleiras e de restauração, muitas vezes com apoio de fundos comunitários, para melhorar a oferta e responder às exigências de um turismo mais exigente e sustentável.

Veja como exemplo a temáticas desta unidade de alojamento (<https://villacasasdecampo.com/>)

Prolongamento da Estadia média dos Turistas

Ao integrar vários monumentos e percursos numa rede organizada, a RR incentiva os visitantes a permanecerem mais tempo na região, aumentando a ocupação dos alojamentos e o consumo nos estabelecimentos de restauração.

Promoção de Produtos e Gastronomia Local

Restaurantes locais beneficiam da associação à RR, que também promovem experiências gastronómicas autênticas, muitas vezes ligadas à tradição monástica ou à culinária regional. Isto valoriza os produtos locais e fortalece a identidade gastronómica.

Ex: Cozinha do Românico; Castelo de Portugal, entre outros.

Através do “Selo de Qualidade – Rota do Românico” que se insere no âmbito do Sistema de Valorização de Produtos e Serviços Turísticos da Rota do Românico, destinado à promoção de um patamar de qualidade uniforme dos produtos e serviços prestados aos turistas e visitantes da região junto dos hotéis, restaurante e produtores locais, contando neste momento com 190 unidades aderentes.

13. Existem iniciativas para envolver a comunidade local na atividade económica gerada pela Rota do Românico?

Transcrição da resposta do Técnico Superior Duarte Pinheiro

R: Na programação turística, envolvemos sempre os produtores locais, através dos circuitos onde fazemos os turistas passar por determinados locais, lojas, quintas para provas de vinho,

para apontamentos literários, ao nível da restauração, apontamentos musicais...temos sempre muito esta preocupação de envolver os locais.

14. Quais os planos futuros para a Rota do Românico e que desafios gostariam de ultrapassar?

Transcrição da resposta do Técnico Superior Duarte Pinheiro

R: O grande desafio em concreto neste momento para a Rota do Românico é o seu alargamento. Estamos neste momento com essa questão em cima da mesa, alargar a Rota do Românico a todo o Norte. Há agora uma iniciativa da CCDR-N que se chama “Rotas a Norte” e tudo o que é românico a Norte de Portugal será essa a tal entidade gestora e o tal Modelo de Gestão que estamos agora a estudar, que irão então tutelar todo este património. As perspetivas são excelentes, os desafios são enormes para que de facto a rota se alargue e que esteja em todo o Norte de Portugal.

Apêndice II

Cronologia da Rota do Românico

Ano/Data	Evento
1998	Início do processo de colaboração entre a VALSOUSA e o IPPAR/DGEMN, no âmbito do PROSOUSA. Foram elaborados relatórios preliminares com seleção do património românico a integrar na Rota e identificadas as necessidades de intervenção devido ao mau estado de conservação de muitos monumentos.
2000	Devido a limitações financeiras, o projeto só é retomado em 2000 com a criação da Ação Integrada de Base Territorial (AIBT) do Vale do Sousa no âmbito do QCA III. São feitas negociações entre diversas entidades públicas e privadas, culminando na contratualização das responsabilidades mútuas entre os parceiros envolvidos.
2003	<p>Estudo “Programa de Implementação e Dinamização Turística e Cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa” marca uma fase estratégica na consolidação do projeto. Procedeu-se ao levantamento e diagnóstico do património românico dos seis municípios da VALSOUSA, a estruturação da Rota, análise dos perfis dos visitantes e dos mercados, definição de um plano integrado de ação, marketing e promoção.</p> <p>Formalização de protocolos entre os representantes eclesiásticos das paróquias envolvidas e proprietários privados, garantindo a cooperação na intervenção nos imóveis. Execução das obras de recuperação e valorização dos monumentos (trabalhos até 2008).</p>
2004	Apresentação pública do estudo “Programa de Implementação e Dinamização Turística Cultural da Rota do Românico do Vale do Sousa”. Maior

visibilidade, reforçando o seu papel estratégico no desenvolvimento territorial e na valorização do património românico da região.

2006-2006 “Plano de Formação para a Promoção e Dinamização da Rota do Românico do Vale do Sousa” conta com 200 participantes. Promovido pela Ader-Sousa e apoiado por fundos do Programa Operação Norte com o objetivo de capacitar agentes locais para uma gestão eficiente da Rota através da formação em áreas chave do turismo (marketing, património, gastronomia, tecnologias e desenvolvimento local).

2005-2007 Estudos de valorização e salvaguarda das envolventes dos então vinte e um monumentos da Rota. Definição e/ou ampliação das Zonas Especiais de Proteção (ZEP), assegurando a salvaguarda dos contextos visuais e das ligações viárias entre os monumentos, face a intervenções que pudessem comprometer a sua autenticidade e atratividade.

2005 Apresentação da candidatura “Comunicação, Informação e Interpretação da Rota do Românico” ao programa de Operação Norte (QCA III) com um orçamento de cerca de 606 mil euros. Produção dos principais suportes de comunicação, interpretação e promoção.

2006 Formalização da equipa gestora da Rota do Românico. Vasto conjunto de ações e materiais de divulgação, publicações científicas e turísticas. Projeção junto dos públicos nacionais e internacionais.

Registo da marca “Rota do Românico do Vale do Sousa” no INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

2008 “Estudo para a Definição do Modelo de Gestão e Viabilidade Económica e Financeira da Rota do Românico”.

Apresentação aos agentes locais da região e conclusão dos materiais de informação e comunicação.

“Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico do Vale do Sousa” resultante da candidatura ao Eixo 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social, do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) inserido no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

2009

Abertura de três Centros de Informação – Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira – avanço na receção e apoio aos visitantes. Os centros funcionam como pontos estratégicos de acolhimento com informação turística, cultural e patrimonial.

Desenvolvidos estudos acerca da acessibilidade nos edifícios históricos, mas também nos espaços públicos circundantes, meios de transporte, sistema de comunicação e tecnologias digitais.

Aprovação da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE que reforçou o potencial do património arquitetónico articulando-o com os recursos naturais da região de modo a promover o turismo sustentável e coesão territorial.

Inauguração da exposição itinerante “Rota do Românico do Vale do Sousa. Uma experiência fundada na História” em parceria com a fundação A LORD. Enquadramento histórico e arquitetónico dos vinte e um monumentos.

A rota adere à TRANSROMANICA, a maior rede europeia de destinos românicos, com sede na Alemanha.

2010

Distinguida com o Prémio Turismo de Portugal na categoria “Requalificação de Projeto Público” na BTL 2010 – Bolsa de Turismo de Lisboa.

Premiada com o XXXV Troféu Internacional de Turismo, Hotelaria e Gastronomia na Feira Internacional de Turismo – FITUR 2010, Madrid.

Alargamento da rota a todos os municípios da NUT III – Tâmega (Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende). Ampliação da diversidade patrimonial, geográfica e novas dinâmicas de valorização e promoção da região.

Vence os Prémios Novo Norte na categoria “Norte Civitas” atribuído pela CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Norte.

Seminário “Rota do Românico: Património para Todos” com apresentação dos trabalhos que estavam a ser desenvolvidos desde 2008.

Inauguração do Centro de Informação do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, Penafiel.

Candidatura “Programa de Valorização e Qualificação Turística da Rota do Românico” como foco na promoção da identidade regional, oferta turística e cultural. Reforço do património como motor de coesão social e valorização económica.

Distinguida com a Medalha de Mérito Turístico atribuída pelo Governo português.

Candidatura “Dinamização, Coordenação, Acompanhamento, Monitorização e Gestão da Parceria da Estratégica de Eficiência Coletiva PROVERE – Rota do Românico” focada em três eixos: dinamização da parceria, promoção e divulgação e acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

“A Pintura Mural na Rota do Românico – Atividades Pedagógicas” que visa sensibilizar a comunidade escolar do 1º ciclo do Ensino Básico para a importância do património histórico e artístico.

2011

Celebração de quatro contratos de financiamento entre a VALSOUSA e a AMBT com a entidade gestora do ON.2 – O Novo Norte no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013.

I Congresso Internacional da Rota do Românico (28, 29 e 30 de setembro).

Apresentação de novos monumentos na sequência do seu alargamento aos restantes seis municípios da NUT III. Inclusão de mais trinta e quatro monumentos.

	<p>Concretização do Plano de Dinamização Cultural e Turística da Rota do Românico. Consolidação da rota como motor de desenvolvimento cultural, turístico e económico na região do Tâmega e Sousa.</p>
2012	<p>Participação no projeto e-CREATE que visa o desenvolvimento rural com inovação tecnológica junto das pequenas e médias empresas.</p> <p>Iª Reunião da Comissão Científica da Rota do Românico (27 de janeiro).</p> <p>Prémio Inovação de Produto/Serviço da BIT – Bolsa de Inovação em Turismo, iniciativa integrada na Conferência Internacional INVTUR.</p> <p>Condecorada com a Medalha de Ouro de Mérito Municipal pela Câmara Municipal de Lousada.</p>
2013	<p>Linha de <i>merchandising</i> da rota é premiada pela Associação Portuguesa de Museologia.</p>
2014	<p>Filme promocional é distinguido com uma menção honrosa na categoria de Turismo Cultural no âmbito da ART&TUR – Festival Internacional de Cinema Turístico.</p> <p>IIº Congresso Internacional da Rota do Românico (11 e 12 de dezembro).</p>
2015	<p>Apresentação do novo guia turístico na BTL – Feira Internacional de Turismo em Lisboa.</p> <p>Apresentação pública da nova monografia da Rota do Românico.</p>
2016	<p>Aprovação das operações “Rota do Românico: Património, Cultura e Turismo” e “Rota do Românico: Património, Cultura e Turismo – Tâmega” no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (Norte 2020).</p> <p>Recebe a medalha de Mérito Cultural e Científico – Classe Ouro pela Câmara Municipal do Marco de Canaveses.</p>

Operação “Tâmega e Sousa Internacional” submetida ao Programa Operacional Regional Norte 2020.

Monografia “Rota do Românico” é distinguida pelo júri do Prémio A. De Almeida Fernandes com uma menção honrosa.

2017

Diretora da rota é nomeada um dos Rostos de um Novo Norte no encerramento do Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013 (ON.2 -O Novo Norte).

Rota do Românico e a Universidade de Aveiro organizam a IVª edição do Fórum Internacional do Património Arquitetónico Portugal/Brasil no Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, Felgueiras.

Aprovação do projeto “Capacitação e Valorização Turística da Rota do Românico” no âmbito do Programa Valorizar – Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior.

A Rota do Românico é a entidade promotora da AR&PA – Bienal Ibérica de Património Cultural, realizada pela primeira vez em Portugal no centro histórico de Amarante.

Recebe o “Emblema Regional” no âmbito dos prémios “O Norte Somos Nós” promovidos pela CCDR-N e o Jornal de Notícias.

Medalha de Mérito de São Vicente (“Participação Cívica”) atribuída pela Assembleia e Junta de Freguesia de Airães, Felgueiras.

Aprovação do projeto “Valorização Patrimonial da Rota do Românico” submetida ao Turismo de Portugal no âmbito do Programa Valorizar – Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior.

2018

Entrega dos certificados aos formandos que participaram o curso de formação de 120h “Intérpretes do Património da Rota do Românico” promovido pela Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e a Rota do Românico.

Inauguração do Centro de Interpretação do Românico na vila de Lousada.

Terceiro lugar nos prémios “Destino de Turismo Cultural Sustentável”, na categoria “Paisagens Culturais” pela Rede Europeia de Turismo Cultural (ECTN), Bruxelas.

2019 O jornal Verdadeiro Olhar distingue a rota como a Entidade Cultural do Ano de 2018.

Vence na categoria “Aplicação de Gestão e Multimédia”, “Filme” e “Trabalho de Museografia” nos prémios da Associação Portuguesa de Museologia. Recebe ainda uma menção honrosa como “Melhor Museu do Ano”.

O Centro de Interpretação em Lousada vence o “Architecture MasterPrize” na categoria Arquitetura Cultural.

2020 O jornal Verdadeiro Olhar distingue a Rota do Românico, a Câmara Municipal de Penafiel e a Jangada Teatro ca categoria Entidade Cultural do Ano de 2019.

Operações “Valorização, dinamização e promoção turística da região: Ação 3 – Rota do Românico”, “Centro de Interpretação do Românico: Ampliação – 3ª Fase”, “Rota do Românico: Património, Cultura e Turismo – Tâmega 2ª Fase” e “O Vinho, a Arte e os Homens” submetidos ao programa Norte 2020.

Projeto “Cuidadores do Património” é um dos onze vencedores do concurso “Histórias do Património Europeu 2020” promovido pelo Conselho da Europa e pela Comissão Europeia.

Inauguração do Centro de Interpretação da Escultura Românica em Abragão, Penafiel.

Celebração do dia do Cuidador do Património.

2021 O jornal Verdadeiro Olhar distingue a Rota do Românico, o Astro Fingido e a Banda Musical de São Martinho de Campo na categoria Entidade Cultural do ano de 2020.

Operações “Cultura em Rede – Tâmega e Sousa” e “Escrita em Cena – Programação Cultural em Rede do Tâmega e Sousa” submetidas ao programa Norte 2020.

O Centro de Interpretação da Escultura Românica vence na categoria “Trabalho de Museografia” nos prémios da Associação Portuguesa de Museologia e recebe uma menção honrosa na categoria “Fotografia sobre Património”.

2022

O jornal Verdadeiro Olhar distingue a Rota do Românico (o projeto Ver do Bago), a Câmara Municipal de Valongo e a Casa da Música do Porto na categoria Entidade Cultural do ano de 2021.

O projeto “Cuidadores do Património” vence o prémio internacional TRANSROMANICA 2022.

O mesmo projeto vence a categoria “Inovação e Criatividade” nos prémios da Associação Portuguesa de Museologia.

2024

O projeto “Exposições Ver do Bago – Visitas Virtuais 360º” recebe uma menção honrosa na categoria “Projeto e Conteúdos Digitais” nos prémios da Associação Portuguesa de Museologia.

Inauguração do Centro Interpretativo da Igreja de Veade, em Celorico de Basto.

2025

O Centro de Interpretação é reconhecido como “Museu de Território” pela CCDR-N no âmbito da Rede Regional de Museus de Território da Região Norte.

É distinguida com o Prémio Cinco Estrelas Regiões 2025 na categoria Projetos de Promoção Turística nos distritos de Aveiro, Braga, Porto e Viseu.

A CCDR- NORTE, o Turismo do Porto e Norte de Portugal e a VALSOUSA assinam no Centro de Interpretação do Românico um protocolo de

cooperação interinstitucional no âmbito do projeto “Rotas do Norte”, que visa a criação da rota “Românico a Norte”.

Apêndice III

Questionário

10/31/25, 10:20 AM

Investigação Académica: "Impactos da Rota do Românico"

Investigação Académica: "Impactos da Rota do Românico"

Este inquérito realiza-se no âmbito de uma dissertação de mestrado em Estudos do Património. O objetivo é avaliar o Perfil do Turista da Rota do Românico, visando conhecer e aferir as necessidades, os desejos e o grau de satisfação de quem se encontra pelos municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Celorico de Basto, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende. O seu contributo é imprescindível para a validade dos resultados, pois estes dependem do número de respostas válidas obtidas. A confidencialidade dos seus dados é absolutamente garantida.

A Mestranda em Estudos do Património
Soraia Teixeira – UAB 2302497

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Email *

2. Qual o seu país de origem? *

3. Qual a sua faixa etária? *

Marcar apenas uma oval.

- Até 17 anos
- 18-20 anos
- 21-29 anos
- 30-39 anos
- 40-49 anos
- 50-59 anos
- 60 anos ou mais

4. Qual o seu género? *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Pessoa não binária
- Prefiro não informar
- Outros

5. Qual o seu estado civil? *

Marcar apenas uma oval.

- Casado
- Viúvo
- Divorciado
- União de Facto
- Solteiro

6. Qual o seu nível de escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino primário
- Ensino básico
- Ensino secundário
- Formação universitária incompleta
- Curso técnico-profissional com menos de 4 anos
- Licenciado
- Pós-graduação (Mestrado, Doutoramento)

7. Qual a sua situação profissional? *

Marcar apenas uma oval.

- Trabalhador por conta própria
- Trabalhador por conta de outrem
- Reformado
- Estudante
- Desempregado

8. Em média, quanto é o rendimento do seu agregado familiar? *

9. Já conhece a Rota do Românico do Vale do Sousa, Tâmega e Douro? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

10. Caso já conheça, como descobriu a Rota do Românico?

Marcar apenas uma oval.

- Amigos/Família
- Redes Sociais
- Agência de Viagens
- Hotel
- Pesquisa Online
- Outros

11. Qual o seu principal motivo para a visita à Rota do Românico?

Marcar apenas uma oval.

- Experiência Cultural
- Lazer
- Educação
- Religião
- Outros

12. Quanto tempo permanecerá nesta região Vale do Sousa, Tâmega e Douro? *

Marcar apenas uma oval.

- 1 dia
- 2-3 dias
- 4-7 dias
- Mais de uma semana

13. Que tipologia de alojamento está utilizar? *

Marcar apenas uma oval.

- Hotel
- Pousada
- Alojamento Local
- Parque de Campismo
- Turismo em Espaço Rural
- Pousada da Juventude
- Outros

14. Em média quanto gasta na sua estadia por noite? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 50€
- 50€-100€
- 100€-150€
- Mais de 150€

15. Com quem viajou? *

Marcar apenas uma oval.

- Sozinho
- Família/Amigos
- Grupo
- Companheiro

16. Em média, quanto gastou em transportes para visitar esta região? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 20€
- 20€-50€
- 50€-100€
- Mais de 100€

17. Qual o valor médio que gastou ou está a gastar, por dia e por pessoa nesta visita? *

Marcar apenas uma oval.

- 50€
- 50€-100€
- 200-300€
- 300-400€
- Mais de 400€

18. Em que categorias mais dinheiro gastou? *

Marcar apenas uma oval.

- Alojamento
- Restauração
- Compras e artesanato local
- Entradas em monumentos ou visitas guiadas
- Transporte

19. Quantas vezes, nos últimos 3 anos, visitou destinos culturais ligados ao património cultural? *

20. Importante visitar os museus da região (1-discordo totalmente; 5 - concordo plenamente) *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

21. Considera importante conhecer as regiões, a gastronomia local, os ofícios tradicionais e as suas gentes. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

22. Participar em festas, feiras, romarias e eventos da região. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

23. Conhecer a história e visitar locais de interesse histórico-cultural. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

24. Qualidade dos restaurantes e alojamentos turísticos da região. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

25. Acesso, informação, facilidade de orientação, qualidade da sinalética e infraestruturas. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

26. Beleza natural, região despoluída e com preocupações ambientais. *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

27. Avalie a sua satisfação relativamente à qualidade de infraestruturas, monumentos, acessibilidade e relação qualidade/preço da Rota do Românico.

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

28. Que melhorias gostaria de sugerir à Rota do Românico para elevar a sua experiência?

29. Como avalia este questionário?

1 2 3 4 5



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Investigação Académica: "Impactos da Rota do Românico"

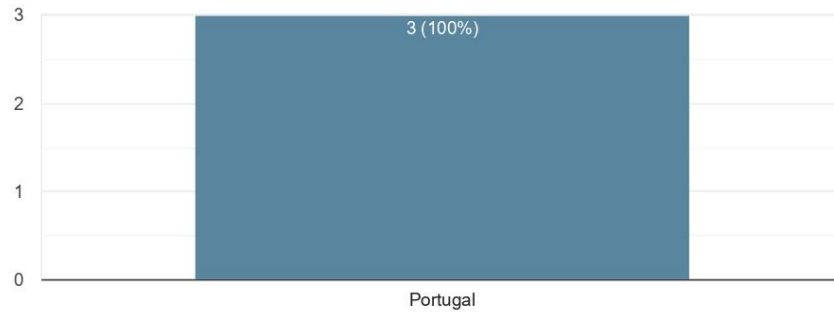
3 respostas

[Publicar estatísticas](#)

Qual o seu país de origem?

 Copiar

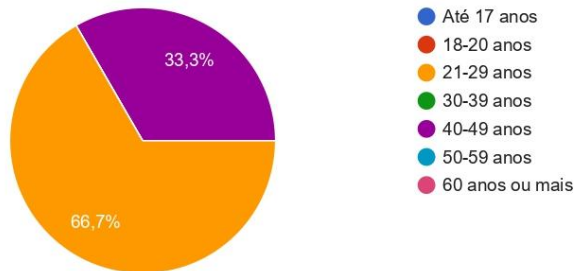
3 respostas



Qual a sua faixa etária?

 Copiar

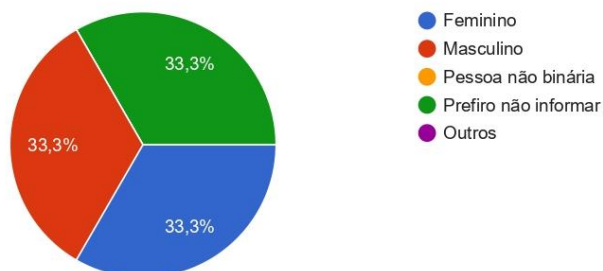
3 respostas



Qual o seu género?

 Copiar

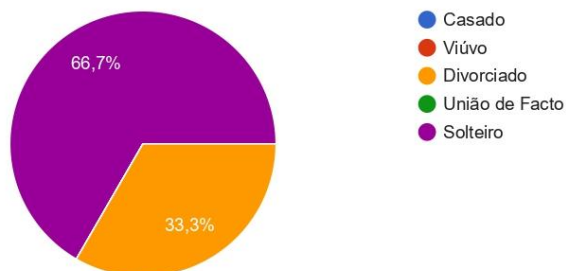
3 respostas



Qual o seu estado civil?

 Copiar

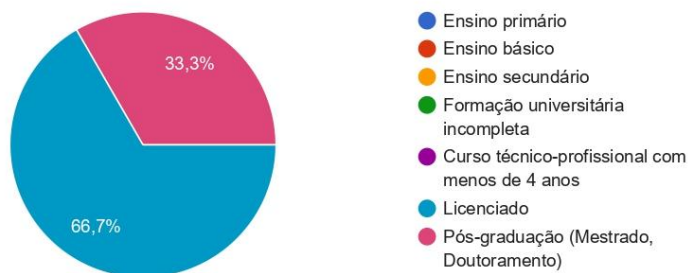
3 respostas



Qual o seu nível de escolaridade?

 Copiar

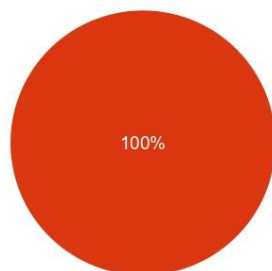
3 respostas








Qual a sua situação profissional?

 Copiar

3 respostas



-  Trabalhador por conta própria
-  Trabalhador por conta de outrem
-  Reformado
-  Estudante
-  Desempregado

Em média, quanto é o rendimento do seu agregado familiar?

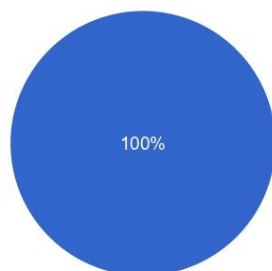
3 respostas

900
1000
1500

Já conhece a Rota do Românico do Vale do Sousa, Tâmega e Douro?

 Copiar

3 respostas



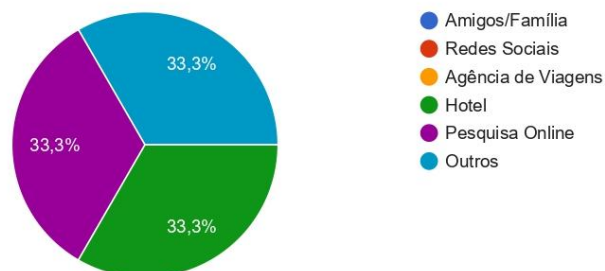
-  Sim
-  Não



Caso já conheça, como descobriu a Rota do Românico?

 Copiar

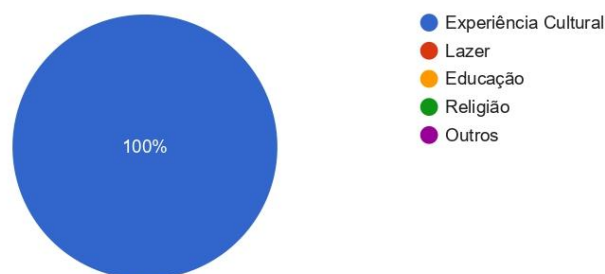
3 respostas



Qual o seu principal motivo para a visita à Rota do Românico?

 Copiar

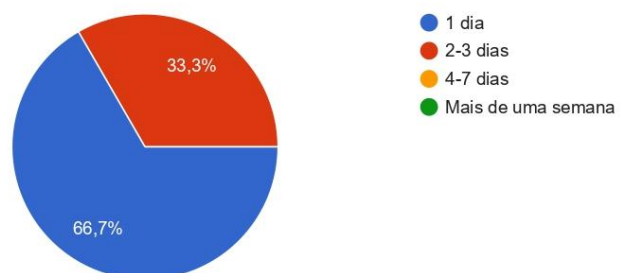
3 respostas



Quanto tempo permanecerá nesta região Vale do Sousa, Tâmega e Douro?

 Copiar

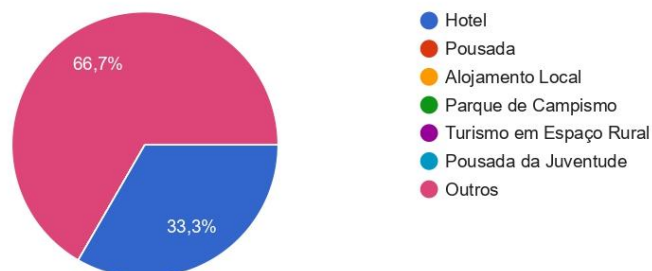
3 respostas



Que tipologia de alojamento está utilizar?

 Copiar

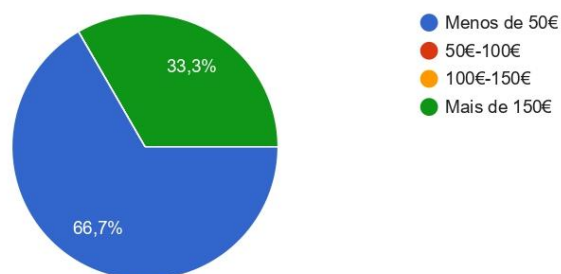
3 respostas



Em média quanto gasta na sua estadia por noite?

 Copiar

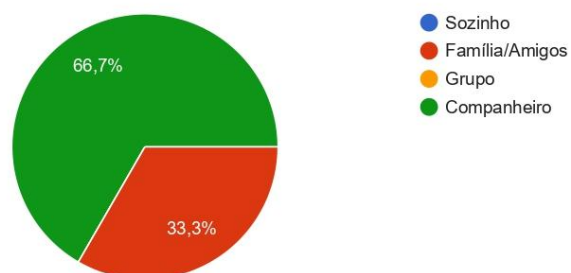
3 respostas



Com quem viajou?

 Copiar

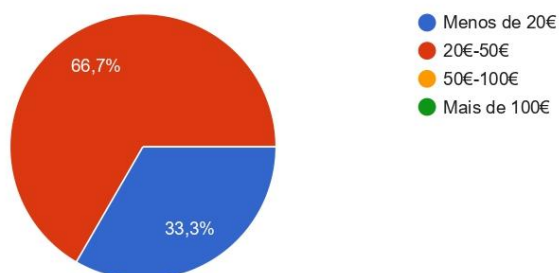
3 respostas



Em média, quanto gastou em transportes para visitar esta região?

 Copiar

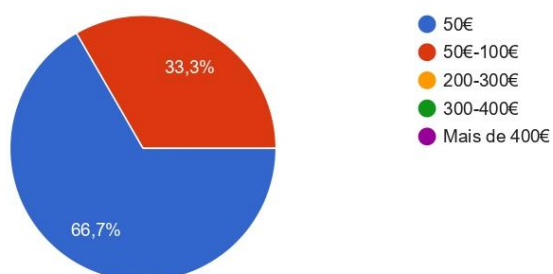
3 respostas



Qual o valor médio que gastou ou está a gastar, por dia e por pessoa nesta visita?

 Copiar

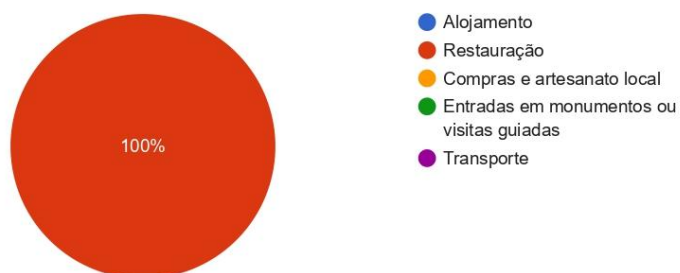
3 respostas



Em que categorias mais dinheiro gastou?

 Copiar

3 respostas



Quantas vezes, nos últimos 3 anos, visitou destinos culturais ligados ao património cultural?

3 respostas

1

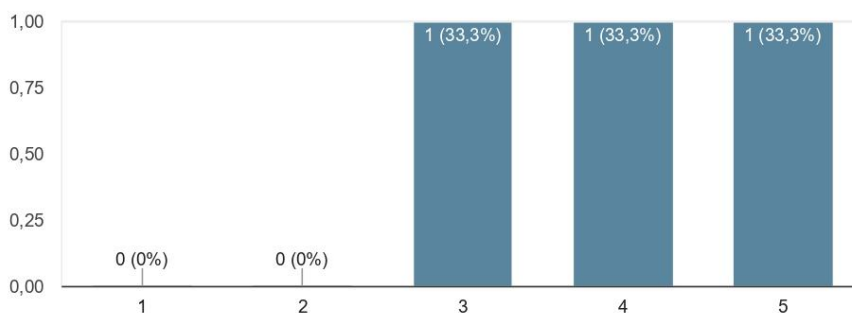
cerca de 10

4

Importante visitar os museus da região (1-discordo totalmente; 5 - concordo plenamente)

 Copiar

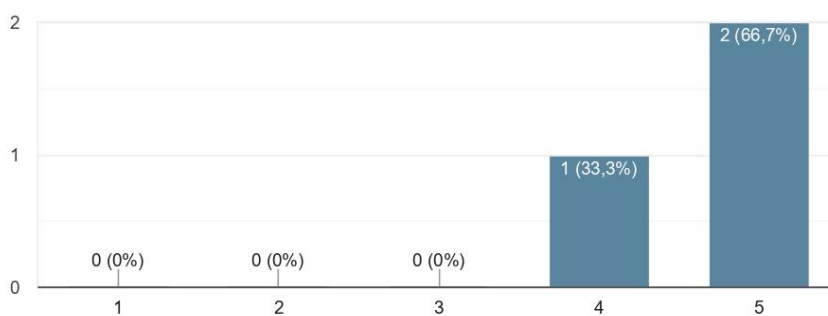
3 respostas



Considera importante conhecer as regiões, a gastronomia local, os ofícios tradicionais e as suas gentes.

 Copiar

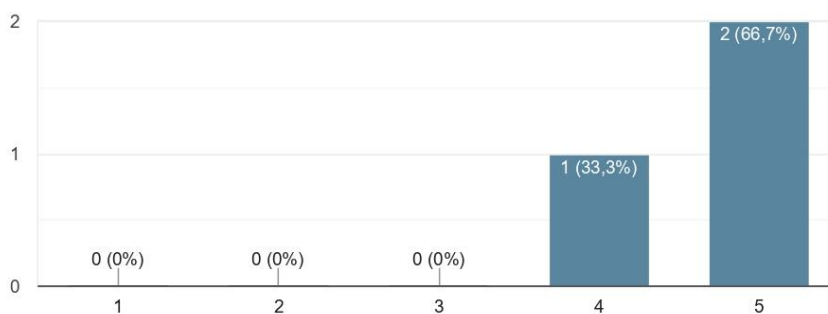
3 respostas



Participar em festas, feiras, romarias e eventos da região.

 Copiar

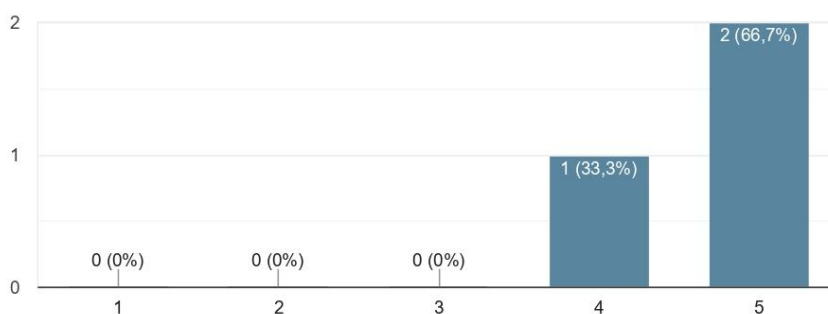
3 respostas



Conhecer a história e visitar locais de interesse histórico-cultural.

 Copiar

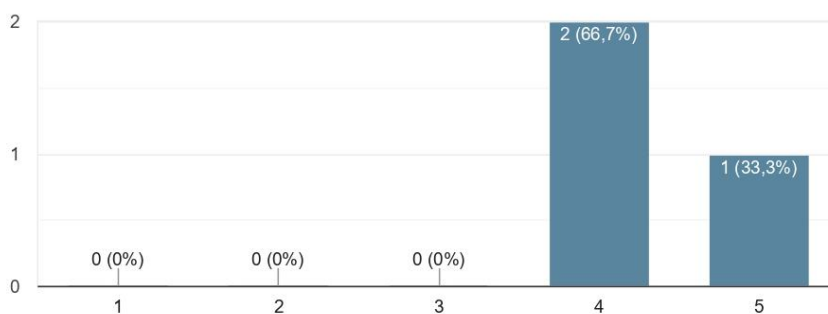
3 respostas



Qualidade dos restaurantes e alojamentos turísticos da região.

 Copiar

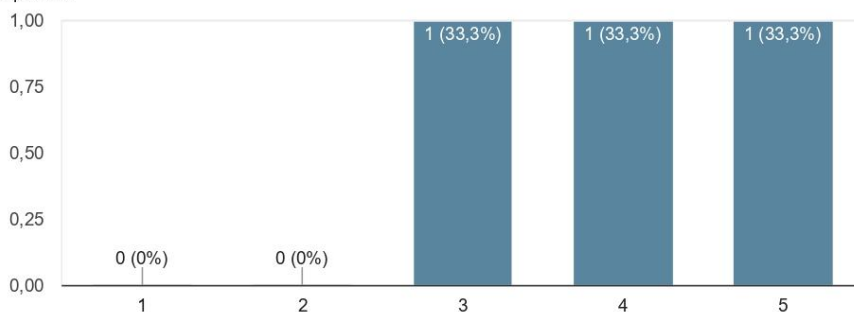
3 respostas



Acesso, informação, facilidade de orientação, qualidade da sinalética e infraestruturas.

 Copiar

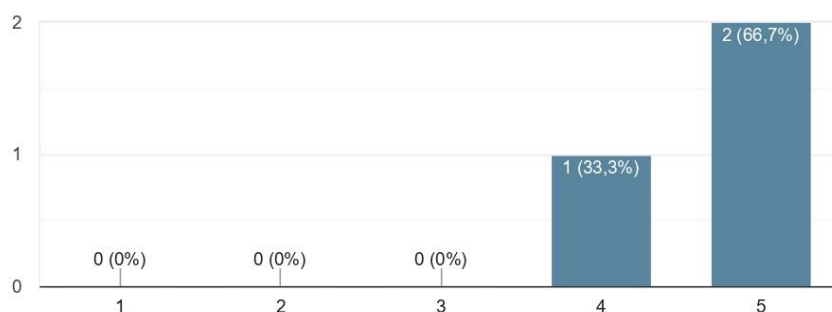
3 respostas



Beleza natural, região despoluída e com preocupações ambientais.

 Copiar

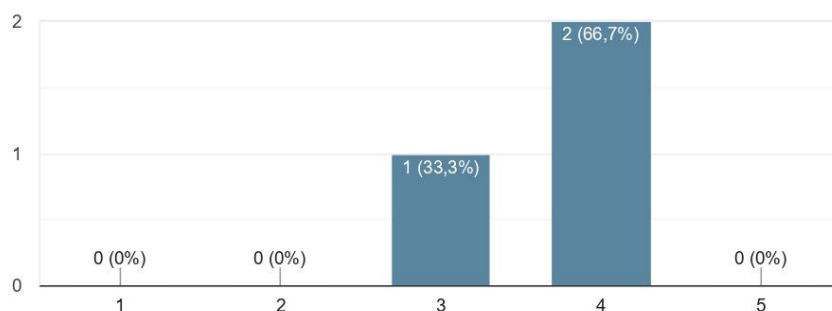
3 respostas



Avalie a sua satisfação relativamente à qualidade de infraestruturas, monumentos, acessibilidade e relação qualidade/preço da Rota do Românico.

 Copiar

3 respostas



Que melhorias gostaria de sugerir à Rota do Românico para elevar a sua experiência?

1 resposta

Sendo da região, gostaria de saber com mais antecedência de certas atividades e que partilhassem ou difundissem mais.

Como avalia este questionário?

 Copiar



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. - [Contactar proprietário do formulário](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Este formulário parece suspeito? [Relatório](#)

Google Formulários



